



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO AUGUSTO ALMEIDA DA FONSECA

**O PAPEL DA POLÍTICA DOS CAMPEÕES NACIONAIS NA POLÍTICA EXTERNA
CHINESA: Uma análise das companhias nacionais de petróleo (1993-2019)**

Recife

2021

PEDRO AUGUSTO ALMEIDA DA FONSECA

**O PAPEL DA POLÍTICA DOS CAMPEÕES NACIONAIS NA POLÍTICA EXTERNA
CHINESA: Uma análise das companhias nacionais de petróleo (1993-2019).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F676p Fonseca, Pedro Augusto Almeida da.
O papel da política dos campeões nacionais na política externa chinesa : uma análise das companhias nacionais de petróleo (1993-2019) / Pedro Augusto Almeida da Fonseca. – 2021.
122 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Política internacional. 3. Política industrial. 4. Política econômica. 5. China. I. Lima, Marcos Ferreira da Costa (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-204)

PEDRO AUGUSTO ALMEIDA DA FONSECA

**O PAPEL DA POLÍTICA DOS CAMPEÕES NACIONAIS NA POLÍTICA EXTERNA
CHINESA: Uma análise das companhias nacionais de petróleo (1993-2019).**

Aprovada em: 18 / 08 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Joyce Helena Ferreira da Silva
Faculdade Damas

Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar essa dissertação.

Agradeço a todos do departamento de Ciência Política, em especial o Prof. Marcos Costa Lima por ter me orientado nessa jornada

Agradeço aos meus amigos e familiares o apoio prestado durante todo o mestrado.

RESUMO

Qual o papel da política dos campeões nacionais no cumprimento de metas da política externa chinesa? O argumento defendido nessa pesquisa foi de que a política dos campeões nacionais, por meio do fortalecimento das empresas estatais, contribuiu para as metas da política externa chinesa, com destaque para a meta de propiciar o desenvolvimento econômico da China. A partir do referencial teórico da diplomacia econômica, o presente estudo analisou a atuação das companhias nacionais de petróleo chinesas e identificou que por meio de uma dinâmica entre interesses comerciais e estatais, o Estado chinês tem conciliado objetivos domésticos e externos, com destaque para a segurança energética.

Palavras-Chave: Política externa; Política industrial; Política econômica; China; Segurança energética

ABSTRACT

What is the role of the politics of national champions in fulfilling Chinese foreign policy goals? The argument defended in this research was that the policy of national champions, through the strengthening of state-owned companies, contributed to the goals of Chinese foreign policy, with emphasis on the goal of promoting China's economic development. Based on the theoretical framework of economic diplomacy, this study analyzed the performance of Chinese national oil companies and identified that through a dynamic between commercial and state interests, the Chinese State has reconciled domestic and external objectives, with an emphasis on security energy.

Keywords: Foreign policy; Industrial policy; Economic policy; China; Energy security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Partido Comunista Chinês	21
Figura 2 - Órgãos subordinados ao Conselho de Estado da China	23
Figura 3 - Modelo liberal	25
Figura 4 - Modelo Realista	26
Figura 5 - Estrutura institucional da diplomacia econômica chinesa	43
Figura 6 - Projetos chineses ao redor do mundo (2000-2017)	45
Figura 7 - Comparativo entre as exportações chinesas e americanas em 2019	46
Figura 8 - Estrutura do mecanismo causal	49
Figura 9 - Hipótese	51
Figura 10 - Dinâmica doméstica da diplomacia energética chinesa	83
Figura 11 - Linha do tempo do setor de petróleo chinês (1978-2018)	90
Figura 12 - Estrutura do setor energético chinês	92
Figura 13 - Atuação da Sinopec no exterior em 2019	94
Figura 14 - Atuação da CNPC na China	99
Figura 15 - Atuação da CNPC no exterior	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Divisões do regime de governança chinês.....	19
Quadro 2 - Taxonomia da diplomacia econômica	28
Quadro 3 - Fases da política industrial chinesa (1978-atual)	31
Quadro 4 - Fases da diplomacia chinesa (1840-2039)	35
Quadro 5 - Categorização da política externa chinesa de acordo com o SFA	37
Quadro 6 - Estágios da diplomacia econômica chinesa	40
Quadro 7 - Processo de formação da estratégia 走出去 (1996-2010)	67
Quadro 8 - Pilares industriais e indústrias chave chinesa	71
Quadro 9 - Classificação das empresas estatais chinesas (SOE's)	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de SOE's (milhares) e Ativos (¥ bilhões), 1997-2016	62
Gráfico 2 - Crescimento dos ativos (¥ bilhões) comparado ao ano anterior em porcentagem (1998-2016)	63
Gráfico 3 - Crescimento das vendas comparado ao ano anterior em porcentagem (1998-2016)	64
Gráfico 4 - Crescimento da taxa de lucro comparado ao ano anterior em porcentagem (1998-2016)	64
Gráfico 5 - Distribuição industrial das empresas controladas pela SASAC	70
Gráfico 6 - Quantidade de companhias por setor industrial.....	72
Gráfico 7 - Quantidade de empresas no ranking Global 500 (1995-2020)	74
Gráfico 8 - Quantidade de investigações (2015-2020)	78
Gráfico 9 - Comparativo de consumo e produção, em milhares de barris por dia (1965-2019)	84
Gráfico 10 - Principais fontes energéticas chinesas por milhões de ktoe (1990-2018)	85
Gráfico 11 - Importações de petróleo bruto da China por região e país em 2019	86
Gráfico 12 - Quantidade de serviços, em US\$ bilhões (2014-2019)	96
Gráfico 13 - Quantidade projetos, em US\$ bilhões (2014-2019)	97
Gráfico 14 - Importação e exportação, em milhões de toneladas (2014-2019)	98
Gráfico 15 - Produção interna e externa da CNPC (2010-2019)	101
Gráfico 16 - Oleodutos, em Km (2010-2019)	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo de transferências entre governos	76
Tabela 2 - Número de projetos e países	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BRI	Belt and Road
CC	Comitê Central
CCDI	Comissão Central de Inspeção Disciplinar
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CMC	Comissão Central Militar
CNPC	China National Petroleum Corporation
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CPPCC	Conferência Consultiva Política do Povo Chinês
COD	Central de Organização
ESPO	Oleoduto Sibéria Oriental-Oceano Pacífico
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GCC	Conselho de Cooperação do Golfo
IED's	Investimentos Externos Diretos
JCCT	China-U.S. Joint Commission on Commerce and Trade
KLP	Keeping Low Profile
MIP	Ministério das Indústrias de Petróleo
MOF	Ministério das Finanças
MOFA	Ministério das Relações Exteriores
MOFCOM	Ministério do Comércio
NDRC	Comissão de Desenvolvimento e Reforma
NEA	Administração Nacional de Energia
NPC	Congresso Nacional Popular
NOC's	National Oil Companies
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCCh	Partido Comunista Chinês
PI	Política Industrial
PT	Process Tracing
RI	Relações Internacionais

RPC	República Popular da China
SASAC	Supervisão de Ativos Estatais e a Comissão de Administração
SCO	Organização para Cooperação de Xangai
SFA	Striving For Achievement
SINOPEC	China Petrochemical Corporation
SLG	Small Leading Group
YASREF	Yanbu Aramco Sinopec Refining Company
ZEE's	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	DIPLOMACIA MULTIDIMENSIONAL: A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA INDUSTRIAL E A POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....	17
2.1	INTRODUÇÃO	17
2.2	A ESTRUTURA E A DINÂMICA DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC)	18
2.2.1	O Partido Comunista Chinês.....	19
2.2.2	O governo e suas estruturas.....	22
2.2.3	A centralidade do PCCh na tomada de decisão.....	23
2.3	POLÍTICA ECONÔMICA: O ESTADO DA ARTE.....	24
2.4	POLÍTICA INDUSTRIAL: EVOLUÇÃO E RESULTADOS.....	29
2.4.1	A evolução da política industrial chinesa (1978-atual).....	30
2.5	A POLÍTICA EXTERNA CHINESA: DESENVOLVIMENTO, ESTRUTURA E PROCESSO DECISÓRIO	33
2.5.1	As fases da política externa chinesa.....	33
2.5.2	Processo decisório da política externa chinesa.....	38
2.6	A DIPLOMACIA ECONÔMICA COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS.....	39
2.6.1	Estágios da diplomacia econômica chinesa.....	39
2.6.2	Estrutura institucional da diplomacia chinesa.....	41
2.6.3	A diplomacia econômica chinesa na prática.....	41
2.7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	47
3	DE DENG A XI: O PAPEL DAS CAMPEÕES NACIONAIS NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....	48
3.1	INTRODUÇÃO	48
3.2	METODOLOGIA	48
3.3	HIPÓTESE.....	50
3.4	PRIMEIRO ESTÁGIO (1978-1992): BREVE CONTEXTO DAS POLÍTICAS DAS ESTATAIS.....	52
3.5	SEGUNDO ESTÁGIO (1993-2002): ZHUA DA FANG XIAO.....	57
3.5.1	A estratégia do Going Global.....	65
3.5.2	A adesão a OMC.....	68

3.6	TERCEIRO ESTPAGIO (2003-2012): SASAC E A IMPLEMENTAÇÃO DO GOING GLOBAL.....	69
3.7	AS SOE'S NO GOVERNO XI JINPING (2013-2020): REFORMAR PARA CENTRALIZAR.....	75
3.8	ATUAÇÃO DAS ZHONGYANG QIYE NA POLÍTICA EXTERNA: AS COMPANHIAS DE PETRÓLEO E A SEGURANÇA ENERGÉTICA.....	80
3.9	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	87
4	O SETOR PRETROLÍFERO: AS NOC'S E A SEGURANÇA ENERGÉTICA....	88
4.1	INTRODUÇÃO	88
4.2	EVOLUÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO CHINÊS.....	88
4.3	ESTUDOS DE CASO.....	92
4.3.1	China Petrochemical Corporation (Sinopec).....	92
4.3.2	China National Petroleum Corporation (CNPC).....	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS.....	105

1 INTRODUÇÃO

A partir da percepção de que as políticas internas e externas estão interligadas (PUTNAM, 1998; MILNER, 1997), observa-se a necessidade de pesquisas que busquem compreender o papel estratégico que certas políticas internas possuem na condução da política externa. Dessa maneira, pode-se delimitar como pergunta de pesquisa que este trabalho pretende responder: Qual o papel da política dos campeões nacionais no cumprimento de metas da política externa chinesa?

O período do pós-revolução de 1949 é caracterizado pela formação dos objetivos norteadores da política externa chinesa¹, os quais são refletidos na atuação internacional do país na atualidade (JAEGER, 2017). Frutos de um período histórico denominado de “século das humilhações” – século XIX – esses novos objetivos são apresentados a partir de 1949, com Mao Zedong como *China's New Diplomacy*.

Ancorada nos ideais de independência, liberdade, integridade territorial e soberania, a política externa chinesa buscou a consolidação do governo, o estabelecimento do controle econômico e a inserção do país no Sistema Internacional como uma potência não alinhada e independente (KISSINGER, 2011 *apud* JAEGER, 2017; ROBERTS, 2012; VISENTINI *et al.*, 2013). Além disso, a diplomacia chinesa, na figura de Zhou Enlai² (周恩来), desenvolveu os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”³.

Durante o governo de Deng Xiaoping, a República Popular da China (RPC) passa por profundas transformações que buscam desenvolver as capacidades internas. Dessa maneira, a partir do plano de desenvolvimento para o país intitulado “As Quatro Modernizações”, além do processo gradual de abertura que tinha como o slogan “reforma e abertura”, Deng Xiaoping (鄧小平) tinha como objetivo modernizar as estruturas produtivas do país permitindo “a próxima fase do desenvolvimento chinês” (CHENG & ZHANG, 1999), sendo essas estruturas, a agricultura, a indústria, a ciência e a tecnologia e as forças armadas.

A partir das reformas de Xiaoping em 1978, pode-se representar a moderna política industrial chinesa através de quatro fases nas últimas três décadas (HEMPHILL & WHITE, 2013), sendo a primeira fase correspondendo de 1978-1984, a segunda de 1984-1993, a terceira

¹ São elas: propiciar o desenvolvimento econômico do país; incrementar seu prestígio no âmbito internacional; manutenção da integridade territorial e o reconhecimento pela comunidade internacional da política de “uma só China” (ROSA, 2015).

² Ex-primeiro ministro Chinês e influente membro do Partido Comunista Chinês que contribuiu de maneira importante para a política externa chinesa, tirando o país do isolacionismo.

³ (I) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (II) não agressão; (III) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; (IV) igualdade e benefícios recíprocos; e (V) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (CUNHA, 2009, p.9).

1993-2005 e a quarta fase de 2005 em diante. Aliando política industrial com política monetária e externa, por exemplo, o Estado chinês buscou desenvolver e inserir o seu sistema produtivo na cadeia global de produção como estratégia de fortalecimento do país no Sistema Internacional.

Durante a o final da segunda e o início da terceira fase, o governo chinês implementou uma série de reformas nas empresas estatais com o objetivo de fortalecer sua posição na cadeia global de produção. Entre essas reformas, a que se destacou, foi intitulada de “agarrar o grande e abrir mão do pequeno” ou política dos campeões nacionais (*national champions policy*), na qual o Estado chinês selecionou empresas consideradas estratégicas para o seu desenvolvimento e metas, formando um grupo conhecido como *national team*.

Assim, o presente estudo pretende analisar o papel da política industrial dos campeões nacionais no cumprimento de metas da política externa, em destaque, as companhias de petróleo chinesas. O argumento defendido nessa dissertação é que a política dos campeões nacionais, por meio do fortalecimento das empresas estatais, contribuiu para as metas da política externa chinesa, com destaque a meta de propiciar o desenvolvimento econômico da China.

Para isso, o estudo fará uso da metodologia do *process-tracing* para identificar o mecanismo causal entre a política industrial e a política externa, para isso, fez-se uso do marco teórico da diplomacia econômica. O período a ser analisado correspondente de 1993, início da formulação da política industrial dos campeões nacionais, a 2019. Por fim, além da introdução, o projeto está em três capítulos, sendo o primeiro destinado a revisão de literatura, o segundo a apresentação e testagem da hipótese e, último capítulo, aos estudos de caso das companhias de petróleo chinesas.

2 DIPLOMACIA MULTIDIMENSIONAL: A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA INDUSTRIAL E POLÍTICA EXTERNA CHINESA

2.1 INTRODUÇÃO

Qual a relação entre política industrial e política externa? Este capítulo buscou debater a relação entre as políticas a partir da literatura de política econômica. Utilizando a China como estudo de caso, procurou-se demonstrar como o Estado chinês tem conciliado objetivos domésticos e externos com o propósito de ampliar presença chinesa no mundo. A política industrial se justifica devido a constatação de que na literatura especializada sobre política econômica há um vácuo de pesquisas que analisem os atores comerciais, como bem pontuado por Norris (2010). Além disso, optou-se pelo caso chinês devido ao protagonismo cada vez maior que o país vem alcançado nos últimos 20 anos.

A economia é a principal ponte de integração entre a República Popular da China (RPC) e o resto do mundo, sendo assim, pode-se destacar a economia como sendo o meio pelo o qual a China busca garantir o sucesso de suas metas nacionais. Conciliando políticas econômicas com a política externa, o país tem buscado aumentar sua projeção como um dos importantes tomadores de decisão global. Esse objetivo fica nítido quando se observa o ímpeto chinês no começo do século XXI em ampliar as relações comerciais e de investimento com outras nações e a maior participação em organismos multilaterais, como por exemplo, a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2000. Isso decorre a partir da ideia de que um aumento no status econômico do país resulta em um aumento no seu status político (XINHUA, 2000).

A ampliação das relações comerciais da China com os demais países se deu a partir de suas empresas. Essas empresas foram responsáveis por colocar o país asiático como o maior exportador do mundo (US\$ 2,5 trilhões) e o segundo maior importador (US\$ 1.96 trilhões). Além disso, são importantes atores na área de investimento, sendo responsáveis por colocar a China como o segundo maior investidor do mundo. No que diz respeito aos setores econômicos, as empresas chinesas têm forte presença em áreas consideradas estratégicas para o Estado chinês, como por exemplo no setor de hidrocarbonetos com a Companhia Petroquímica da China (SINOPEC).

É importante atentar também que a estratégia chinesa possui não apenas o objetivo de fortalecer e ampliar o papel chinês no Sistema Internacional, de fato, há outros fins em torno dessa estratégia, dos quais podemos classificar, para fins didáticos, em duas categorias:

domésticos e externos⁴. Dentre os objetivos domésticos, destaca-se a legitimação do Partido Comunista Chinês (PCCh) como principal ator na condução do país. Já os objetivos externos, tem-se o reconhecimento da *One-China Policy* (Política de uma só China), na qual afirma que há apenas uma China, a continental, enquanto a Ilha de Taiwan é considerada uma província rebelde.

A partir do que foi exposto, optou-se por segmentar esse capítulo da seguinte maneira, além da introdução e das considerações finais, há outras cinco seções. Na primeira seção é apresentado a estrutura política e a dinâmica do processo de tomada de decisão na República Popular da China (RPC). A segunda é destinada a discussão da política econômica. A terceira e a quarta foram reservadas para o debate da política industrial e da política externa chinesa. Por fim, a última seção, apresenta a relação entre ambas a partir da perspectiva da literatura sobre política econômica, ou *Economic Statecraft*.

2.2 A ESTRUTURA E A DINÂMICA DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC)

É de conhecimento que o sistema político chinês é singular e, por muitas vezes, mal compreendido a partir da ótica ocidental. Comumente se acredita que o Partido Comunista Chinês (PCCh) detém um poder totalitário, no qual é exercido inteiramente de maneira centralizada e uniforme. Apesar dessa visão ainda persistir, muito embora por motivos de disputa narrativa ideológica, a crescente importância da China e seu movimento de abertura que ocorre no contexto da política de Reforma e Abertura de Deng Xiaoping (鄧小平) em 1978, possibilitou o desenvolvimento dessa área de pesquisa.

Essa nova perspectiva trouxe um novo entendimento sobre a dinâmica de poder na China que contradizem em partes o senso como exposto acima. De fato, o PCCh é o principal tomador de decisão na RPC. No entanto, a ideia de que o PCCh seja um agente homogêneo e estático é uma errônea percepção da realidade, podendo ser considerada como uma prática orientalista. Na prática, como qualquer outra instituição política, PCCh passou por uma série de processos institucionais, ideológicos e de suas elites (LI, 2019). Dessa maneira, o PCCh se constituiu também como a principal arena de disputas políticas na RPC. A partir disso, o objetivo dessa seção é demonstrar a centralidade do PCCh na estrutura da RPC, focando na capilaridade do partido na dinâmica política.

⁴ É importante salientar que certos objetivos podem ser classificados respectivamente como domésticos ou externos, devido a sua complexidade.

Pode-se conceber a estrutura política da China a partir de 3 pilares, o Partido, o Estado⁵ e os Militares (LU, 2001). Por certo, os três poderes que compõem o Estado estão sob a liderança do PCCh, apesar de que cada sistema dispore de uma estrutura decisória separada da estrutura do PCCh (LAWRENCE, 2013). Além disso, os militares também estão sob liderança do Partido.

Essa estrutura, baseada nesses 3 pilares operam a partir de cinco níveis, sendo eles: 1) central; 2) provincial; partido e governo ou exército (para os militares); 3) prefeitura (civil) ou divisão (militar); 4) condado ou regimento; 5) distritos ou batalhões, que por sua vez são divididos em outros seis níveis: militar, legal, administrativo, propaganda, frente unida e organizações de massa. Montenegro (2019, p. 314) esquematiza a estrutura descrita acima no quadro 1.

Quadro 1 – Divisões do regime de governança chinês

Sistemas verticais principais					
Partido		Governo		Militares	
Níveis de operação					
Central	Provincial/ Exército	Prefeitura/ Divisão	Condado/ Regimento	Distritos/ Batalhões	
Setores funcionais					
Militar	Legal	Administrativo	Propaganda	Frente Unida	Organizações de massa

Fonte: Elaboração própria com base em Montenegro (2019)

2.2.1 O Partido Comunista Chinês (PCCh)

O Partido Comunista Chinês é considerado o maior partido do mundo, contando com 90.6 milhões de membros em suas fileiras (CGTN, 2019b). A estrutura partidária é piramidal, onde, na base dessa pirâmide, se localiza a maior parte dos mais de 90 milhões de partidários. Por limitações de tempo e espaço, o estudo optou por apresentar os pontos chaves do PCCh e os que dialogam com o objetivo da pesquisa nessa seção.

A cada 5 cinco anos ocorre o Congresso Nacional do PCCh, e é a partir dele que as outras estâncias do PCCh são escolhidas (Figura 1). Os 2280 membros do Congresso Nacional escolhem os membros do Comitê Central (CC), sendo esses 204 membros plenos e 172

⁵ É correto pontuar que, ao contrário do que o senso comum crê, o sistema chinês é de caráter multipartidário de cooperação. De fato, além do PCCh, dentro da China há mais oito partidos. No entanto, o poder *de facto* reside no PCCh. Os oito partidos que compõem o sistema partidário chinês são: Comitê Revolucionário do Partido Komingtang da China; Liga Democrática da China; Associação da Construção Democrática da China; Associação de Fomento da Democracia da China; Partido Democrático Camponês e Operário da China; Partido Zhi Gong; Sociedade de Três de Setembro da China; Liga para Democracia e Autonomia de Taiwan.

alternados⁶. Esses são eleitos por um período de 5 anos e durante esse prazo são realizadas sete sessões plenárias, em que cada sessão visa debater um aspecto diferente do país (USCBC, 2017; CGTN, 2019a).

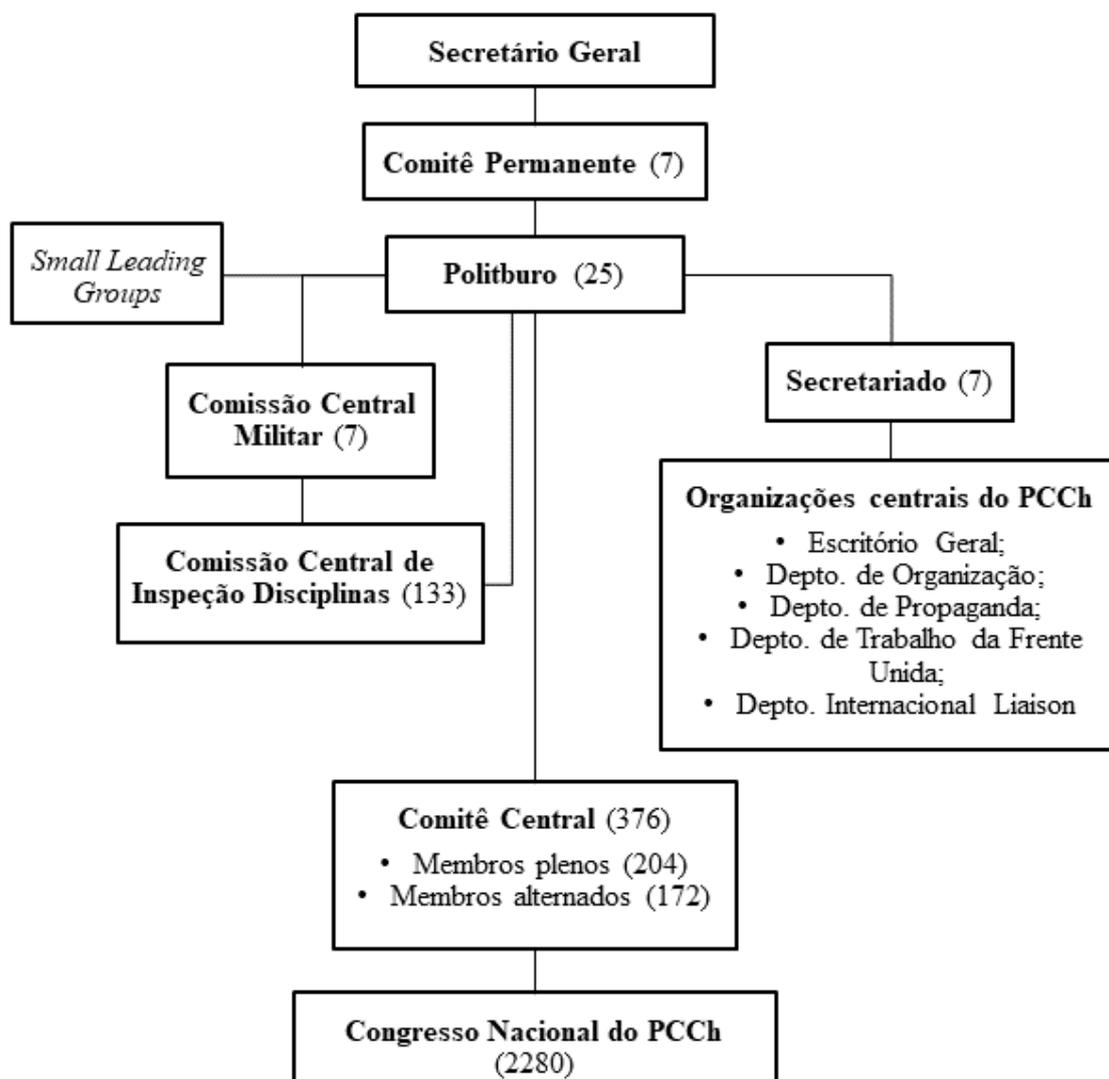
Tradicionalmente, o primeiro e segundo plenário são para indicação dos órgãos políticos do partido e do governo, como a escolha de membros do Politburo, o Comitê Permanente e o Secretário Geral do partido e candidatos a liderança do governo do Estado e do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC, sigla em inglês). A terceira sessão plenária é destinada para apresentar as principais reformas políticas e econômicas, enquanto a quarta plenária é reservada para o debate de novos avanços na capacidade de governança do PCCh.

Na quinta sessão é apresentado o plano quinquenal, que conta com os planejamentos para o desenvolvimento socioeconômico da China. Por fim, a sexta e a sétima sessões são designadas respectivamente para pleitear reformas culturais e melhorias na moralidade geral da sociedade e no partido, além de aspectos dos próximos Congressos Nacional do Povo e do PCCh (CHINA BRIEFING, 2013; CGTN, 2019a).

Além do Comitê Central, os membros do Congresso Nacional também elegem a Comissão Central de Inspeção e Disciplinas (133 membros) que, segundo a Constituição do PCCh, possuem respectivamente as funções de “tomar decisões sobre principais políticas nacionais” (PCCh, 2017, p.28) e de monitorar e punir qualquer irregularidade cometida por funcionários do partido (LI, 2019, p.208).

⁶ Ver: <https://macropolo.org/digital-projects/the-committee/>

Figura 1 – Organograma do Partido Comunista Chinês



Fonte: Elaboração própria com base em Li (2019)

O poder do PCCCh reside de fato no Comitê Permanente ou Comitê Permanente do Politburo, composto atualmente por 7 membros, mas que ao longo do tempo teve de 5 a 9 nomes. Teoricamente, os membros do Comitê Permanente, e do Politburo, são escolhidos pelo Comitê Central. No entanto, políticos antigos possuem grande influência no processo de decisão dos novos nomes. Atualmente, o Politburo possui 25 membros, dos quais 7 também são membros do Comitê Permanente⁷. A partir dos 7 membros do Comitê Permanente é que o Secretário Geral do PCCCh é escolhido. Atualmente, o Secretário Geral é Xi Jinping (习近平).

⁷ São eles: Xi Jinping (习近平); Li Keqiang (李克强); Wang Yang (汪洋); Li Zhanshu (栗战书); Wang Huning (王沪宁); Zhao Leji (赵乐际); Han Zheng (韩正). Ver mais em: <https://macropolo.org/digital-projects/the-committee/>.

2.2.2 O Governo e suas estruturas

No que tange o sistema governamental, a China possui três estruturas. O legislativo, o executivo e o judiciário. Assim como feito na apresentação da estrutura partidária, esse estudo optou por apresentar apenas os pontos-chaves importantes para o seu desenvolvimento. Dessa forma, focou-se em dois órgãos do legislativo, mas especificamente o Congresso Popular Nacional (NPC, sigla em inglês), a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC, sigla em inglês) e um do executivo, o Conselho de Estado.

Tanto o NPC e CPPCC possuem eleições a cada cinco anos, assim como as eleições no PCCh. Todo ano os dois órgãos costumam se reunir de maneira simultânea, recebendo assim o nome de Duas Sessões ou *Liaghui* (兩會). A composição de cada órgão difere, enquanto o NPC é composto por cerca de 3000 mil delegados, o CPPCC possui cerca de 2100. Nessas reuniões são apresentados os resultados políticos do ano anterior, além da votação para as políticas do ano seguinte⁸. Dessa forma, as Duas Sessões são uma ótima oportunidade para analisar os resultados das políticas e os próximos direcionamentos do governo chinês.

Quando o NPC não está em sessão, é o Comitê Permanente do Congresso Popular Nacional que assume a responsabilidade por quaisquer questões que exijam consideração do Congresso. O Comitê Permanente do NPC se reúne a cada dois meses e é presidido por um membro da Comitê Permanente do Politburo do PCCh (LI, 2019).

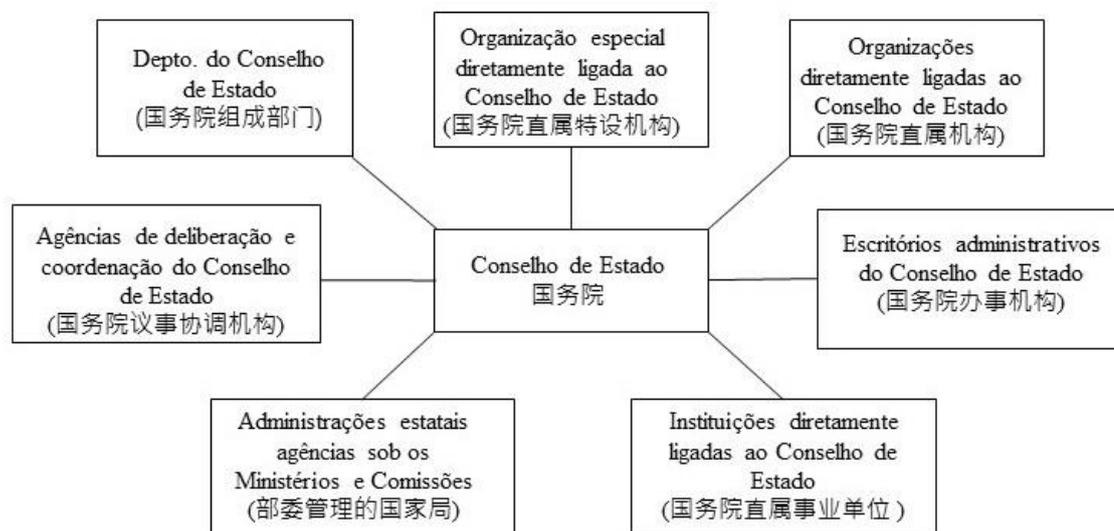
Outro importante órgão na dinâmica de governança da RPC é o Conselho de Estado, órgão vinculado ao poder executivo. Chamado também de Governo Central do Povo, o órgão é composto pelo Primeiro-Ministro, seus vices, conselheiros de Estado, ministros encarregados de ministérios e comissões, o auditor geral e o secretário geral. A nomeação do Primeiro-ministro é prerrogativa direta do Presidente, já os demais cargos são prerrogativas do Primeiro-ministro e ambas as escolhas são validadas pelo NPC (RPC, 2014).

O Conselho de Estado é responsável por várias áreas do governo chinês, sendo o órgão que atua sobre os Ministérios, organizações, instituições e escritórios administrativos (Figura 2), lidando, dessa forma, com assuntos como política interna, diplomacia, defesa nacional, finanças, economia, cultura e educação (RPC, 2014). Essa importância faz como que todos os

⁸ Em 2020, o destaque das Duas Sessões é a aprovação por parte do NPC da Lei de Segurança Nacional em Hong Kong. Ver mais em: <https://npcobserver.com/legislation/hong-kong-national-security-law/>.

membros do Conselho de Estado sejam membros do Partido, sendo que o Primeiro-ministro e seus vices sejam membros do Politburo e/ou do Comitê Permanente⁹.

Figura 2 – Órgãos subordinados ao Conselho de Estado da China



Fonte: Elaboração própria com base em RPC (2018) e NPC Observer (2018a, 2018b).

O Conselho de Estado sofreu sua última reforma em 2018¹⁰, sendo essa a oitava rodada de reformas do órgão. A partir de 2018, as estruturas subordinadas ao Conselho de Estado foram alocadas em seis órgãos. Em destaque, tem-se o Departamento do Conselho de Estado, onde estão os Ministérios e Comissões, e as Organizações diretamente ligadas ao Conselho, na qual está a Supervisão de Ativos Estatais e a Comissão de Administração (SASAC, em inglês) (NPC Observer, 2018a).

2.2.3 A centralidade do PCCh na tomada de decisão

A partir do que foi pontuado, qual seria a centralidade do PCCh na estrutura da RPC? Como exposto, o Comitê Permanente concentra o poder na PCCh e, dessa forma, na RPC. Oficialmente, desde o governo Jiang Zemin (江泽民) que o Secretário-Geral do PCCh é escolhido como Presidente da RPC. Além disso, o ocupante desses cargos também se torna Presidente da Comissão Central Militar. Dessa forma, o PCCh possui um controle direto do poder político e militar a partir de cima.

⁹ O atual Primeiro-Ministro é Li Keqiang (李克强), considerado o número dois da hierarquia. Os demais membros são: Han Zheng (韩正), Sun Chunlan (孙春兰), Hu Chunhua (胡春华), Liu He (刘鹤). Han Zheng é o único vice que é membro do Comitê Permanente.

¹⁰ A primeira reforma foi em 1982, seguida das reformas de 1988, 1993, 1998, 2003, 2008 e 2013.

Analisando o caso específico do Conselho de Estado, fica claro que o órgão é a principal instituição de projeção de poder do PCCh no governo chinês. É a partir dele que o Partido coloca em prática seus princípios e políticas (RPC, 2014).

Além disso, o PCCh, a partir do secretariado, tem a prerrogativa de indicar cargos nos demais níveis governamentais, como por exemplo de ministros a reitores de universidades¹¹. Segundo o professor David Zweig, da Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong, há cerca de 4000 cargos governamentais e todos são indicados pelo PCCh. Paralelo a isso, o Secretariado também indica nomes para os comitês provinciais, municipais e rurais. Esses comitês são uma estrutura a parte do governo, ou seja, em cada nível da estrutura governamental chinesa, há um secretário do PCCh que visa garantir os interesses do partido. E, do ponto de vista de ganho político, é mais eficaz estar nessa estrutura partidária do que governamental, visto que a possibilidade de ascensão é maior.

A partir do que foi exposto, fica latente que o PCCh é o ator que detém o poder na RPC. Para isso, o partido possui dois modos de empreender esse domínio. O primeiro é o macrocontrole direto do sistema político e militar, ou seja, a presidência, o Conselho de Estado e a comissão militar. O segundo modo, se dá a partir da capilaridade do partido na estrutura governamental, a partir da indicação dos cargos-chaves aliado a uma organização de comitês do partido que acompanham e supervisionam a estrutura administrativa da RPC.

Por fim, é importante salientar, que a centralidade do PCCh não encerra as discordâncias políticas. Na verdade, o Partido se torna uma importante arena de disputas políticas. Entre os exemplos está a disputa entre os reformistas radicais e os conservadores na década de 1980 sobre os caminhos da reforma de 1978. Já na década de 1990, tem-se a tentativa de golpe contra Jiang Zemin, no contexto de admissão chinesa na Organização Mundial do Comércio (OMC) no final da década.

2.3 POLÍTICA ECONÔMICA: O ESTADO DA ARTE¹²

Ao se fazer uma breve análise histórica, percebe-se que a prática da política econômica remonta a tempos longínquos. Li (2014, s.p), ao analisar a China, pontua que desde o período das Primaveras e dos Outonos (722 a.C. e 481 a.C), os Estados vassallos pagavam tributos aos imperadores chineses como forma de reconhecer a hegemonia chinesa. Contudo, a formulação do termo ocorreu no Japão na década 1960, em um contexto de forte crescimento econômico

¹¹ As academias de Ciências, Ciências Sociais e Engenharias são subordinadas ao Conselho de Estado. Elas fazem parte das instituições diretamente ligadas ao Conselho (Figura 2).

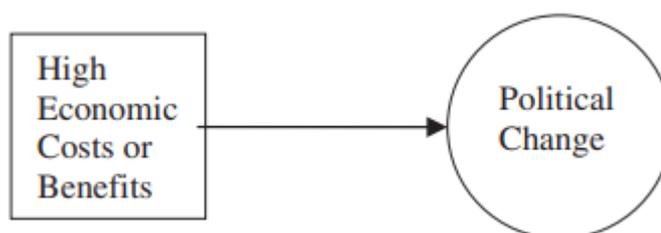
¹² Para o debate da política econômica, a presente pesquisa utilizou como base os trabalhos de Blanchard e Ripsman (2008) e Norris (2010), tendo em vista o extenso levantamento bibliográfico realizado pelos autores. Além disso, há pouca literatura ocidental sobre o tema.

do país no pós segunda-guerra. Dessa forma, Ye Hao, atual diplomata da RPC na Eslovênia, destacou que através da diplomacia econômica no sudeste asiático, o Japão prestou assistência econômica aos países da região, conseguindo resultados político-econômicos positivos (YE, 2013).

A partir desse breve contexto, pode-se entender a política econômica como sendo o uso intencional de meios econômicos por Estados para alcançar objetivos políticos, estratégicos ou de segurança (BALDWIN, 1985; NORRIS, 2010; BLACKHILL & HARRIS, 2016; YANG & LIANG, 2019). Dessa maneira, a partir de uma gama de instrumentos econômicos, como tratados de livre comércio, moeda, investimentos e assistência, os Estados buscam exercer o poder pela via econômica.

É válido atentar que a literatura sobre política econômica não é monolítica. Dessa maneira, Blanchard e Ripsman (2008) analisam três modelos que debatem a política econômica, sendo eles: a liberal, a realista e a condicionalista. Os liberais colocam no centro do debate as expectativas de ganhos e perdas econômicas na formulação das políticas econômicas, ou seja, os tomadores de decisão sempre irão busca maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas (BLANCHARD & RIPSAN, 2008, p. 373). Já o sucesso da política, como argumenta o modelo liberal (Figura 3), irá depender da relação entre a disposição do Estado alvo em cooperar e o custo ou o benefício que a política econômica traz.

Figura 3 – Modelo liberal

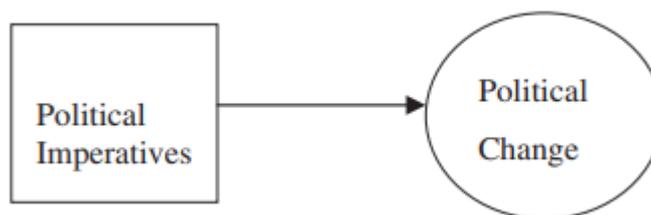


Fonte: Blanchard e Ripsman (2008, p. 374).

Dentro do escopo do modelo liberal, há um debate sobre quais dos incentivos é mais eficiente, se os negativos (sanções) ou os positivos (benefícios). Os incentivos negativos tendem a funcionar num contexto em que as sanções são mais duradouras e causam grandes custos e/ou o país alvo possui um nível de dependência alto e problemas econômicos (DAOUDI & DAJANI, 1983; SHAMBAUGH, 1996; DRURY, 1998; HUFBAUER *et al.*, 2000). No que tange o uso de incentivos positivos, a literatura pontua que esses tendem a ter uma maior chance de alcançar os objetivos políticos, produzindo, como consequência, externalidades positivas (CRUMM, 1995, p. 313; ABDELAL & KIRSHNER, 2000). Dessa forma, como pontua Newnham (2002), os incentivos positivos podem gerar melhores resultados.

Já o modelo realista coloca os objetivos políticos a frente dos econômicos, ou seja, a utilização de mecanismos econômicos como forma de pressionar politicamente um Estado tende a falhar (Figura 4). Isso ocorre, pois segundo os realistas, os Estados não estão dispostos a ceder objetivos políticos importantes em troca de questões econômicas, a menos que essas pressões econômicas estejam em consonância com as políticas internas do Estado alvo ou que as demandas políticas do Estado que aplica a política econômica sejam irrelevantes (PAPE, 1997; BLANCHARD & RIPSAN, 2008).

Figura 4 – Modelo Realista



Fonte: Blanchard e Ripsman (2008)

Com relação aos tipos de incentivos, se os negativos (sanções) ou os positivos (benefícios), os realistas argumentam que os mecanismos da política econômica são pouco eficientes em influenciar mudanças políticas e, quando há mudanças, torna-se mais adequado atribuir a outros fatores, como militar e políticos (PAPER, 1997; DRURY & LI, 2006).

Por fim, o modelo condicional busca uma visão equilibrada entre os realistas e liberais sobre a importância da política econômica. Dessa maneira, assim como no modelo liberal, os condicionalistas argumentam sobre os custos e os benefícios econômicos associados à política econômica. No entanto, o impacto está vinculado a certas condições políticas. Esses condicionantes podem ser o ambiente internacional ou o doméstico (BLANCHARD & RIPSAN, 2008, p.375).

No que tange a literatura chinesa sobre política econômica, Heath (2016) faz um levantamento, no qual busca apresentar definições sobre o tema. Wang Yiwei (2004), pesquisador da Universidade de Fudan, define a política econômica como sendo uma "unidade dialética da economia e da diplomacia", que não servem apenas a propósitos econômicos, mas também políticos. Já para Zhen Bingxi (2009), pesquisador do Instituto de Estudos Internacionais da China, é:

[...] a plena utilização de medidas econômicas externas, dentro da estrutura da diplomacia geral do estado, para proteger e promover interesses nacionais, conduzir medidas como guiar a economia por políticas, usar a economia para promover políticas, e combinar política e economia para obter, em nome da nação, os recursos, mercado, capital, tecnologias e pessoas talentosas necessárias para o desenvolvimento nacional e para se defender e responder com eficácia a uma variedade de riscos advindos da arena internacional economia (ZHEN, 2009 *apud* HEATH, 2016)

É importante atentar que a literatura chinesa costuma definir política econômica como sendo diplomacia econômica (*jingji waijiao* 经济外交). Segundo Norris (2010, p. 37), os pesquisadores costumam utilizar o termo de duas formas distintas. A primeira forma diz respeito ao uso das atividades diplomáticas com objetivo de garantir objetivos econômicos, enquanto a segunda é a utilização das atividades diplomáticas para fins estratégicos nacionais.

Outros conceitos também permeiam a literatura chinesa de diplomacia econômica. Conceitos como segurança econômica (*jingji anquan* 经济安全), normalmente atrelado ao debate da dependência chinesa de matérias primas e a vulnerabilidade de recursos naturais, e ganha-ganha (*shuangying* 双赢) procuram delinear os objetivos da política econômica chinesa (NORRIS, 2010).

De modo geral, os modelos ocidentais e chineses debatem o uso e eficácia da política econômica. Entretanto, para que a política seja aplicada é necessária uma gama de mecanismos econômicos capazes atingir os fins almejados pelo Estado. Dessa forma, Blackwill e Harris (2016, p. 49) apontam sete instrumentos utilizados na condução da política econômica¹³. Já Li (2014) desenvolve uma tipologia mais detalhada, caracterizando a diplomacia econômica de acordo com categorias, natureza e nível diplomático (Quadro 2).

Sendo uma das principais arenas nas relações internacionais, o comércio destaca-se por também ser umas das formas mais comuns de diplomacia econômica (LI, 2014). O uso da diplomacia econômica ocorre por meio de acordos de tratado de livre comércio, redução de barreiras ou sanções econômicas. A diplomacia de investimento tem como principal mecanismo de atuação os investimentos externos diretos (IED's) e possui dois objetivos externos, além de um objetivo doméstico. No ambiente externo, visa eliminar práticas protecionistas e exigir garantias de proteção ao investimento em outros países. Já no que diz respeito ao ambiente doméstico, a diplomacia financeira busca regular os investimentos com o objetivo de proteger as indústrias domésticas (LI, 2014).

¹³ São eles: política comercial, política de investimentos, sanções econômicas e financeiras, *cyber*, assistência, política financeira e monetária e energia e *commodities*.

Quadro 2 – Taxonomia da diplomacia econômica

Categorias	Natureza	Nível diplomático
Comercial	Assistência	Global
Investimento	Cooperação	Regional
Financeira/Moeda	Sanção	Bilateral

Fonte: Elaboração própria com base em Li (2014).

Apesar de serem categorizadas de maneira individual, a diplomacia financeira e da moeda são intimamente ligadas, como destaca Li (2014). Na diplomacia financeira, os instrumentos utilizados são os fluxos de capital e se destaca pela presença de atores não estatais na dinâmica, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial. Por fim, a diplomacia da moeda se concentra nas relações cambiais (LI, 2014).

No que diz respeito a natureza da diplomacia econômica, ela pode ser assistencial, cooperativa ou sancionada. As de natureza assistencial e cooperativa buscam elevar o *status* internacional do país de maneira branda, ou seja, por meio de apoios financeiros ou cooperação comercial, o Estado buscar aumentar seu poder de influência no Sistema Internacional através do *soft power*. Já a diplomacia econômica de natureza sancionada, busca dissuadir comportamentos que representam ameaças aos interesses do Estados, como exemplo, tem-se os embargos comerciais.

Finalmente, há os níveis de atuação da diplomacia econômica. A atuação pode se dar na esfera global através de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), G-20 ou FMI. No nível regional, tem-se como exemplos, no caso da China, a Organização de Cooperação de Xangai (SCO, sigla em inglês) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Por fim, no nível bilateral, seria o estabelecimento de acordos entre dois países, como a assinatura de tratados de livre comércio.

É importante salientar que a apresentação da diplomacia econômica em categorias, natureza e níveis é uma representação simplificada da realidade, mas por possuir um elemento didático, nos auxilia na análise dos padrões e comportamentos dos países. Sendo assim, é possível que uma diplomacia econômica possa estar em uma ou mais categorias ou possa ter vários níveis de atuação ao mesmo tempo.

Como visto nessa seção, a política econômica é parte integrante da formulação dos Estados para a disputa de poder, ainda que haja discordâncias sobre a eficácia dessas. Entretanto, com o crescimento Chinês e sua posição cada vez mais elevada no Sistema Internacional, o debate sobre política econômica se torna cada vez mais necessário, tendo em vista que o país asiático tem utilizado ferramentas econômicas para se estabelecer como um

importante ator global. Assim, na seção 2.6.3 foram debatidos os aspectos e o uso da política econômica chinesa de maneira mais aprofundada.

2.4 POLÍTICA INDUSTRIAL: EVOLUÇÃO E RESULTADOS

No que se refere à política industrial, não há um consenso na literatura especializada acerca da definição do que seja Política Industrial (PI). De modo geral, as definições de PI podem ser divididas em dois tipos básicos. O primeiro define a política industrial como sendo um conjunto de medidas que buscam resolver falhas de mercado (KRUGMAN, 1983; SCHAPIRO, 2013). Já o segundo tipo, possui uma visão mais ampla do que é uma política industrial (LANDESMANN, 1992; RODRIK, 2008), ou seja, como afirma Silva (2017):

[A política industrial seria um] vetor de desenvolvimento econômico, o qual deve ser gerado a partir da promoção de setores-chave da indústria, que devem ser alvo de políticas de incentivo (seletivo e temporário) e de elevação da competitividade e da produtividade [...] (SILVA, 2017, p. 58)

A partir dessas duas definições de PI, outra importante divisão dentro da literatura diz respeito ao caráter setorial, sendo categorizada em vertical e horizontal. As políticas verticais correspondem às políticas voltadas ao aumento da produtividade e da competitividade em certos setores, enquanto as de cunho horizontal focam no ambiente industrial (STIGLITZ, LIN & MONGA, 2013; SILVA, 2017). Desse modo, observa-se que políticas horizontais requerem maior engenharia institucional se comparadas às políticas verticais. Nesse debate, pode-se enquadrar as reformas industriais da China na década de 1990 em políticas verticais, já que o Estado Chinês selecionou áreas que considera estratégicas ou que possuem vantagens se comparadas com as demais.

Ao analisar esse papel do Estado chinês na política de desenvolvimento industrial, Lo e Wu (2014) destacam quatro fatos que contribuíram para os resultados alcançados. A mudança estrutural, as empresas estatais e o controle sobre a atividade econômicas, a capacidade estatal e a evolução dos regimes de demanda. O primeiro fato diz respeito a melhora na produtividade, enquanto o segundo pontua a reorganização da participação das estatais na economia, reduzindo a participação das mesmas, mas controlando os setores chaves para a atividade econômica. Alia-se a isso o forte controle financeiro por parte do Estado (LU & WU, 2014, p. 310).

Os dois últimos fatos são sobre a capacidade do Estado chinês, que se tornou maior, devido ao maior poder de decisão dos governos locais, gerando condições melhores para o desenvolvimento. Por fim, a estabilização do regime de demanda, permitindo promover o investimento produtivo e apoiar os retornos crescentes das indústrias estabelecidas (LU & WU, 2014, p. 311).

Outro importante ponto de destaque é que as políticas industriais fazem parte de um conjunto de reformas que abarcam outros aspectos econômicos chineses, como o financeiro e o fiscal. Por sua vez, a esfera econômica, da qual essas reformas fazem parte, a partir das reformas de Deng Xiaoping, se tornaram parte central do processo de desenvolvimento chinês durante todo o século XX e XXI. É válido pontuar que o papel central da esfera econômica não excluiu as outras esferas, como a social e governamental. De fato, os resultados econômicos possibilitaram que a China retirasse mais de 800 milhões de pessoas da pobreza extrema.

2.4.1 A evolução da política industrial chinesa (1978-atual)

É importante atentar que, para fins de melhor compreensão, as análises feitas sobre as reformas indústrias na China, colocam as reformas de Deng Xiaoping como sendo o início da moderna política industrial chinesa (ZHONG, 2006; HEMPHILL & WHITE, 2013; CHINA INSTITUTE, 2019; ZHANG, 2019). De modo geral, pode-se dividir as reformas em 4 fases¹⁴, sendo a primeira fase correspondendo ao período de 1978-1984, a segunda de 1984-1993, a terceira 1993-2005 e a quarta fase de 2005 em diante (Quadro 3).

A primeira fase (1978-1984) está inserida no contexto do plano de desenvolvimento intitulado “As Quatro Modernizações”. Proposto por Deng Xiaoping, tinha como objetivo modernizar as estruturas produtivas do país permitindo “a próxima fase do desenvolvimento chinês” (CHENG & ZHANG, 1999), sendo essas estruturas, a agricultura, a indústria, a ciência e a tecnologia e as forças armadas.

De maneira geral, a primeira e a segunda etapas são analisadas como sendo cautelosas, em que o processo de tomada de decisão foi consensual (NAUGHTON, 2007, p. 91). Tendo Zhao Ziyang como arquiteto econômico, buscou-se introduzir mercados que privilegiavam tanto a agricultura quanto a indústria. Para isso, as estratégias utilizadas foram o estabelecimento de dois preços e a descentralização da autoridade e dos recursos (NAUGHTON, 2007).

Nessa primeira etapa, alguns pontos devem ser destacados. O primeiro diz respeito as reformas realizadas no campo com objetivo de gerar excedentes para serem realocados para a indústria direta ou indiretamente, ou seja, pelo investimento ou pelo aumento da demanda do consumo. Essas reformas incluíam o sistema de descoletivização das terras e de responsabilidade familiar das terras agrícolas e a instituição de um sistema de preços duplos que desenvolveu mercados de produtos fora do sistema estatal (HEMPILL & WHITE, 2013).

¹⁴ Optou-se por seguir a modelo proposto por Hemphill e White (2013) devido a melhor caracterização que os autores fizeram dos períodos.

Aliado a esse plano de reforma interna, Deng Xiaoping também lançou um plano com objetivo de integrar a China ao Sistema Internacional a partir de um processo de abertura gradual, intitulado de Reforma e Abertura (FONSECA, 2018). Dessa maneira, a China permitiu a entrada de investimentos estrangeiros nas chamadas zonas econômicas especiais (ZEE's)¹⁵ com o objetivo de aumentar as exportações e estimular a manufatura¹⁶. Essas regiões permitiam a entrada de investimentos em setores definidos por Pequim. Além disso, havia a possibilidade de *joint ventures*, permitindo que as empresas chinesas adquirissem novas tecnologias. Em troca disso, as empresas internacionais teriam mão de obra barata e facilidades fiscais. Essas reformas iniciaram o processo de maior autonomia das estatais ou SOE's (*State Owned Enterprises*), dando as empresas maior participação na tomada de decisão.

Na segunda fase, observou-se uma descentralização do governo central, dando maior espaço de atuação aos governos locais. Brandt e Rawski (2008) destacam que houve um desenvolvimento simultâneo de mercados de produtos e fatores, bem como esforços de privatização em pequena escala de empresas estatais, resultando em uma estrutura de participação acionária mais diversificada no setor industrial chinês. Apesar disso, em 1997 as empresas estatais detinham uma grande parcela da produção, representando 44% do total de vendas industriais, enquanto as empresas de propriedade coletiva representavam 26% do total, as de estado misto e privado empresas próprias representavam 24% e as empresas totalmente privadas com 6% do total de vendas industriais (LIU & GARINO, 2001).

Quadro 3 – Fases da política industrial chinesa (1978-atual)

Fase 1 (1978-1984)	Fase 2 (1984-1993)	Fase 3 (1993-2005)	Fase 4 (2005-atual)
<ul style="list-style-type: none"> • Descoletivização do setor agrícola; • Sistema de preço duplo; • Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) 	<ul style="list-style-type: none"> • Declínio do controle das empresas privadas; • Privatização de empresas estatais de pequena escala 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação de propriedade; • Indústrias estratégicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Interrupção nas privatizações; • Promoção dos Campeões Nacionais; • Subsídios que apoiam o valor da marca

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Hemphill e White (2013).

¹⁵ A China possui um total de sete ZEE's (Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen, Hainan, Shanghai Pudong New Area e Tianjin Binhai New Area). Sendo a primeira ZEE's em Shenzhen em 1979.

¹⁶ Na atualidade, a China possui várias outras zonas de desenvolvimento econômico voltadas para objetivos específicos. Como exemplo disso, tem-se as zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico, as de livre comércio e as de desenvolvimento industrial de alta tecnologia (PERCY, 2020).

A terceira fase das reformas econômicas iniciada com Jiang Zemin (江泽民) e seu primeiro ministro Zhu Rongji (朱镕基), teve como principal característica a criação de uma estrutura industrial diversificada onde o governo manteve o controle em setores considerados estratégicos e, posteriormente, implementou a política de “agarrar o grande e abrir mão do pequeno” (*zhuā dà fàng xiǎo* 抓大放小) ou, como ficou conhecida, a política dos campeões nacionais (LIN, 2001; POON, 2009). Como resultado dessa estratégia, entre 2001 e 2004, houve uma redução no número de estatais em 48%, apesar do papel delas no Produto Interno Bruto (PIB) representar 40% (BRANDT & RAWSKI, 2008).

Para um melhor gerenciamento dessas empresas, em 2003 o governo chinês decide centralizar a gestão e cria a Supervisão de Ativos Estatais e a Comissão de Administração (SASAC, em inglês). Diretamente subordinada ao Conselho de Estado, a SASAC (*Guówùyuàn guóyǒu zīchǎn jiāndū guǎnlǐ wěiyuánhùi*, 国有资产监督管理委员会) é responsável por supervisionar a gestão das 96 empresas que compõem o grupo das campeãs nacionais.

Cabe destacar que a criação da SASAC não representou o fim da política de “agarrar o grande e abrir mão do pequeno”. Inicialmente responsável por 196 empresas quando foi criada, a SASAC tem realizado reformas que visam reduzir o número de SOE’s por meio de fusões, mas dotando-as de grande capacidade competitiva¹⁷. Isso fica claro a partir de declarações do governo chinês, como a diretriz divulgada em 2015 pelo Comitê Central do Partido Comunista da China e pelo Conselho de Estado que afirma que a “China modernizará as empresas estatais, aprimorará a gestão de ativos estatais, promoverá a propriedade mista e evitará a erosão dos ativos estatais” (XINHUA, 2015).

Tanto a terceira quanto a quarta fase tem em comum os objetivos de fortalecer as instituições de mercado, diminuição do setor estatal, mas não sua importância estratégica, a recentralização dos recursos e do controle macroeconômico por parte do governo central e, por fim, a estabilidade dos preços e bens excedentes (NAUGHTON, 2007). Essas duas últimas etapas serão melhor debatidas nos capítulos seguintes dessa dissertação, tendo em vista que o trabalho busca analisar o papel das campeãs nacionais na política externa chinesa, identificando os mecanismos entre essas duas pontas.

¹⁷ Em 2015 haviam 110 SOE’s, em 2016 houve uma nova reforma e esse número caiu para 105. Atualmente a SASAC administra 97 companhias.

2.5 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA: DESENVOLVIMENTO, ESTRUTURA E PROCESSO DECISÓRIO

O trabalho foi guiado pela literatura especializada em política externa chinesa. Muitos autores argumentam a necessidade de analisar o comportamento chinês nas relações internacionais através da ótica dos próprios chineses (XUETONG, 2001; 2014; ZHAO, 2009; WANG, 2013; DO, 2015), tendo em vista que as teorias ocidentais, por vezes, falham em interpretar corretamente as ações chinesas. Desse modo, apesar de não haver propriamente uma escola chinesa de RI ou uma teoria de RI¹⁸ chinesa, há abordagens que buscam analisar o comportamento chinês nas relações internacionais, como pontua Shambaugh (2013).

Essas abordagens sofrem influências do pensamento de filósofos do período imperial, com destaque para Mencius, Xunzi e, em especial, Confúcio. (XUETONG, 2001; MENDES, 2008; ROSA, 2015; MONTENEGRO, 2015). Dessa maneira, aliado ao passado recente de invasões e humilhações, a China define alguns pilares na política externa como o estabelecimento do controle econômico e a inserção do país no Sistema Internacional como uma potência não alinhada e independente (KISSINGER, 2011 *apud* JAEGER, 2017; ROSA, 2015).

Aliado a essas abordagens, nessa sessão, para fins de melhor compreensão da política externa chinesa, buscou-se estudos que analisassem a política a partir de ciclos ou fases, tendo em vista que as condições históricas tendem a mudar e, conseqüentemente, os modos e meios de se fazer política acompanham essas mudanças. Para além disso, foi necessário analisar o processo de tomada de decisão da política externa chinesa para compreender as estruturas, os mecanismos e os atores presentes no processo. Justifica-se essa última a parte, a partir da constatação de que na medida que a China vem se tornando um ator cada mais presente e atuante no Sistema Internacional, há um aumento da complexidade do processo de tomada de decisão.

2.5.1 As fases da política externa chinesa

Ao analisar a política externa chinesa, pesquisadores buscam periodizá-la em fases e ciclos de acordo com eventos históricos, como a política de reforma e abertura de 1978; mudanças na liderança, Era Maoísta e pós-Mao e estratégias diplomáticas ou políticas externas. (ZHONGYING, 1998; SHU, 2005; QINGMIN, 2009; SHENGXIANG, 2010; XIAOBO, 2016). Entre esses estudos, destaca-se o de Flint e Xiaotong (2019) que argumentam que o contexto geopolítico precisa ser teorizado a fim de entender as decisões do Estado. Desse

¹⁸ Assim como Montenegro (2015), quando nos referimos ao objeto de estudo da disciplina, usaremos o termo “relações internacionais” com as iniciais minúsculas. Com o termo “Relações Internacionais” ou “RI”, com iniciais maiúsculas, nos referimos à disciplina acadêmica.

modo, ao se periodizar a política externa chinesa, é necessário contextualizá-la dentro de um escopo global e de mudança econômica. Para isso, são utilizados os conceitos de Sistema-Mundo de Emmanuel Wallerstein e dos Ciclos de Kondratieff de Nikolai Kondratieff.

De maneira geral, a Teoria do Sistema-Mundo, baseado no conceito de Economia Mundo de Braudel (1995), fundamenta-se na lógica da divisão internacional do trabalho. A partir disso, Wallerstein (1974) classifica os países em periféricos, semiperiféricos e centrais, em que cada um desempenharia um papel nessa dinâmica. Assim, os países centrais seriam os responsáveis pela geração de produtos alta complexidade, já os países periféricos forneceriam produtos bens primários, como *commodities*, para o centro e a semiperiferia. Por fim, a semiperiferia teria um papel intermediário entre os países de centro e de periferia (FONSECA, 2018, p. 10).

Já os Ciclos de Kondratieff, parte do pressuposto de que a economia mundial é composta de longos ciclos, em que cada ciclo tem a duração de cerca de 50 anos. Além disso, cada ciclo é composto por duas fases, fase A e B, onde cada fase possui uma duração de 25 anos. A primeira fase (A) é caracterizada pelo crescimento econômico, enquanto a segunda fase (B) pela estagnação e reestruturação da econômica.

A partir desse contexto, ampliando a análise de Shengxiang (2010) que divide a política externa da China em três fases¹⁹, Flint e Xiaotong (2019) abarcam toda a história moderna chinesa (1840-2039). Dessa maneira, dividindo o período histórico correspondente em 7 fases (Quadro 4), os autores dão uma visão macro histórica inédita a política externa chinesa. Devido aos objetivos do presente estudo, optou-se por focar especificamente nas duas últimas fases que são: “Abertura chinesa” (1979-2009) e “China busca o status de grande potência” (2009-2039).

As fases que vão de 1840 a 1919, que correspondem respectivamente aos ciclos do “Declínio do Império Celestial” (1840-1860); “Restauração *Tongzhi* e *Guangxu*” (1861-1895) e “Queda do Império Celeste” (1896-1919), podem ser caracterizadas pelo declínio e queda do Império Qing (清朝)²⁰.

¹⁹ 1º Fase: Despertar chinês (1919-1949); 2º Fase: Nova China (1949-1979) e 3º Fase: Abertura chinesa (1979-2009)

²⁰ É durante essas fases que ocorre a Primeira (1839-1842) e Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), o Movimento de Auto Fortalecimento (1861-1895), a restauração *Tongzhi*, a revolta de Taiping (1851-1864), a Guerra Sino-Francesa (1884-1885), a guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a Guerra dos Boxers (1899-1901) e, por fim, a Revolta de Wuchang (1911).

Quadro 4 – Fases da diplomacia chinesa (1840-2039)

Ano	Ciclos diplomáticos chineses
1840-1860	Declínio do Império Celestial
1861-1895	Restauração Tongzhi e Guangxu
1896-1919	Queda do Império Celeste
1919-1949	Despertar chinês
1949-1979	Nova China
1979-2009	Abertura chinesa
2009-2039	China busca o status de grande potência

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Flint e Xiaotong (2019).

O período que corresponde o ciclo do “Despertar chinês” (1919-1949) é caracterizado por processos internos como o Movimento de Quatro de Maio (1919), o surgimento do Partido Comunista Chinês (PCCh) em 1921, a expedição para o Norte (1926-1928), a Guerra Sino-Japonesa (1931-1945) e a Guerra de Libertação (1945-1949), quando o PCCh estabelece a República Popular da China (RPC). Já no âmbito externo, tem-se o declínio da hegemonia britânica, as disputas entre as potências ocidentais e o período da I e II Guerra Mundial (FLINT & XIAOTONG, 2019).

A fase que vai de 1949 até 1979, ou “Nova China”, é caracterizada pela consolidação do PPCh no poder, a formação de uma aliança sino-soviética e a consolidação da hegemonia estadunidense pós-Segunda Guerra. O período do pós-revolução de 1949 é caracterizado pela formação dos objetivos norteadores da política externa chinesa, os quais são refletidos na atuação internacional do país na atualidade (JAEGER, 2017). Frutos de um período histórico denominado de “século das humilhações” – século XIX – esses novos objetivos são apresentados a partir de 1949, com Mao Zedong como *China’s New Diplomacy*.

Ancorada nos ideais de independência, liberdade, integridade territorial e soberania, a política externa chinesa buscou a consolidação do governo, o estabelecimento do controle econômico e a inserção do país no Sistema Internacional como uma potência não alinhada e independente (KISSINGER, 2011 *apud* JAEGER, 2017; ROBERTS, 2012; VISENTINI *et al.*, 2013). Além disso, destaca-se a formulação dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (*heping gongchu wuxiang yuanze*, 和平共处五项原则)²¹, importante documento para a política

²¹ (I) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (II) não agressão; (III) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; (IV) igualdade e benefícios recíprocos e (V) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (CUNHA, 2009, p.9).

externa chinesa que foi formulado pelo então primeiro-ministro do chinês Zhou Enlai (周恩来).

Correspondendo ao período de 1979 a 2009, a fase de “Abertura chinesa” se destaca por mudanças importantes tanto internas, quanto externas. No âmbito interno, Deng Xiaoping lança suas políticas de Reforma e Abertura e das Quatro Modernizações na V Assembleia Nacional Popular (*Quánguó Rénmín Dàibiǎo Dàhuì*, 全国人民代表大会). Já no âmbito global, episódios como Guerra do Vietnã (1959-1975), o fim do sistema de Bretton Woods (1971) e a Crise do Petróleo (1973) geraram o debate sobre o declínio da *pax americana* (AMARAL, 2013; PECEQUILO, 2005).

É nesse contexto que a diplomacia chinesa, a partir de diretrizes propostas por Deng Xiaoping, passa agir de maneira mais pragmática com vista a aproveitar as oportunidades do contexto internacional. Intituladas de “Diretrizes da política externa em 28 caracteres”, essas diretrizes buscavam guiar a política externa chinesa num contexto de incertezas e mudanças que foi o pós-Guerra Fria. Dessa forma, a estratégia é composta de sete frases, sendo elas: 1. Observe calmamente (*lengjing guancha*, 冷静观察); 2. Mantenha sua posição (*wenzhu zhenjiao*); 3. Lide com calma (*chenzhuo yingdui*, 沉着应对); 4. Mantenha um perfil baixo (*taoguang yanghui*, 韬光养晦); 5. Guarde suas fraquezas (*shanyu shouzhuo*); 6. Nunca assuma a liderança (*juebu dangtou*, 决不头) e 7. Faça seu papel (*yousuo zuowei*, 有所作为) (ZHAO, 1996; JIN & ZHEYUAN, 2015).

A partir dessas linhas gerais, a diplomacia chinesa passa a desenvolver uma política de cunho mais multilateralista que logrou êxitos como a efetivação do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Além disso, a China focou na melhoria de relacionamento com os países vizinhos a partir de uma política de boa vizinhança (*good neighborly relationships*). Destaca-se o socorro financeiro aos países da região na crise econômica em 1997 que afetou, principalmente, as nações asiáticas.

Por fim, a fase que vai de 2009 a 2039, os autores argumentam que a China está buscando o status de grande potência. É nessa fase que vemos a China atingir um *status* de potência econômica, ampliar sua atuação para todo o globo através de grandes projetos de investimento como o *Belt & Road* (BRI) e deixar mais latente a disputa hegemônica com os Estados Unidos, com destaque as disputas tecnológicas, como a tecnologia do 5G, e econômica,

a guerra comercial. Além disso, estudiosos, como Yan Xuetong (2014), veem que a China passa a ter comportamento mais assertivo no diz respeito a política externa.

Outro importante ponto a se destacar no debate de política externa chinesa é pluralidade de pensamentos entre os estudiosos. As bases desses pensamentos estão intimamente ligadas as diretrizes apresentadas por Deng. Assim, a partir dessas diretrizes, Jin e Zheyuan (2015) identificam seis correntes que analisam a política externa da China, sendo elas: Manter um perfil baixo; Não alinhamento; Nunca pegar a liderança; Não se tornar uma superpotência; Prioridade nas relações China-Estados Unidos e Diplomacia servindo ao desenvolvimento econômico. No entanto, ao analisarmos as correntes de pensamento e suas contrapartes, constata-se que podemos agrupá-las em duas correntes majoritárias: *Keep Low Profile* (KLP) e *Striving For Achievement* (SFA).

Em resumo, o que diferencia essas duas correntes, segundo Xuetong (2014) é o fato de que o KLP se concentra nos ganhos econômicos, enquanto o SFA busca fortalecer o apoio político. Isso não quer dizer que a China deixará de lado os aspectos econômicos, mas que será enfatizada a cooperação estratégica baseada em interesses comuns maiores (XUETONG, 2014, p.169). Essa mudança ocorre a partir do papel alcançado pela a China, impelindo o país a desenvolver uma nova abordagem para atingir seus objetivos.

Principal expoente desse pensamento, Xuetong (2014) propõem analisar a partir do realismo moral²² esse novo comportamento internacional chinês que tem início com ascensão de Xi Jinping (习近平) ao poder. Essa nova posição chinesa, levará a China a distinguir os países entre pilares estratégicos, concorrentes globais, hostis e normais (Quadro 5). Além disso, a nova abordagem, por meio do estabelecimento de uma reputação moral e de uma credibilidade estratégica para a China, permitirá que os vizinhos se beneficiem economicamente do crescimento da China (XUETONG, 2014, p.170).

Quadro 5 – Categorização da política externa chinesa de acordo com o SFA

Tipos	Exemplos
Pilares estratégicos	Rússia e Paquistão
Concorrentes globais	Estados Unidos
Hostis	Japão e Filipinas
Normais	Alemanha e Índia

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Xuetong (2014).

²² Xuetong (2014) caracteriza o Realismo Moral a partir de três aspectos. A anarquia internacional, a política externa vista como instrumento para atingir interesses nacionais e a competição pelo poder, que pressupõe um jogo de soma zero e inevitável.

A última parte dessa sessão destina-se a apresentar a estrutura e processo de tomada de decisão na política externa chinesa. É importante notar a pluralidade de atores envolvidos e a consequente disputa do espaço para a atuação desses ao longo do tempo (LAMPTON, 2001; JAKOBSON & KNOX, 2010). No entanto, o maior número de atores envolvidos no processo não significa o desmanche da hierarquia da governança. De fato, como será demonstrado, a disputa entre os atores ocorre dentro dos limites da estrutura política.

2.5.2 Processo decisório da política externa chinesa

O processo de tomada de decisão da política externa acompanha a lógica hierárquica do regime de governança chinês. Dessa forma, as análises destacam a centralidade do PCCh e do Conselho do Estado na tomada de decisão da política externa (JAKOBSON & KNOX, 2010; ZHAO & GAO, 2015). Além desses dois atores, outros estudos apresentam os militares como um terceiro agente na tomada de decisão (LU, 2001; JAKOBSON & KNOX, 2010).

Como visto na primeira seção desse capítulo, o PCCh se configura como ator central, sendo assim, no sistema de tomada de decisões da política externa chinesa, é o Partido que toma as decisões (XUE, 2016, p. 28). Dessa forma, ao analisar o sistema diplomático chinês, Zhao e Gao (2015), destacam esse papel do PCCh. Para isso, os autores apresentam quatro dimensões da liderança do partido. A primeira dimensão é caracterizada pela subordinação da diplomacia ao partido, ou seja, a centralidade que o PCCh desempenha na condução e na chefia da diplomacia. Essa centralidade é representada através do papel que o Politburo desempenha.

Já a segunda dimensão é definida pelo gerenciamento centralizado por unidades especializadas. Essas unidades são compostas por membros do Politburo e outros membros do PCCh (JAKOBSON & KNOX, 2010), sendo nominadas de *Small Leading Group* (SLG). A terceira dimensão é caracterizada pela divisão de poder baseada em diferentes responsabilidades, e, por fim, a quarta dimensão é a consciência da importância das relações exteriores relevantes.

A partir do que foi posto, nota-se uma estrutura organizacional bem hierarquizada e definida, centrada nas ações do PCCh. Dessa maneira, como bem pontuado por Zhao e Gao (2015), essa estrutura:

[...] assume a forma de um guarda-chuva estendido com níveis diferentes, nos quais todos os níveis têm superiores claramente delineados para garantir que a autoridade desça de cima para baixo, de modo que o nível superior tenha total domínio dos níveis inferiores (ZHAO & GAO, 2015, p. 42)

É válido atentar que essas dimensões sofreram alterações ao longo do tempo com objetivo de fortalecer os mecanismos de tomada de decisão. Entre essas alterações recentes, as que ocorreram 18º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês em 2012 são as que se

destacam. O foco dessas alterações foi de desenvolver uma coordenação estratégica entre as várias áreas que compõe o sistema diplomático chinês. Além disso, o PCCh ampliou o escopo diplomático para além da área política, desse modo, dando a diplomacia chinesa um caráter multidimensional.

2.6 A DIPLOMACIA ECONÔMICA COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

2.6.1 Estágios da diplomacia econômica chinesa

O debate sobre o surgimento da diplomacia econômica (经济外交), como o governo chinês define a política econômica, causa certas discordâncias. Para alguns pesquisadores chineses, a concepção de diplomacia chinesa pode ser traçada até o governo de Deng Xiaoping (1978-1992) quando é realizado a política de reforma e abertura. Li (2018), ao analisar o processo histórico da diplomacia econômica chinesa, o divide em quatro estágios (Quadro 6): 1. Diplomacia de contato (1978-1988), 2. Diplomacia de integração (1989-2000), 3. Diplomacia participativa (2001-2009) e 4. Diplomacia de liderança (2010-Atual).

A diplomacia de contato tinha como objetivo romper o isolamento econômico chinês e criar canais de diálogo com a economia internacional (LI, 2018) e estava inserida no contexto da política de Reforma e Abertura. É nesse período que o governo chinês envia delegações com a meta de estabelecer trocas econômicas com o resto do mundo. Entre essas delegações, Li (2018) destaca a missão diplomática²³, que ocorreu em maio de 1978, encabeçada pelo então vice-primeiro-ministro Gu Mu (谷牧) a cinco países da Europa Ocidental (França, Bélgica, Dinamarca, Suíça e Alemanha Ocidental).

Os resultados desse período são a entrada da China em organismos econômicos multilaterais, como a retomada dos assentos no FMI e no Banco Mundial em 1980, a entrada no Banco de Desenvolvimento Asiático em 1986 e a reintegração junto ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), dando início ao processo de entrada na OMC. No âmbito bilateral, destaca-se a criação da *China-U.S. Joint Commission on Commerce and Trade* (JCCT) em 1983 (LI, 2018).

O segundo estágio da diplomacia econômica chinesa é caracterizado pelo aprendizado da dinâmica do sistema econômico mundial por parte do China, ou seja, foi o momento em que o país buscou aprender as regras do jogo para se integrar (LI, 2018). Nesse contexto, de

²³ A delegação contou, além do vice-primeiro-ministro, com Qian Zhengying (ministro da Conservação e Energia da Água), Peng Min (diretor adjunto da Comissão Estadual de Construção), Zhang Gensheng (vice-ministro da Agricultura e Florestas), Ye Lin (vice-diretor do Comitê Revolucionário de Pequim), Wang Guoquan (Diretor Adjunto do Comitê Revolucionário da Província de Guangdong), Yang Bo (Diretor Adjunto do Comitê Revolucionário da Província de Shandong).

aprendizado, a China vinha enfrentando sanções internacionais devido aos incidentes na praça Tiananmen em 1989. Para contornar a situação, o país fez uso misto de políticas de sanção e de cooperação, como o auxílio econômico dado as nações asiáticas no contexto da crise de 1997.

O resultado disso foi a reversão do quadro de sanções e a maior integração tanto regional quanto global chinesa. No âmbito regional, a China ingressa na Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) em 1991 e participa do mecanismo ASEAN + 3 que integra os membros da ASEAN²⁴ mais a China, o Japão e a Coreia do Sul. Já no âmbito global, depois de um período de negociações de 15 anos, a China se torna membro da OMC em 2001.

Quadro 6 – Estágios da diplomacia econômica chinesa

Estágios	Contexto	Objetivos
Diplomacia de contato (1978-1988)	Reforma e Abertura	Romper o isolamento econômico; Desenvolver canais de diálogo com o econômico mundial.
Diplomacia de integração (1989-2000)	Crise asiática e incidente na praça Tiananmen	Maior participação no âmbito regional
Diplomacia participativa (2001-2009)	Entrada na OMC e ascensão chinesa	Maior participação no âmbito global.
Diplomacia de liderança (2010-Atual)	Pós-crise de 2008	Formular as regras da governança econômica global.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Li (2018)

O terceiro estágio está inserido num contexto de entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, posteriormente, sua ascensão global. A conversão como membro pleno da OMC permitiu que a China tivesse maior participação na governança econômica e financeira global e de seus mecanismos de controle (LIU, 2018). Aliado a uma ascensão no Sistema Internacional como um todo, a China participou e promoveu uma série de mecanismos comerciais e financeiros, com destaque para a Rodada Doha, a Conferência Ministerial do G20 e o desenvolvimento de áreas de livre comércio regionais²⁵

²⁴ São eles: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã.

²⁵ Hong Kong (2003), Macau (2004), ASEAN (2004), Austrália (2005), Chile (2005), Conselho de Cooperação do Golfo (2005), Paquistão (2006), Costa Rica (2008), Nova Zelândia (2008), Singapura (2008), Peru (2009) (MEDEIROS, 2009, p. 63-64).

É nesse contexto de internacionalização e crescimento chinês que em agosto de 2004, o então Primeiro Ministro, Wen Jiabao (温家宝) afirma que a “diplomacia econômica se tornou cada vez mais uma parte importante da diplomacia geral da China”, (RPC, 2004, s.p.)²⁶. Essa percepção da importância da diplomacia econômica na política externa chinesa é melhor detalhada na fala do Assistente do Ministro das Relações Exteriores Lu Guozeng no Seminário sobre Diplomacia e Economia, no qual afirmou que:

A tarefa fundamental da diplomacia é servir o interesse nacional. Com o desenvolvimento e a mudança da situação, as implicações e funções da diplomacia também estão mudando. Está gradualmente se expandindo das áreas políticas e de segurança para os campos econômicos e culturais. Ao garantir a soberania e a segurança nacionais, a diplomacia deve arcar com tarefas cada vez mais pesadas para salvaguardar os interesses econômicos nacionais e promover o desenvolvimento doméstico (LU, 2004, s.p.)²⁷

Por fim, posto num contexto de pós-crise financeira global e declínio acentuado da hegemonia americana, está o último estágio. É nesse contexto que a China busca se transformar num *ruler maker* e lança uma série de projetos, seja financeiros e/ou comerciais, nessa direção. Em 2009, na esteira da crise de 2008, a China decide internacionalizar sua moeda, o renminbi. Com o objetivo principal de estabilizar o comércio, a internacionalização também fortaleceu o papel da moeda no sistema monetário internacional. Finalmente, em 2013, o Governo chinês, na figura de Xi Jinping (习近平), lança o principal projeto comercial e de investimento do país, o *Belt and Road Initiative* (BRI), conhecido como a Nova Rota da Seda. A importância do projeto é tamanha que foi colocado na Constituição do PCCh (GOH & RUWITCH, 2017).

2.6.2 Estrutura institucional da diplomacia chinesa

A cada novo estágio, as atividades diplomáticas se tornaram mais complexas e, conseqüentemente, a governança diplomática acompanhou esse desenvolvimento. Assim, a China desenvolveu um complexo sistema de tomada de decisão e implementação da diplomacia econômica (LI, 2014, s.p). Composto por 5 níveis, a estrutura institucional da diplomacia econômica chinesa perpassa as principais esferas de poder do governo e do partido, como o Comitê Permanente do Politburo e do Comitê Central do Partido (Figura 5).

No primeiro nível está o Presidente do Estado e o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado. É importante observar que no sistema de formulação da política externa chinesa, enquanto o Presidente é o responsável pelos assuntos que envolvem as esferas de política e de segurança, o Primeiro-Ministro fica responsável pela esfera diplomática. Atenta-se que este é um consenso criado a mais de duas décadas no sistema político chinês (LI, 2014).

²⁶ Tradução própria.

²⁷ Tradução própria.

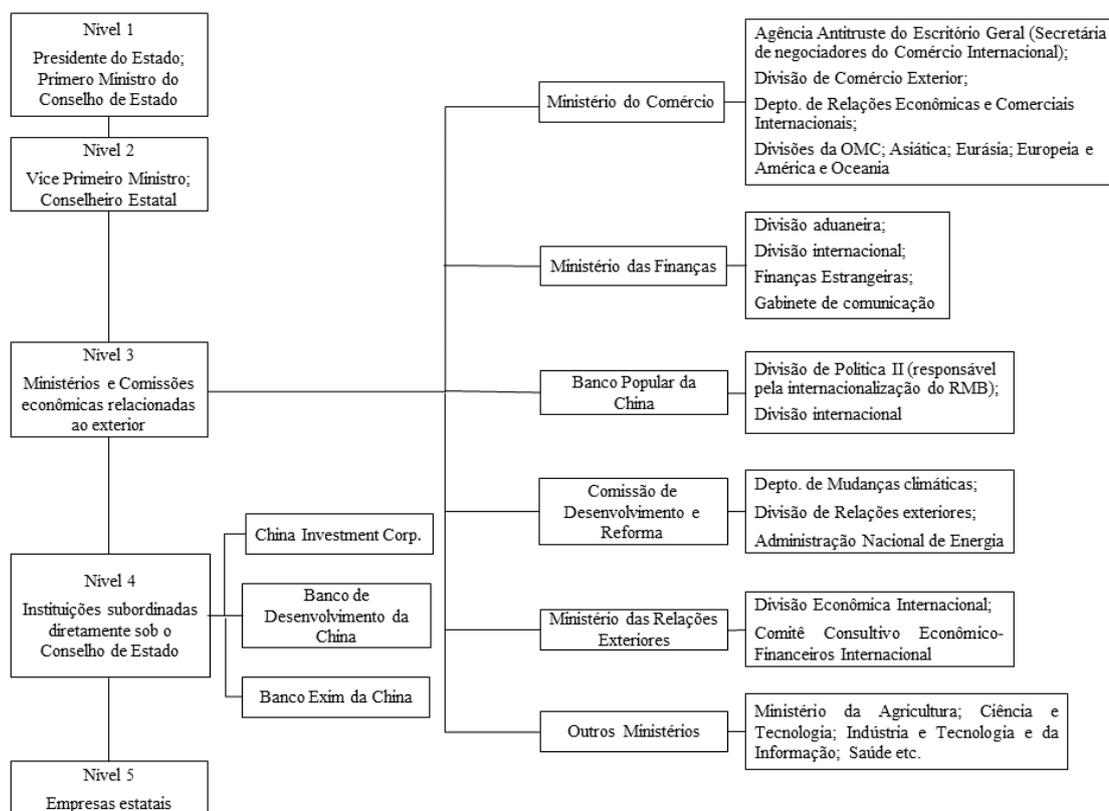
O segundo nível é constituído pelos vice-primeiros-ministros e os conselheiros de Estado que, assim como o Presidente e o Primeiro-Ministro, possuem papéis definidos e coordenação política entre si para o desenvolvimento de políticas económicas e externas (LI, 2014, s.p). O terceiro nível é composto pelos principais ministérios e comissões económicas estrangeiras do Conselho de Estado, como pode ser observado na figura 4. Li (2014) atenta que esses atores são os executores mais importantes e estão diretamente ligados a diplomacia económica da China.

Como citado na seção anterior, a política externa chinesa teve um incremento no número de atores envolvidos e a consequente disputa do espaço para a atuação desses ao longo do tempo (LAMPTON, 2001; JAKOBSON & KNOX, 2010). Esse maior quantitativo de atores e a disputa entre eles gerou perdas e ganhos. Entre esses atores, o que perdeu mais espaço é o Ministério das Relações Exteriores (MOFA, sigla em inglês).

Já os atores que ganharam mais espaço com o aumento da inserção internacional chinesa e o consequente aumento da complexidade da diplomacia foram os Ministérios do Comércio e das Finanças²⁸ e a Comissão de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, sigla em inglês). A valer, o Ministério do Comércio (MOFCOM, sigla em inglês) é o principal ator na diplomacia económica e de acordo com Li (2014, s.p) o MOFCOM é responsável pelo investimento externo e pelos assuntos de ajuda externa.

²⁸ Segundo Li (2014, s.p.) o Ministério das Finanças tem aumentado seu grau de importância na diplomacia económica devido a mudança gradual do comércio para as finanças nos últimos anos na China.

Figura 5 – Estrutura institucional da diplomacia econômica chinesa.



Fonte: Elaboração própria com base em Li (2014)

Além do MOFCOM, outro importante órgão na estrutura econômica diplomática é a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma. A NDRC é um importante ator não apenas na esfera da diplomacia econômica, mas na esfera econômica chinesa como um todo. E essa importância é refletida na diplomacia econômica, onde a NDRC coordena a diplomacia comercial, financeira e de investimento. Além disso, desempenha um papel nas negociações climáticas e nas questões energéticas (LI, 2014).

O quarto nível é composto por instituições subordinadas diretamente ao Conselho de Estado (*guówùyuan zhíshǔ jīgòu*, 国务院直属机构)²⁹, ou seja, organizações que podem desempenhar funções administrativas de forma independente (CHANGHAO, 2018). Li (2014) destaca que mesmo não sendo agências governamentais ou instituições exclusivamente comerciais, essas instituições desempenham um papel na promoção da governança econômica internacional, sendo assim, parte importante na estrutura de governança.

Por fim, no quinto nível, tem-se as empresas estatais. O papel delas será melhor debatido nos capítulos seguintes, mas é válido destacar que possuem uma função importante no

²⁹ São elas: General Administration of Customs, State Intellectual Property Office, State Administration of radio and television, State International Development Cooperations Agency, State Medical Insurance Administration e State Market Regulatory Administration (CHANGHAO, 2018).

mecanismo político econômico. São elas que vão materializar os esforços políticos. Entretanto, destaca-se que isso não significa que nem sempre as ações realizadas por essas empresas são de cunho político, pois são entes que possuem interesses empresariais que em certas ocasiões nada tem a ver com os objetivos políticos.

O entendimento dos tomadores de decisão chineses sobre a importância de desenvolver, de maneira mais acurada, mecanismos de política econômica decorre muito do fato da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Tal fato permitiu um acesso maior do país asiático a uma gama maior de mercados, ampliando a capacidade dos interesses chineses para novos mercados. Dessa forma, em conferência com os diplomatas chineses em 2004, Hu Jintao (2004, s.p) afirmou que era “necessário promover a construção de uma ordem política e econômica internacional justa, racional e nova”³⁰.

Para desenvolver esses objetivos, o governo chinês buscou utilizar uma série de ferramentas dentro do escopo da política econômica, como os tratados de livre comércio, as finanças, os investimentos diretos e as assistências financeiras. Como resultado disso, haveria a expansão e garantia de acesso aos mercados, investimentos, tecnologia e recursos estratégicos para a China, explorando todo o potencial dos mercados, além de combater a narrativa de que o desenvolvimento chinês configura como uma ameaça a outras nações³¹ (MEDEIROS, 2009; CHINA, 2013; HEATH, 2016). Dessa maneira, a China empenhou-se ao longo das décadas do século XXI a expandir sua relação com os demais países por meio desses mecanismos.

Essas ferramentas estão inseridas num conjunto de três pilares que dão sustento a estratégia chinesa, são eles: os líderes chineses, a cooperação *win-win* e as empresas. De acordo com a embaixada chinesa no Nepal, os líderes chineses atuavam como “representantes, negociadores e vendedores durante suas visitas ao exterior para atender aos interesses econômicos nacionais”; já a cooperação *win-win* buscava maximizar os benefícios para ambas as partes e, por fim, as empresas que utilizariam o potencial dos mercados (CHINA, 2013).

2.6.3 A diplomacia econômica chinesa na prática

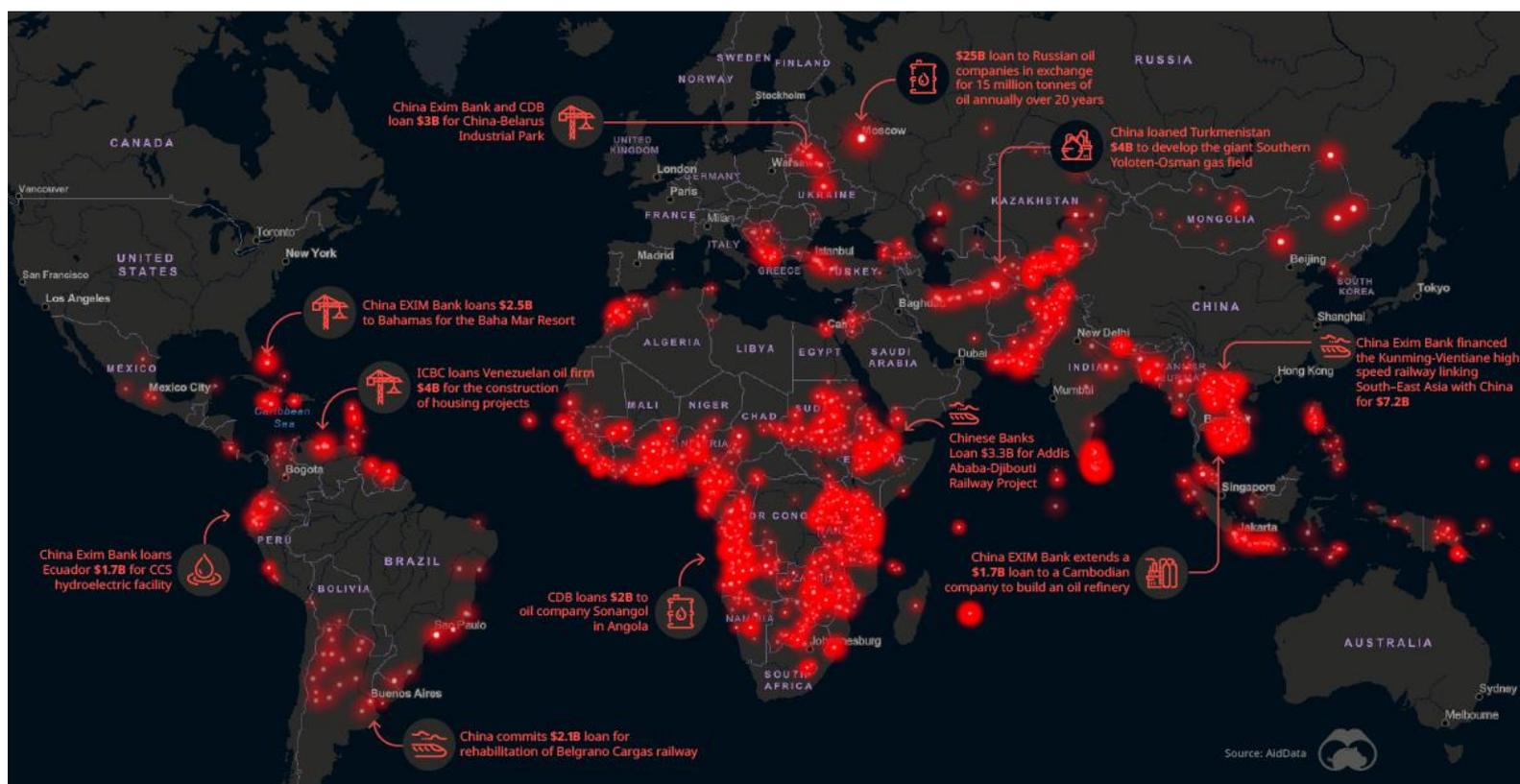
Para ilustrar o argumento, pode-se observar na figura 6 o número de projetos desenvolvidos pela China entre 2000 e 2017 ao redor do mundo. A partir de bancos de desenvolvimento e das empresas estatais, o governo chinês tem promovido uma série de investimentos em infraestrutura, como transporte e comunicação. No que diz respeito os investimentos externos realizados pelas empresas estatais, houve o estímulo por parte do

³⁰ Tradução própria.

³¹ Também conhecido como *Chinese Treat* (*Zhōngguó wēixié*, 中国威胁).

governo através da política do *go out strategy* (*zou chu qu*, 走出去), em que as mesmas entram nos mercados globais não apenas para fins econômicos, mas também para garantir objetivos políticos estratégicos para a China, como o reconhecimento por boa parte da comunidade internacional da política de “Uma Só China”.

Figura 6 – Projetos chineses ao redor do mundo (2000-2017)



Fonte: Routley (2020).

Alves (2012), ao analisar a evolução da política econômica da China em África, destaca para a forte presença de investimentos e projetos nas áreas de segurança energética e mineral. Além disso, a autora atenta para mudanças na estratégia, em que as estatais passaram a ter mais autonomia, realizando cada vez mais fusões e aquisições. Já Relly (2017) analisa a estratégia chinesa na Europa em três abordagens distintas: reciprocidade específica, difusa e engajamento estratégico. Analisando os casos do Dalai Lama, o reconhecimento da economia chinesa como sendo uma economia de mercado e a resposta de Pequim a crise de 2008, o autor demonstra como a China se utilizou de mecanismos econômicos para fins políticos.

Esse aumento dos investimentos chineses, criou a ideia de que a China estaria utilizando o débito que outras nações possuem com ela para fins políticos, ou seja, a *debt-trap diplomacy*. O termo ganhou força entre os analistas depois da publicação de alguns textos do estrategista indiano Brahma Chellaney (2017a; 2017b). No entanto, é válido pontuar que essa narrativa não encontra embasamento nos dados analisados (KRATZ, FENG & WRIGTH, 2019;

BAUTIGAM, 2020)³². De fato, casos como o porto de Hambantota³³ no Sri Lanka são exceção e ocorrem quando o país já possui um histórico negativo de mau pagador.

Esse movimento também pode ser observado no âmbito do comércio. Desde a sua entrada na OMC, a China buscou ampliar a cooperação comercial com as demais nações, obtendo resultados significativos e superando os Estados Unidos da América (EUA) como o maior exportador do mundo, como se observa na figura 7. Com a assinatura de tratados de livre comércio bilaterais e multilaterais, como a do Chile em 2015 ou da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 2002.

Figura 7 – Comparativo entre as exportação chinesas e americanas em 2019.



Fonte: Financial Times (2019)

Por fim, quando se trata de pontuar a eficiência das políticas econômicas chinesas, há discordâncias na literatura. Por exemplo, em se tratando das políticas coercitivas, Glaser (2012) aponta que a China tem sido extremamente eficaz e, desse modo, preocupante. Já para Reilly (2013), apesar do sucesso das políticas, tem-se produzido externalidades negativas para o país asiático, como um ressurgimento da *Chinese Threat* (*Zhōngguó wēixié*, 中国威胁), ou seja, que a China não irá respeitar as estruturas internacionais.

³² Kratz, Feng & Wright (2019, s.p.) apontam que as apreensões de ativos são uma ocorrência rara e que geralmente envolvem um resultado mais equilibrado entre a China e o país devedor. Além disso, destacam que boa parte dos casos analisados envolveram um resultado positivo para o país devedor, mostrando que a influência da China nas negociações é limitada.

³³ Empreendimento com investimento chinês que, por falta de pagamento do governo cingalês, teve sua administração transferida para uma empresa chinesa por um período de 99 anos.

2.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do que foi exposto, a presente seção procurou debater a relação entre as políticas industrial e externa a partir da perspectiva da diplomacia econômica. Consideramos que para o cumprimento dos objetivos da política externa, se faz necessário um intercâmbio com objetivos domésticos. Para isso, políticas internas do Estado, como industrial, devem dialogar com políticas externas afim de cumprir as metas estabelecidas pelo governo.

Analisando a China, procurou-se demonstrar como o Estado chinês tem conciliado objetivos domésticos e externos com o propósito de maior inserção internacional, obtendo posições no Sistema Internacional e se tornando um ator de peso nas tomadas de decisão mundial. A partir de uma estrutura diplomática econômica, objetivos, fatores e atores domésticos tem desempenhando um papel importante no cumprimento das metas da política externa.

Um exemplo disso é a segurança energética doméstica e o papel que as empresas nacionais de petróleo chinesa (NOC's, em inglês) desempenham. Por meio de uma política de investimentos na qual impeliu as NOC's a competirem no mercado global, a China conseguiu acessar e ampliar mercados, garantir investimentos e recursos estratégicos, garantido melhores posições na cadeia global de produção.

No próximo capítulo será analisado o papel da política dos campeões nacionais no cumprimento de metas da política externa chinesa. A hipótese a ser testada nesse trabalho é que as campeãs nacionais contribuíram para cumprimento das metas da política externa chinesa. Para testar a hipótese, fez-se uso do *process-tracing* para identificar a cadeia causal e a conexão entre os mecanismos causais.

3 DE DENG A XI: O PAPEL DOS CAMPEÕES NACIONAIS NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

3.1 INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo dessa dissertação buscou expor a relação entre uma política doméstica, especificamente a política industrial, e a política externa. Como visto, essa relação pode ser analisada a partir da diplomacia econômica, ou seja, a utilização de meios econômicos para fins políticos. No entanto, para os fins que esse estudo se propõem, apenas a apresentação dessa relação entre as políticas seria um esforço incompleto.

Sendo assim, como esse estudo objetiva analisar o papel de uma política industrial em questão, a dos campeões nacionais no cumprimento de metas da política externa chinesa entre 1993 e 2019, fez-se necessário identificar a cadeia causal e a conexão entre os mecanismos causais por meio de uma observação sistemática das evidências selecionadas e analisadas. Com o propósito de que, desse modo, seja possível avaliar a hipótese (SILVA & CUNHA, 2015).

A hipótese formulada por esta dissertação é que as SOE's que fazem parte da chamada política dos campeões nacionais contribuíram para as metas da política externa chinesa. Para observar se a hipótese é verdadeira, optou-se por analisar o papel das companhias nacionais de petróleo chinesas, também conhecidas como NOC's (*National Oil Companies*). E entre as metas a serem observadas está a de propiciar o desenvolvimento econômico para a RPC (KISSINGER, 2011 *apud* JAEGER, 2017; ROBERTS, 2012; VISENTINI *et al.*, 2013; ROSA, 2015). A partir disso, esse capítulo foi dividido em 6 seções. Além dessa breve introdução, o capítulo conta com uma seção destinada a apresentar a metodologia utilizada, uma seção para a hipótese e seu teste e, por fim, as considerações finais do capítulo.

3.2 METODOLOGIA

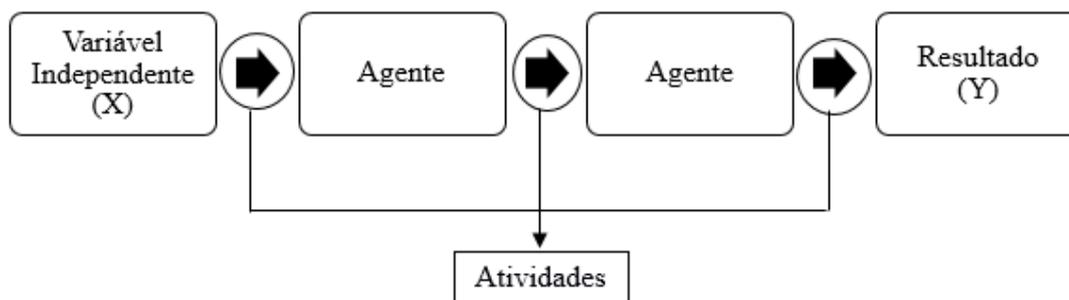
Dada a natureza do estudo, o método escolhido foi o *process tracing* (PT), pois permite a análise de evidências nos processos, sequências e conjunturas de eventos num caso para o propósito de desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar o caso (BENNETT & CHECKEL 2015, p.7). Ou seja, o *process tracing* pode ser definido pela ambição em descrever mecanismos causais, sendo estes “um sistema complexo que produz uma reação pela interação de várias partes” (GLENNAN, 1996, p. 5)³⁴.

Intituladas de agentes ou entidades, essas partes que interagem produzem “movimento que transmite força causal para a próxima parte do mecanismo” (PERDESEN & BEACH 2013, p.39), isto é, os agentes produzem uma reação e a interação entre reações dos agentes possibilita

³⁴ Tradução própria.

explicar os resultados produzidos no contexto onde eles operam. Esses agentes ou entidades podem ser indivíduos, grupos ou Estados (BEACH, 2012). A figura 8 ilustra de maneira didática os pontos que estruturam uma cadeia causal.

Figura 8 – Estrutura do mecanismo causal.



Fonte: Elaboração própria com base em Beach (2012).

Conforme as diretrizes desenvolvidas por Beach e Pedersen (2016, p.171), o *process tracing* deve ser utilizado a partir da lógica informal bayesiana, pois fornece um conjunto de ferramentas lógicas para avaliar o que encontramos, em particular, as evidências que envolvem as teorias que estão sendo utilizadas. Assim, como pontuam os autores, o material empírico é uma evidência que pode aumentar ou diminuir a confiança em uma hipótese. Dessa forma, para testarmos a confiança na hipótese, os autores propõem uma função em que devemos ter: (1) Confiança *a priori* na hipótese; (2) o peso teórico das evidências coletadas e (3) a precisão das evidências (BEACH & PEDERSEN, 2016).

É válido destacar que o *process tracing* não é um método único, ou seja, não há apenas uma forma de PT. Beach e Pedersen (2011) apresentam três variantes do *process tracing*, tendo em vista que o tratamento desse método como sendo único pode levar a “diretrizes metodológicas relativamente obscuras” (BEACH & PEDERSEN, 2011, p.4). Dessa maneira, como o estudo busca criar uma explicação minimamente suficiente de um resultado particular, não sendo seu objetivo testar ou construir uma teoria de um mecanismo sistemático; será utilizada a variação *explaining outcomes proces-stracing*, definida como:

[...] um método centrado no caso que tenta criar uma explicação minimamente suficiente de um resultado usando uma combinação eclética de mecanismos teóricos e/ou mecanismos não-sistemáticos específicos de caso (BEACH & PEDERSEN, 2011, p. 6-7)³⁵

³⁵ Tradução do autor.

É importante destacar que, como qualquer outro método, o *proces-stracing* possui suas limitações. Três dessas limitações são elencadas por Henriques, Leite e Júnior (2015, p.19-20). A primeira diz respeito a dependência do PT a um aparato teórico anterior ao fenômeno estudado. Sendo assim, faz-se necessário que o pesquisador evite o viés teórico. A segunda limitação que os autores destacam são as fontes empíricas, que devem ser confiáveis e bem analisadas para garantir o rigor metodológico. Por fim, a terceira limitação se refere a questão do viés de confirmação. Para contornar isso, a partir de Vennesson (2008), os autores aconselham considerar hipóteses alternativas.

A partir do que foi apresentado nessa seção, foi realizada os seguintes passos. Primeiro, a análise da observação dos processos causais, que constitui em analisar “as sequências no desenrolar dos mecanismos na direção causa ao efeito” (SILVA & CUNHA, 2015). Em seguida, a descrição, tendo em vista a necessidade de demonstrar como ocorrem os processos específicos, por meio dos mecanismos que conectam a causa (X) ao efeito (Y) ao longo do tempo. Por fim, a sequência, visto que dentro da cadeia causal é necessário que os elos devem estar conectados de maneira a fazer sentido o que está sendo analisado. Para Silva e Cunha (2015), esses três elementos são essenciais para um bom desenho de pesquisa que utiliza o *process tracing*.

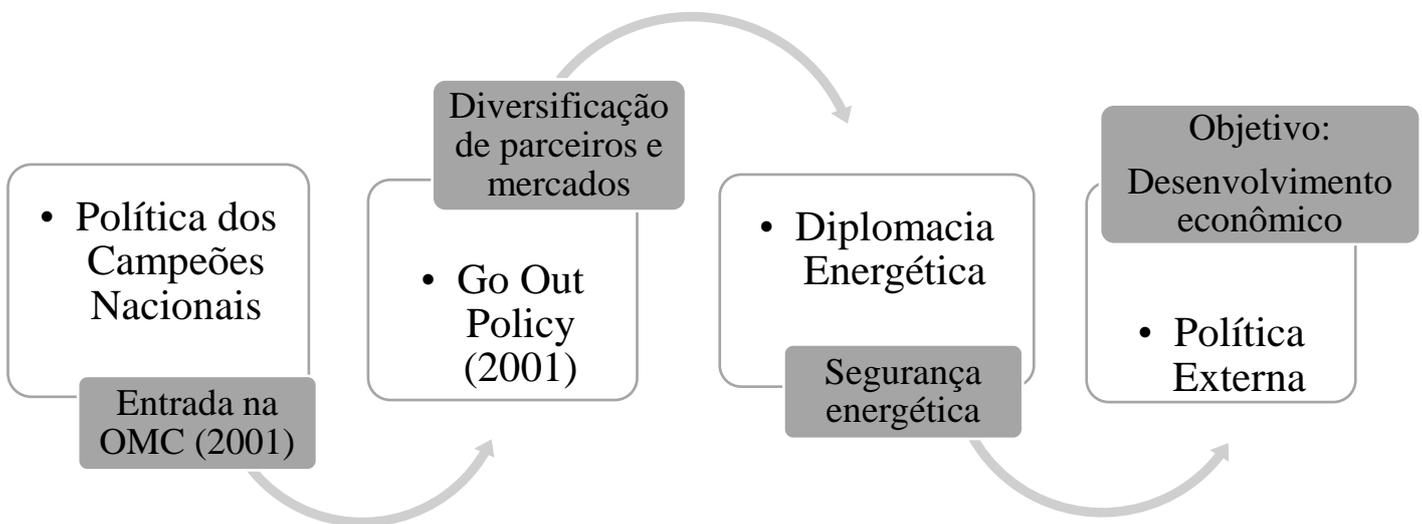
3.3 HIPÓTESE

A hipótese dessa dissertação é que a política dos campeões nacionais, por meio do fortalecimento das empresas estatais, contribuiu para as metas da política externa chinesa (Figura 9). Isso se deu a partir da seguinte maneira, entre as metas da política externa chinesa está a de propiciar o desenvolvimento econômico do país (KISSINGER, 2011 *apud* JAEGER, 2017; ROBERTS, 2012; VISENTINI *et al.*, 2013; ROSA, 2015). Inserido nesse planejamento, podemos destacar que nenhum desenvolvimento econômico se dá sem acessos aos recursos que possibilitem isso.

Entre os recursos essenciais para o desenvolvimento econômico está o acesso seguro e constante de recursos energéticos, dos quais se destaca os hidrocarbonetos (petróleo e gás). Dessa forma, a partir do fato de que, desde 1993, a China deixou de ser autossuficiente em petróleo, o Estado Chinês, por meio das suas companhias do setor energético, buscou expandir e diversificar o acesso a esses recursos (DOWNS, 2006; MEDEIROS, 2009. p.39; HEATH, 2012; WEISSMAN, 2015). Para isso, as companhias nacionais de petróleo chinesas, também conhecidas como NOC's (*National Oil Companies*), utilizaram sua capacidade de investimentos para garantir acesso a novos mercados e rotas.

Essa capacidade é adquirida durante as reformas estruturais durante a década de 1990, no qual permitiram que as companhias se tornassem atores com potencial de competir em nível global, garantindo, assim, um suprimento adequado capaz de propiciar o desenvolvimento da China. Por fim, é válido destacar que as empresas e seus investimentos são apenas parte de um mecanismo maior de desenvolvimento econômico chinês. O trabalho não busca afirmar que esses atores foram os únicos, apenas demonstrar que as companhias são peças importantes no planejamento e execução dos objetivos da política externa.

Figura 9 – Hipótese



Fonte: Elaboração própria.

A partir desse contexto, essa seção buscou apresentar toda a cadeia causal e seus mecanismos, desde a formulação da política dos campeões nacionais, passando pela entrada da China na OMC e posteriormente a implementação da política de internacionalização. Por fim, a análise do papel das NOC's na política externa, especificamente no que diz respeito a Diplomacia Energética chinesa.

Essa seção toma como ponto de partida a terceira fase das políticas industriais apresentadas por Hemphill e White (2013), que corresponde o período entre 1993 até 2005, e tem como foco as políticas reformistas das companhias estatais. É importante deixar claro que, como o recorte histórico escolhido na análise corresponde 1993 até 2013, foi necessário analisar também a quarta fase (2005-atual). Para isso, optou-se por apresentar de maneira breve o momento atual da política dos campeões nacionais e seu papel no governo Xi Jinping.

Fazendo uma breve retrospectiva, durante o final da segunda e o início da terceira fase, o governo chinês implementou uma série de políticas voltadas para as empresas estatais com o objetivo de permitir mais autonomia, incentivos e competição (JEFFERSON & RAWSKI, 1994). Entre essas reformas, a que se destaca, foi intitulada de “agarrar o grande e abrir mão do pequeno” ou política dos campeões nacionais (*national champions policy*), na qual o Estado chinês selecionou empresas consideradas estratégicas para o seu desenvolvimento e metas, formando, assim, um grupo conhecido como *national team*.

O processo que culminou no desenvolvimento dessa política acompanha toda a trajetória de reformas econômicas da China moderna. Sendo assim, para auxiliar o leitor, optou-se por apresentar as reformas das estatais em três estágios. O primeiro estágio visou apresentar um arcabouço pré-política dos campeões nacionais, enquanto os outros dois estágios focam especificamente no desenvolvimento e implementação da mesma.

3.4 PRIMEIRO ESTÁGIO (1978-1992): BREVE CONTEXTO DAS POLÍTICAS PARA AS ESTATAIS

Esse processo de reformas das companhias estatais está inserido no escopo das políticas industriais que tiveram início a partir das políticas de Reforma e Abertura e das Quatro Modernizações de Deng Xiaoping, como foi pontuado no capítulo anterior. Em 1978, na província de Sinchuan, o governo local deu autonomia a seis empresas, permitindo que essas ficassem com parte dos lucros e se responsabilizassem pelas perdas, além de distribuir bônus aos trabalhadores caso as metas fossem alcançadas (LIN *et al*, 2020, p.7). Em 1979, essa política foi ampliada para outras 100 empresas da província. Posteriormente, essa política local foi ampliada para o âmbito nacional, onde o governo central iniciou seu próprio programa em oito empresas nas localidades de Pequim, Tianjin e Xangai a partir de maio de 1979 (HUANG, 2012, p. 99).

Os resultados dessa política de maior autonomia das SOE's parecem ter sido bem aceitos, como os dados de Huang (1999) nos mostram. Em 1980, o número de empresas estatais que adotavam o sistema de "responsabilidade por lucros e perdas" havia aumentado para 6.600, representando cerca de 16% das empresas estatais, 60% da produção e 70% dos lucros das empresas. Já no início de 1981, o número saltou para cerca de 42.000 empresas estatais e, em 1983, quase todas as empresas estatais já tinham adotado o sistema de responsabilidade. Além disso, no mesmo ano o Conselho de Estado determinou que as companhias estatais passariam a pagar 55% em imposto, em vez de entregar todo o lucro para o Estado (HUANG, 1999, p.99; LIN *et al*, 2020).

Em 16 de setembro de 1986, o Comitê Central do PCCh e o Conselho de Estado reconhecem os chefes de fábrica como representantes legais de suas empresas. Segundo Rosen, Leutert e Guo (2018), foi o primeiro passo das autoridades para separar propriedade e gerenciamento. Em 13 de abril 1988, o Congresso Nacional do Povo promulga a “Lei da República Popular da China sobre empresas industriais de propriedade de todo o povo”, ratificando o papel dos chefes de fábrica na governança das empresas, como pode ser observado no Art. 7 do primeiro capítulo que cita que “[...] o diretor da fábrica (gerente) assume a responsabilidade geral pelo trabalho da empresa” e no Art. 45, caput. 4, “O diretor da fábrica deve ser o representante legal da empresa” (NPC, 1988, s.p.). Além disso, o Art. 45 também detalha as funções que o gerente deve desempenhar, que seriam:

O diretor da fábrica deve ser o representante legal da empresa.

A empresa deve estabelecer um sistema de produção, operação e gerenciamento liderado pelo diretor da fábrica. O diretor da fábrica deve ocupar a posição central na empresa e assumir a responsabilidade geral pela construção de uma empresa materialmente desenvolvida e cultural e ideologicamente avançada.

O diretor da fábrica deve **exercer liderança na produção, operação e gerenciamento da empresa**, exercendo as seguintes funções e poderes:

(1) **decidir sobre os vários planos da empresa ou relatá-los para exame e aprovação** de acordo com a lei e as disposições do Conselho de Estado.

(2) **decidir sobre a configuração administrativa da empresa**

(3) **propor ao departamento competente do governo a nomeação ou destituição, emprego ou destituição de quadros administrativos líderes no nível de um vice-diretor da fábrica**, salvo disposição em contrário da lei e das disposições do Conselho de Estado

(4) **nomear ou remover, empregar ou destituir os quadros administrativos de nível intermediário da empresa**, exceto conforme estipulado por lei

(5) **propor planos de reajuste salarial e distribuição de bônus e regras e regulamentos importantes e encaminhá-los à congresso de funcionários e trabalhadores para exame e aprovação; propor programas para o uso do fundo de assistência social e fazer sugestões sobre outros assuntos importantes para o bem-estar e os benefícios dos funcionários e trabalhadores e encaminhá-los ao congresso de funcionários e trabalhadores para deliberação e decisão**

(6) **recompensar ou punir os funcionários e trabalhadores de acordo com a lei**; submeter ao departamento competente das propostas do governo para recompensar ou punir os principais quadros administrativos no nível de um vice-diretor da fábrica (NPC, 1988, s.p.)³⁶

Apesar dessas mudanças, que permitiram maior independência das companhias estatais, importantes nomes do PCCh estavam insatisfeitos com os rumos das políticas de reforma, pois argumentavam que as políticas eram conservadoras. Entre esses estava o Deng Xiaoping, que em janeiro de 1992 realizou uma viagem pelo Sul da China³⁷ com o objetivo de tornar as reformas econômicas mais céleres, ou seja, maior abertura e crescimento mais rápido (VOGEL, 2011).

³⁶ Grifos e tradução própria.

³⁷ As províncias, cidades administrativas visitadas foram: Hubei (Wuhan e Wuchang); Hunan (Changsha); Guangdong (Guangzhou, Shanzhen, Zhuhai, Zhongshan e Shunde); Jiangxi (Yingtian) e Shanghai.

É importante destacar que esse embate estava inserido no contexto pós-Tiananmen, que ocorreu em 1989. Dessa forma, como pontua Vogel (2011, p.665), havia um ala do Partido que considerava o fracasso no controle da inflação em 1988 tinha sido o responsável pelo massacre ocorrido no ano seguinte. Essa ala mais conservadora era representada por Chen Yun (陈云), que já defendia uma reforma econômica mais branda, e com os fatos de 1989 considerava o único caminho seguro para a China. Contrariamente a esse pensamento, Deng Xiaoping defendia que só com o crescimento rápido poderia manter o apoio popular ao PCCh.

Além da circunstância do pós-Tiananmen, haveria, em 1992, o 14º Congresso do PCC, que teria início em outubro e que iria apresentar as diretrizes político-econômicas da China por pelo menos 5 anos. É a partir desse contexto de disputa pela condução das reformas econômicas que Deng Xiaoping inicia sua viagem pelo Sul do país com o intuito de demonstrar força política, influenciando nos rumos do Congresso com o objetivo de garantir que sua agenda econômica saísse como a vencedora³⁸.

Sendo assim, em 17 de janeiro de 1992, Deng Xiaoping sai de Beijing em direção a Wuhan, finalizando a jornada em meados de fevereiro em Shanghai. Durante toda a viagem que ficou conhecida posteriormente como *Nánfāng tánhuà* (南方谈话) ou Conversas do Sul, Deng Xiaoping expressou a necessidade de continuar a reforma e a abertura, manter um governo enxuto, treinar os jovens e falar menos e fazer mais (VOGEL, 2011, p.673). Os resultados da jornada de Deng Xiaoping ao Sul do país não tardaram a aparecer em Pequim. Dois dias após um encontro entre Deng e políticos locais de Wuhan, Jiang Zemin confidenciou a colegas que a “China deveria acelerar o ritmo da reforma, reavivar a política de portas abertas e reduzir o número de reuniões” (VOGEL, 2011, p.670).

Todavia, o ponto de inflexão da viagem pode ser identificado nas visitas realizadas nas cidades de Shenzhen e Zhuhai, na província de Guangdong, com destaque a visita à Zhuhai. Dois fatores podem ser elencados para isso, o primeiro diz respeito a ampla divulgação da visita de Deng Xiaoping a Shenzhen pela mídia de Hong Kong. É válido destacar que o governo central não possuía controle sobre a mídia da região e a proximidade entre Shenzhen e Hong Kong (30km, de trem) permitia que o sinal de TV chegasse sem o bloqueio por parte do Pequim. Junta-se a isso o fato de Deng Xiaoping ter realizado uma reunião em Zhuhai com Qiao Shi (

³⁸ De acordo com biografia escrita por Ezra F. Vogel: “Deng [Xiaoping] deixou claro que, se Jiang Zemin promovesse um crescimento mais rápido e uma maior abertura, ele o apoiaria; caso contrário, ele apoiaria outros líderes do partido” (VOGEL, 2011, p.669).

乔石), membro do Comitê Central do Politburo, e visto como um potencial rival de Jiang Zemin na disputa pela liderança da China (VOGEL, 2011).

Como consequência da viagem, Deng Xiaoping arregimentou o apoio das lideranças províncias, que viam a postura de Pequim como limitante para o desenvolvimento e que viram nas palavras de Deng um estímulo. Além dessa base, Deng recebeu apoio de importantes nomes da ala militar, como o presidente Yang Shangkun (杨尚昆)³⁹, que também era vice-presidente da Comissão Militar Central (CMC); o General Liu Huaqing (刘华清)⁴⁰, vice-presidente do CMC; e o General Yang Baibing (杨白冰)⁴¹, chefe do Departamento de Trabalho Político do exército chinês e secretário geral do CMC (VOGEL, 2011, p.673).

Assim sendo, o apoio das lideranças políticas provinciais e militares a proposta econômica de Deng Xiaoping foi sentida no centro do poder político chinês como destaca Vogel (2011):

Na reunião do Politburo, o presidente Yang Shangkun iniciou a discussão apoiando vigorosamente o documento, e Jiang Zemin seguiu expressando total apoio aos esforços de Deng e admitindo que ele havia sido negligente na promoção da reforma. **O Politburo endossou por unanimidade a mensagem básica de Deng [...] e concordou que a mensagem seria a peça central do 14º Congresso do Partido a ser realizado no final daquele ano. [...].** A essência de seu conselho não surpreendeu quem seguiu as palavras e ações de Deng: seja mais ousado na reforma e aberto ao exterior. **Desde a reunião do Politburo de março em diante, o resumo aprovado das declarações de Deng sobre a jornada para o sul tornou-se a nova diretriz para a política oficial** (VOGEL, 2011, p. 680)⁴²

A vitória política de Deng Xiaoping foi materializada com a escolha de Jiang Zemin para liderança do PCCh e da China, que em relatório, apresentado no congresso em 12 de outubro de 1992, intitulado de “Acelerando a reforma, a abertura para o mundo exterior e o impulso para a modernização, de modo a alcançar maiores sucessos na construção do socialismo com características chinesas” elevou os pensamentos de Deng Xiaoping a categoria de teoria sendo intitulada de “Socialismo com Características Chinesas” e dedicou a primeira parte da sua fala para defender a necessidade de “acelerar a reforma e a abertura e promover o desenvolvimento econômico e o progresso social geral” (ZEMIN, 1994, s.p).

E a partir da teoria de Deng, Jiang Zemin apresentou uma série de diretrizes a serem tomadas pelo Governo na condução econômica, que caracterizariam o que Jiang chamou de “Socialismo de Mercado”. O estabelecimento dessa nova doutrina passava necessariamente

³⁹ Ver mais em: <http://cpc.people.com.cn/GB/64162/64172/85037/85038/6134273.html>.

⁴⁰ Ver mais em: https://www.chinavivae.com/biography/Liu_Huaqing%7C3221.

⁴¹ Ver mais em: https://www.chinavivae.com/biography/Yang_Baibing.

⁴² Grifos e tradução própria.

pelos seguintes pontos: 1) mudar a maneira como as empresas estatais operavam e 2) separar as funções das empresas e do Estado⁴³. Dessa maneira, ao buscar ampliar a autonomia das empresas, seguindo o processo que se inicia em 1986, Jiang Zemin objetivava integrá-las ao mercado, com foco no aumento da eficiência.

Esse foco na eficiência deveria ser traduzido em empresas mais competitivas e com responsabilidade de preservar e aumentar o valor dos ativos do Estado (ZEMIN, 1992). Para garantir a eficácia desse planejamento, Jiang Zemin advogou que seria necessário testá-lo em companhias previamente selecionadas e desenvolver mecanismos institucionais, permitindo que o planejamento ocorresse de maneira correta (ZEMIN, 1992). Além disso, destacou que:

Onde as condições permitirem, as empresas devem ser incentivadas a ingressar ou se juntar a grupos de empresas. Algumas pequenas empresas estatais podem ser arrendadas ou vendidas a coletivos ou indivíduos (ZEMIN, 1992, s.p).

Posteriormente, em novembro de 1993, o terceiro plenário do 14º Congresso do PCCh decidiu por adotar o “Socialismo de Mercado” (HOFMAN, 2018). Ainda inserido nesse contexto de reforma das SOE’s, em 23 de julho de 1992, ou seja, 3 meses antes da fala de Jiang Zemin, o Conselho de Estado ampliou ainda mais a autonomia dos gerentes das companhias estatais em comparação a lei de 1986. Segundo a lei de “Regulamentos sobre a transformação dos mecanismos operacionais das empresas industriais pertencentes a todo o povo”, as estatais passariam a decidir em 14 áreas, sendo elas: Produção; Gestão; Preço dos produtos; Mão-de-obra; Venda; Compra de material; Importação; Exportação; Investimento; Alocação de ativos, Joint ventures e fusões (RPC, 1992).

Outro importante nome a compor o mais alto nível político chinês foi o Zhu Rongji. Nomeado vice-primeiro-ministro em 1991 e, posteriormente, primeiro ministro em 1998; é atribuído a Zhu a alcunha de arquiteto econômico do período pós-Jornada ao Sul, além de formulador da estratégia de “agarrar o grande e deixar o pequeno”. Segundo Vogel (2011, p. 666), Deng considerava que Zhu Rongji possuía um conjunto de habilidades essenciais para melhorar a economia. Dessa forma, com apoio de outras lideranças, em 1991, Deng conseguiu levar Zhu Rongji no cargo de vice-primeiro-ministro.

⁴³ Segundo Jiang Zemin (1994, s.p), caberia ao Estado as funções de macrocontrole, ou seja, formular os planos gerais, verificar a execução das políticas, orientar, organizar e coordenar, prestar serviços e inspecionar e supervisionar.

3.5 SEGUNDO ESTÁGIO (1993-2002): ZHUA DA FANG XIAO

A segunda etapa da reforma tem início no final de 1993 e começo de 1994, quando em 23 de dezembro de 1993, a Quinta Sessão do Comitê Permanente do Oitavo Congresso Nacional do Povo aprovou o Lei de Sociedades. Posteriormente, passando a ter efeito em 07 de julho de 1994. A lei visava a regulamentação, padronização e a modernização da estrutura e das atividades das companhias, estabelecendo um sistema empresarial moderno (ART & GU, 1995; QINQ, 1995).

Para tal fim, a lei estabeleceu três níveis de controle nas companhias, sendo eles: um conselho de administração, um comitê de supervisão e uma assembleia geral de acionistas (ROSEN, LEUTERT & GUO, 2018, p.17). Desses três, o principal órgão é o conselho de administração, que teve nomes indicados pelo Estado Chinês e, conseqüentemente, pelo PCCh. É esse conselho que orienta, supervisiona, contrata e despede os gerentes (NAUGHTON, 2007).

Além da aprovação da Lei de Sociedades, é também em 1994 que o governo central apresentou sinais da formulação da política do “Agarrar o grande e deixar o pequeno” (ZHAO, 1999). Foi durante a Conferência Central de Trabalho Econômico que o então secretário Wu Bangguo (吴邦国)⁴⁴, a partir de um estudo da Comissão Econômica e Comercial do Estado, afirmou que a China deveria abarcar entre 500 a 1000 grandes empresas-chave e impulsionar o desenvolvimento de outras empresas. Esse relatório apresentava dados de 500 empresas que representavam 37% dos ativos, 46% dos impostos sobre venda e um lucro total de 63%, mesmo representando apenas 0,7% de todas as indústrias (ZHAO, 1999, p.26)⁴⁵.

Cabe ressaltar que, assim como ocorreu com a política de autonomia das SOE’s, que se originou no âmbito local (província de Sichuan), passando a ser replicada em outras regiões e, posteriormente, sendo adotada como política nacional, a política do “Agarrar o grande e deixar o pequeno” seguiu a mesma lógica⁴⁶.

Dessa forma, é provável que a sinalização do governo central para a política tenha vindo dos resultados alcançados pela província de Chongqing que no mesmo ano estava em déficit e optou pela estratégia de manter cerca de 50 indústrias locais responsáveis por mais de 50% do

⁴⁴ Ver mais em: https://www.chinavivae.com/biography/Wu_Bangguo%7C20

⁴⁵ Para Wu Bangguo, o critério de escolha das empresas-chaves seriam que “a empresa estivesse relacionada à linha de vida econômica nacional e em conformidade com a política industrial nacional; a vanguarda de indústrias importantes e a considerável escala econômica e o grande imposto sobre lucros de ativos” (BANGGUO, 1997 *apud* ZHAO, 1999, p. 26)

⁴⁶ Zhao (1999, p.20) destaca que “muitas inovações institucionais desde a reforma e a abertura, vem primeiro das localidades e das escolhas racionais realizadas pelos governos locais devido à pressão da realidade”. Isso nos mostra que o processo de desenvolvimento dentro da China se mostra de caráter experimentalista e com uma importante interação entre governos locais e central.

valor agregado, 48,4% das receitas de vendas e 90,6% lucros totais e impostos e liquidar com as demais (CHINA REFORM, 2013a, s.p).

Em 28 de setembro de 1995, em circunstância da quinta sessão plenária do 14º Comitê Central do PCCh, a política do “Agarrar o grande e deixar o pequeno” é inserida no circuito político chinês. Em pronunciamento, Jiang Zemin afirmou que a propriedade pública é central no socialismo e um símbolo básico da economia socialista de mercado da China e somente garantindo a primazia desta é que o país poderia alcançar a prosperidade (ZEMIN, 1995).

Para manter essa centralidade, Jiang Zemin destacou que as estatais deveriam manter uma posição de liderança no desenvolvimento de toda a economia, mas adaptando-se as necessidades da economia socialista de mercado, desenvolvendo-se e se fortalecendo (ZEMIN, 1995). Essa centralidade das estatais na economia que Jiang Zemin buscava não significava uma postura onipresente destas nos mais diversos setores e níveis, mas sim que sua importância influenciaria os rumos econômicos nos mais diversos níveis e setores. Dessa forma, Jiang Zemin declarou que:

É necessário estudar e formular a estratégia de desenvolvimento e o layout da economia estatal, promover ativamente a reforma das empresas estatais de acordo com o objetivo de estabelecer um sistema empresarial moderno, concentrar-se em **compreender empresas estatais de grande porte e liberalizar ainda mais as empresas estatais de pequena escala em geral** (ZEMIN, 1995, s.p)⁴⁷

Como apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação, a quinta sessão plenária dos Congresso do PCCh são normalmente destinadas para a aprovação dos Planos Quinquenais. Dessa forma, nessa sessão, foram aprovados o Nono Plano Quinquenal (1996-2000) e o Plano de Longo Prazo de 2010. Enquanto o plano quinquenal tinha como principal objetivo cumprir o plano estratégico da segunda etapa para o impulso da modernização, o plano de longo prazo tinha como meta dobrar o PIB em comparação ao de 2000 (BJREVIEW, 2011). É válido destacar que o Nono Plano foi o primeiro baseado na nova visão de economia socialista de mercado.

A fim de que os resultados fossem alcançados, foi aceita a proposta do Comitê Central do PCCh que indicava a necessidade de implementar duas mudanças fundamentais: a transformação do sistema econômico planejado tradicional para um sistema econômico de mercado socialista e a mudança de modo de crescimento econômico extensivo para intensivo (PCCh, 1995). Inserido nesse contexto, a política do “Agarrar o grande e deixar o pequeno” é incluído tanto no Nono Plano Quinquenal (1996-2000) quanto no Plano de Longo Prazo de 2010, como um plano estratégico de longo prazo (ZHAO, 1999, p. 28).

⁴⁷ Tradução e grifo nosso.

Em 7 de março 1996, a política do “Agarrar o grande e deixar o pequeno” é indicada para a implementação em toda a China após o Conselho de Estado aprovar o relatório da Comissão Econômica e Comercial do Estado⁴⁸. No documento intitulado de “Opiniões Operacionais sobre a Reforma das Empresas Estatais em 1996”, foi declarado que as empresas estatais são a espinha dorsal da economia nacional e a reforma deve ser considerada o elo central da reforma econômica (RPC, 1996, s.p).

Para a implementação da reforma nas províncias, o relatório destacou que se fazia necessário a implementação de programas piloto em 100 grandes e médias empresas estatais, além de ampliar as cidades piloto de 18 para 50 cidades⁴⁹. Além disso, dentro do escopo das 1000 grandes empresas-chave que Wu Bangguo (吴邦国) apresentou na Conferência Central de Trabalho Econômico em 1994, 300 dessas seriam selecionadas e fortalecidas. Para tal fim, o documento indicava seis medidas concretas para fortalecer as grandes estatais⁵⁰.

Posteriormente, em 19 de fevereiro de 1997, a Comissão Econômica e Comercial do Estado e o Banco Popular da China divulgaram a lista de 212 novas empresas estatais importantes, com a aprovação da lista pelo Conselho de Estado em março. Assim, um total de 512 empresas tinham entrado na categoria de “grandes”. Por fim, entre os dias 12 e 18 de setembro de 1997, no 15º Congresso do Partido Comunista Chinês é realizado e ocorre a aprovação formal da política de “Agarrar o grande e deixar o pequeno”, em que Jiang Zemin (1997) intenta pela aceleração da reforma das empresas estatais ao destacar que:

As empresas estatais constituem o pilar da economia nacional. A reforma bem executada das empresas estatais é, portanto, de vital importância para a construção de

⁴⁸ O documento atenta que tal implementação deve ser feita de maneira cuidadosa de acordo com a situação real de cada região e/ou departamento.

⁴⁹ As 18 primeiras são: Shanghai; Tianjin; Qiqihar; Harbin; Changchun; Shenyang; Tangshan; Taiyuan; Qingdao; Bengbu; Zibo; Changzhou; Zhuzhou; Wuhan; Liuzhou; Chengdu; Chongqing e Baoji. As outras 32 cidades são: Pequim; Shijiazhuang; Hohhot; Dalian; Nanjing; Hangzhou; Ningbo; Hefei; Fuzhou; Nanchang; Xiamen; Jinan; Zhengzhou; Changsha; Guangzhou; Shenzhen; Nanning; Haikou; Guiyang; Kunming; Xi'na; Lanzhou; Xining; Urumqi; Yinchuan; Anshan; Fushun; Benxi; Luoyang; Jilin; Baotou; Datong.

⁵⁰ São elas: 1. Orientar as principais empresas qualificadas a serem reestruturadas de acordo com a “Lei das Sociedades”. Empresas de responsabilidade limitada, sociedades anônimas e a formação de empresas do grupo e selecionam algumas empresas-chave qualificadas para realizar operações internacionais. 2. Orientar as principais empresas qualificadas a implementar o sistema de responsabilidade, em conjunto com a implementação experimental de uma abordagem dupla para o salário total dos funcionários e benefícios econômicos e para a preservação e valorização dos ativos estatais. 3. Ao emitir títulos e ações nacionais, considere as principais empresas de acordo com o princípio da mesma prioridade. 4. Escolha métodos-chave da empresa e projetos de desenvolvimento de tecnologia, aumente o investimento, estabeleça centros de tecnologia em empresas-chave elegíveis e aprimore os recursos de desenvolvimento independentes. 5. As principais empresas e bancos implementam redes e usam meios de informação para monitorar a operação de capital das principais empresas. Os bancos devem considerar a classificação de crédito das principais empresas ao emitir empréstimos para capital de giro. 6. Para apoiar a implementação de dificuldades de fusão entre regiões e entre indústrias entre empresas dominantes em empresas-chave (ZHAO, 1999, p. 28).

uma economia socialista de mercado e a consolidação do sistema socialista (ZEMIN, 1997, s.p)⁵¹

Para que isso ocorresse, Jiang Zemin (1997, s.p) pontuou que a China deveria mesclar a reforma das estatais com “reorganização, atualização e um melhor gerenciamento”. Dessa maneira, o objetivo seria aperfeiçoar o setor estatal a partir de uma reorganização estratégica das companhias, em que ocorreria o gerenciamento das grandes empresas e de uma política flexível em relação às pequenas. Para isso, o método a ser utilizado seria a utilização do capital juntamente com as forças de mercado para o estabelecimento de grandes grupos empresariais capazes de competir internacionalmente e, do outro lado, políticas de flexibilização do controle das pequenas companhias, como fusão, leasing, operação de contrato, parceria de ações ou liquidação (ZEMIN, 1997, s.p).

Ainda dentro desse contexto, o Congresso também marcou a consolidação do poder de Jiang Zemin na estrutura política da China (ZWEIG, 2001), além da constitucionalização da teoria de Deng Xiaoping nas diretrizes do Partido Comunista Chinês⁵². Já externamente, a RPC retomou a soberania sobre Hong Kong que tinha ficado sob domínio britânico desde o século XIX, fruto de acordos da Guerra do Ópio e a ocorrência da crise econômica asiática.

Assim, o 15º Congresso do PCCh, juntamente com o Congresso Nacional do Povo de 1998, definiram a base para um progresso mais acelerado da reforma (HUANG, 1999). É nessa fase que a figura de Zhu Rongji (朱镕基) ganha ainda mais destaque como articulador e arquiteto econômico da reforma. É válido lembrar que Zhu Rongji foi escolhido para ser vice-primeiro-ministro em 1993 e foi responsável pela implementação das políticas macroeconômicas da década de 1990.

Em 1998, Zhu Rongji foi eleito para o cargo de primeiro-ministro e apresenta seu plano que visava agilizar reforma das campeãs nacionais nos próximos três anos. O contexto em que essa proposta estava inserida era de perdas significativas das grandes e médias estatais. De acordo com Li *et al* (2020, p. 08), no final de 1997, das 16.784 empresas estatais de grande e médio porte, 6.599 registraram perdas de ¥ 66,6 bilhões. Dessa maneira, a proposta intitulada de “uma garantia, três no lugar e cinco reformas” (*yīgè quèbǎo, sān gè dàowèi, wǔ xiàng gǎigé*, 一个确保、三个到位、五项改革) tinha como objetivo garantir (一个确保) a taxa de crescimento chinês em 1998 em 8%, com a taxa de inflação menor do que 3% e impedindo a desvalorização do renminbi (RPC, 1998).

⁵¹ Tradução própria.

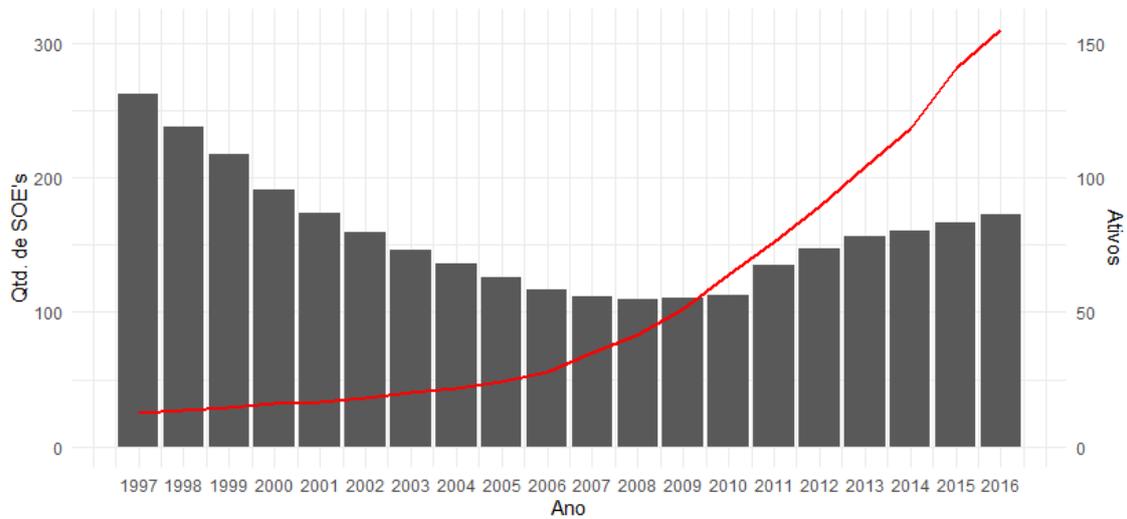
⁵² A teoria de Deng Xiaoping é explicitamente citada no Art. 3 §1, Art. 32 §2 e Art. 36 §1 (PCCh, 2017).

A segunda parte desse projeto visava, em um prazo de três anos, livrar as companhias de médio e grande porte das dificuldades financeiras e estabelecer um sistema empresarial moderno. Além disso, pretendia-se fortalecer a supervisão do banco central chinês a independência dos bancos comerciais e a reforma institucional do governo central. Por fim, as cinco reformas (五项改革) diziam respeito as alterações dos sistemas de circulação de grãos, de investimento e financiamento, habitacional, médico, além do fiscal e tributário (RPC, 1998).

Por fim, em 22 de setembro de 1999, durante o 4º plenário do 15º Congresso do PCCh a política “Agarrar o grande e deixar o pequeno” é formalmente anunciada. Dois pontos merecem ser destacados. O primeiro diz respeito ao papel do Estado, em que esse possui uma posição dominante em setores-chave e em áreas cruciais da economia nacional (MOFCOM, 1999). O segundo ponto é sobre a presença do Estado na economia, que deve se manter em quantidade adequada, com seu layout ainda mais otimizado e sua qualidade ainda mais aprimorada (MOFCOM, 1999, s.p)⁵³.

Os gráficos a seguir apresentam a performance da SOE’s após a política do “Agarrar o grande e deixar o pequeno”. No Gráfico 1 vemos o número de empresas estatais sendo representado pelas barras, enquanto os ativos totais pela linha vermelha. Entre 1997 a 2012, o número total de empresas estatais reduziu de 262.000 para 113.000, ou seja, num período de 13 anos, 149.000 companhias passaram por algum processo de políticas de flexibilização do controle das pequenas.

⁵³ Segundo o Comitê Central “Em diferentes estágios de desenvolvimento econômico, a proporção da economia do Estado em diferentes setores e áreas pode variar, enquanto o layout deve ser ajustado em conformidade. O reajuste estratégico do layout da economia do Estado deve ser combinado com a otimização e modernização das estruturas industriais e a readequação e aprimoramento da estrutura de propriedade, respeitando os princípios de desenvolver o que deve ser desenvolvido, retirando o que deve ser retirado, fazendo o que deve ser feito deixando os outros em paz” (MOFCOM, 1999, s.p).

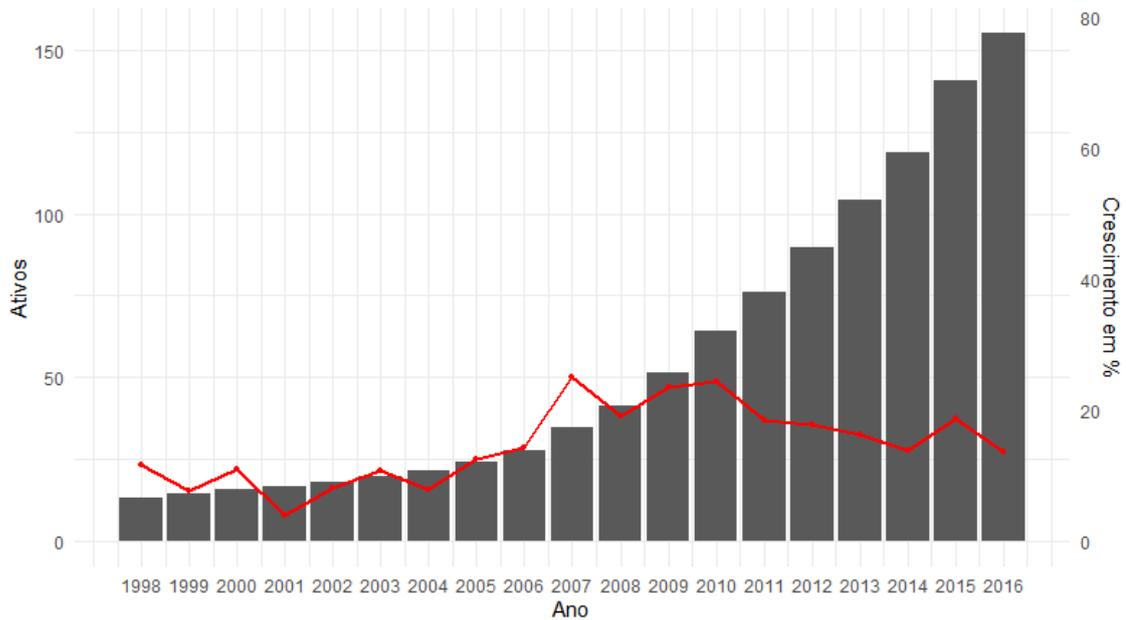
Gráfico 1 – Quantidade de SOE's (milhares) e Ativos (¥ bilhões), 1997-2016⁵⁴

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Lin *et al* (2020).

No entanto, a redução do número de companhias foi inversamente proporcional a quantidade de ativos. O Gráfico 2 apresenta os ativos das companhias em bilhões de yuans a partir das barras, enquanto a linha vermelha representa o crescimento dos ativos em comparação ao ano anterior. De fato, os ativos totais das companhias tiveram um aumento médio de 14,3%, saindo de ¥ 12.497,5 bilhões, em 1997, para ¥ 154.914,2 bilhões, em 2016 (Gráfico 2).

⁵⁴ Para fins de melhor visualização dos dados, os ativos foram arredondados.

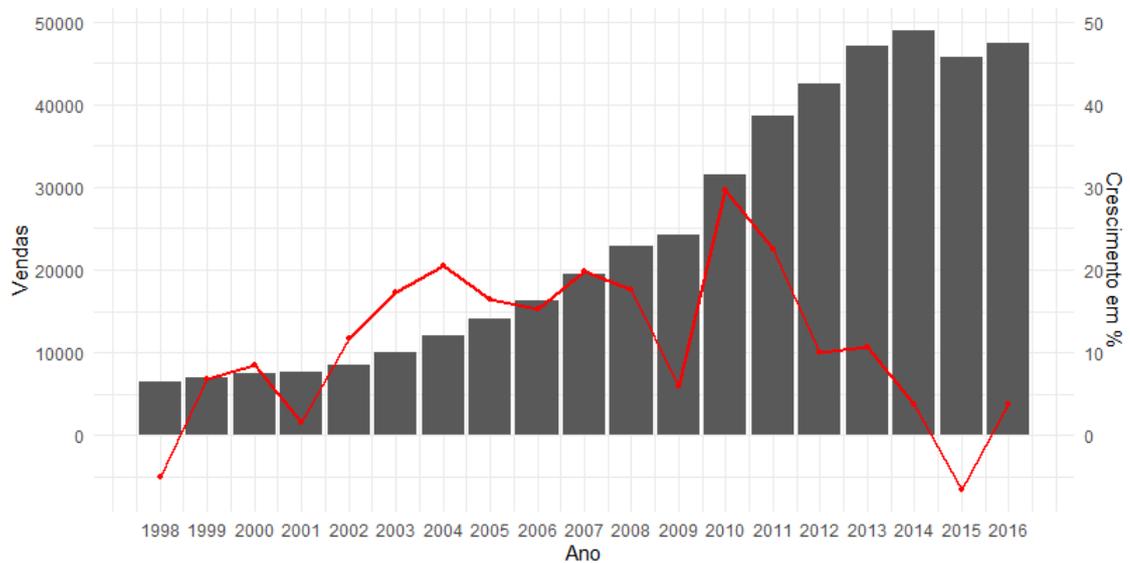
Gráfico 2 – Crescimento dos ativos (¥ bilhões) comparado ao ano anterior em porcentagem (1998-2016)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da Lin *et al* (2020).

Além do aumento dos ativos totais, as companhias também tiveram resultados positivos nas receitas totais e nos lucros (Gráfico 3). As receitas totais de empresas estatais registraram um aumento médio anual de aproximadamente 11%, indo de ¥ 6.468,51 bilhões, em 1998, para ¥ 47.439,16 bilhões em 2016. As barras representam o montante das vendas em bilhões de yuans, enquanto a linha vermelha representa a taxa média de crescimento comparado com o ano anterior.

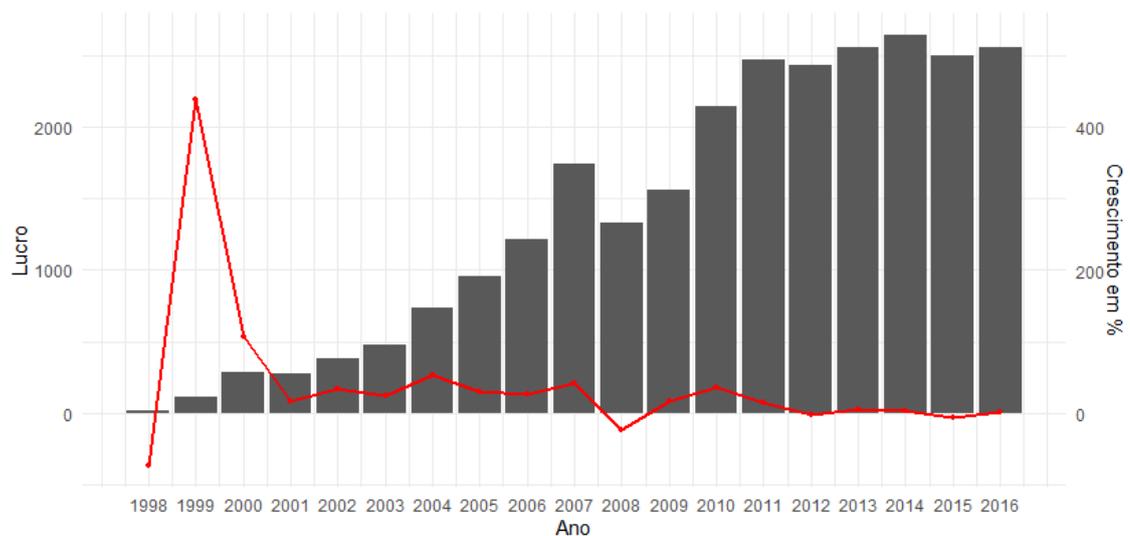
Gráfico 3 – Crescimento das vendas comparado ao ano anterior em porcentagem (1998-2016)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da Lin *et al* (2020).

Conseqüentemente ao aumento das vendas, a taxa de lucros das companhias estatais também cresceu, como pode ser observado no Gráfico 4. A taxa de lucro registrada no período foi de 39,5%, saindo de ¥ 79.12 bilhões, em 1998, para ¥ 2555.87 bilhões, em 2016. Alguns pontos cabem ser destacados no gráfico. O primeiro diz respeito ao elevado aumento da taxa de lucro em 1999. O segundo ponto é ser observado é tendência de queda da taxa de lucro a partir de 2010.

Gráfico 4 – Crescimento da taxa de lucro comparado ao ano anterior em porcentagem (1998-2016)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da Lin *et al* (2020).

Como resultado do desempenho positivo das companhias, a contribuição tributária também foi positiva. Dados apresentados por Li e Brøsgaard (2013) mostram um crescimento médio anual de 18,8% entre 2003 e 2009. Em termos nominais, saindo de ¥ 810,5 bilhões, em 2003, para ¥ 2.279,6 bilhões em 2009 (LI & BRØDSGAARD, 2013, p.58). Cabe destacar que esses resultados são frutos de políticas de estímulo ao crescimento, entre elas o acesso preferencial a empréstimos ou crédito (SONG *et al.*, 2011).

Até o presente momento dessa dissertação foi possível manter um argumento temporal contínuo e único. Entretanto, a realidade histórica é complexa e se desenrola em várias frentes. Isto já seria um fato se ficássemos apenas na análise das políticas e seus efeitos domésticos. Contudo, como o estudo busca analisar o papel de atores domésticos na arena externa, essa complexidade histórica se destaca ainda mais. Dessa forma, o trabalho busca deixar claro ao leitor que em paralelo a essa série de reformas, ocorria outras políticas como objetivos externos, como a de estímulo a internacionalização das empresas e a negociação para a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).

3.5.1 A estratégia do Going Global

Concomitantemente ao desenvolvimento da política dos campeões nacionais, o projeto de internacionalização também foi apresentado durante o 15º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em setembro de 1997. A estratégia passou a integrar o Nono Plano Quinquenal, período no qual pode ser caracterizado como o de desenvolvimento e debate das bases da política (CHINA ECONOMIC WEEKLY, 2010; MIN & XIAODI, 2014). Os argumentos que corroboram a estratégia de internacionalização das empresas estão contidos no discurso proferido por Jiang Zemin no mesmo congresso.

No discurso, Jiang Zemin (1997, s.p) inicia destacando que a abertura ao mundo exterior é uma política estatal básica de longo prazo. E que, devido ao contexto globalizante do final da década de 1990, a China deveria adotar uma postura que garantisse um bom posicionamento nessa nova dinâmica. Isso passaria por uma maior integração no comércio internacional. Sendo assim, nas palavras de Jiang Zemin, a China deveria:

[...] adotar uma postura ainda mais ativa no mundo, melhorando o padrão de abertura em todas as direções, em todos os níveis e em uma ampla gama, desenvolvendo uma economia aberta, melhorando nossa competitividade internacional, otimizando nossa estrutura econômica e melhorando a qualidade de nossa economia nacional. Com foco em melhores resultados, devemos expandir o comércio externo de commodities e serviços e otimizar o mix de importação e exportação. Vamos nos ater à estratégia de alcançar o sucesso com base na qualidade e em um mercado de múltiplas saídas, e abrir vigorosamente os mercados no exterior. Reduziremos ainda mais o nível geral de tarifas e incentivaremos a importação de tecnologias avançadas e equipamentos essenciais. Aprofundaremos a reforma do sistema de relações comerciais e econômicas com países estrangeiros, melhorando o sistema de procuração e expandindo o poder das empresas para administrar seu

próprio comércio exterior, a fim de criar um ambiente político para a concorrência em pé de igualdade. Participaremos ativamente da cooperação econômica regional e do sistema global de comércio multilateral (ZEMIN, 1997, s.p)⁵⁵

Posteriormente, no mesmo ano, em discurso na Conferência Nacional de Trabalho sobre Investimentos Estrangeiros, Jiang Zemin aprofundou mais sobre a estratégia, na medida em que relacionou a estratégia de internacionalizar as empresas chinesas, ou seja, sair (*zǒu chūqù*, 走出去), com a de trazer (*yǐnjìn lái*, 引进来) empresas estrangeiras e, respectivamente, investimentos (RPC, 2006).

Ainda nesse contexto de formulação da política, em fevereiro de 1999 o Escritório Geral do Conselho de Estado divulga o documento intitulado de “Pareceres de Incentivo às Empresas para Realizar Negócios no Exterior de Processamento e Montagem de Materiais”. Segundo consta no relatório, as empresas chinesas deveriam investir em “tecnologias e equipamentos existentes e, na forma de processamento e montagem no exterior, promovendo e expandindo a exportação de equipamentos, tecnologia, peças de reposição e matérias-primas” (RPC, 1999, s.p). O foco inicial era para empresas em setores que a China possuía vantagens comparativas, como por exemplo têxtil, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos.

Após essa fase inicial de debates e planejamentos, que acompanhou todo o período do 9º Plano Quinquenal, a política de internacionalização iniciou o seu processo de desenvolvimento, coincidindo com o 10º Plano Quinquenal e, sendo posteriormente implementada, no período do 11º Plano Quinquenal (Quadro 7). O momento de desenvolvimento, ocorreu a partir da Terceira Sessão do Nono Congresso Nacional do Povo, em março de 2000. Nesta ocasião, Jiang Zemin retoma a dualidade entre o trazer (*yǐnjìn lái*, 引进来) e o sair (*zǒu chūqù*, 走出去), reafirmando a importância da China em usar o melhor dos dois mundos (MIN & XIAODI, 2014).

⁵⁵ Tradução e grifo nosso.

Quadro 7 – Processo de formação da estratégia 走出去 (1996-2010)

Fases	Plano Quinquenal
Planejamento	9º Plano quinquenal (1996-2000)
Desenvolvimento	10º Plano quinquenal (2001-2005)
Implementação	11º Plano quinquenal (2006-2010)

Fonte: Elaboração própria com base em Min e Xiaodi (2014).

Durante a quinta sessão do 15º Congresso do PCCh entre os dias 9 e 11 de outubro do mesmo ano que a política é apresentada e, posteriormente, implementada de fato. Nessa sessão foi aprovada a “Propostas do Comitê Central do Partido Comunista da China para a formulação do décimo plano quinquenal de desenvolvimento econômico e social nacional” que apresentou a estratégia do *zōu chūqù*, além das estratégias de desenvolvimento da região oeste chinesa, a de urbanização e a do treinamento de talentos. Segundo o documento, o Estado deveria “formular e padronizar o sistema regulatório para as empresas domésticas investirem no exterior e fortalecer a coordenação dos negócios de gestão e investimento das empresas estrangeiras da China” (RPC, 2000, s.p)⁵⁶.

É importante entender que a internacionalização é parte de um estratagema dual em que tanto o ambiente doméstico quanto o externo passam a ter uma maior interlocução entre si. Em outras palavras, a China identificou que a atração de investimentos externos contribuiria, de um lado, para o desenvolvimento de indústrias importantes⁵⁷ e, do outro lado, permitiria que o governo central focasse em uma outra gama de indústrias vitais para o desenvolvimento do país. O amadurecimento e ampliação dessa dualidade ocorre na medida em que o PCCh passa identificar que o setor doméstico possui musculatura suficiente e que isso não colocaria em risco o planejamento estatal.

Essa dinâmica visava integrar a China num ambiente internacional cada vez mais integrado, porém de maneira controlada, com vistas a garantir uma posição privilegiada de barganha para o país. Ou seja, a China buscou se integrar no Sistema Internacional de maneira a se tornar um participante ativo na dinâmica global. Isso fica claro quando em relatório que buscou detalhar melhor a proposta do Comitê Central, Zhu Rongji (2000, s.p.) afirmou que “a abertura da China para o mundo exterior entrará em um novo estágio”, em que o país deve continuar atraindo novos investimentos para a China, além de “incentivar e apoiar empresas

⁵⁶ Tradução própria.

⁵⁷ Indústrias essas indicadas pelo PCCh. Além disso, há os mecanismos macroeconômicos que estão em controle do Estado Chinês.

qualificadas a investir e instalar fábricas no exterior de várias maneiras, de modo a promover as exportações domésticas ou o desenvolvimento cooperativo de recursos” (ZHU, 2000, s.p).

A fase de implementação da política se deu a partir do contexto do 11º Plano Quinquenal e no terceiro estágio das reformas das companhias. Sendo assim, os resultados dessa fase foram apresentados na seção que trata do terceiro estágio.

3.5.2 A adesão à OMC

Em paralelo às políticas de reformas das companhias estatais e de internacionalização, a China se encontrava em negociação para se tornar membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). As negociações tiveram início ainda em 1986, quando o país solicitou sua inclusão no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês). Em 1994, após a Rodada Uruguai, é estabelecida as bases para a criação da OMC, com o apoio de 123 países, entre eles a RPC. Subsequentemente, em 1º de janeiro de 1995 a OMC é oficialmente estabelecida, contando com 134 membros.

Destaca-se que a China havia expressado seu desejo de se tornar membro fundador da OMC ainda em 1994, porém não houve acordo e o país veio a se tornar apenas membro observador em 1995. Durante a segunda metade de década de 1990, a China esteve em constante negociação com a OMC para ser efetivada como membro. Para que isso ocorresse, estava condicionada a adoção de um conjunto de regras internacionais de comércio por parte do país asiático.

No entanto, é válido pontuar que esse processo de assimilação das normas internacionais não se deu de forma passiva, em outras palavras, a China não adotou as práticas internacionais de maneira acrítica. De fato, todo o processo para a entrada chinesa na OMC vinha acompanhado de reformas e políticas internas que buscaram fortalecer a posição o PCCh como principal agente na tomada de decisão econômica, como pode ser observado ao longo desse capítulo.

Para uma melhor compreensão, é necessário entender a entrada na OMC como parte do processo de política de Reforma e Abertura. No entanto, esse processo não ocorreu de maneira linear e fatalista. Na verdade, percebe-se que as autoridades chinesas realizaram um cálculo estratégico, em que os custos e benefícios da entrada do país na OMC foram analisados. Com efeito, tanto Jiang Zemin quanto Zhu Rongji passaram a enxergar o processo de negociação da OMC como oportunidade de acelerar as reformas que estavam em curso.

Como dito no primeiro capítulo, tratar o Partido Comunista da China (PCCh) como um bloco monolítico é incorrer em um erro analítico que compromete uma melhor compreensão da dinâmica de poder na China. Com efeito, para um melhor entendimento, é preferível analisar o

PCCh como uma arena de disputa, em que grupos competem entre si a partir de dinâmicas próprias. Sendo assim, a entrada da China na OMC também foi alvo de disputas internas no PCCh. Zweig (2001) destaca que houve resistências e opiniões destoantes, como no setor agrícola e o manufatureiro.

Apesar das discordâncias, o processo de entrada da China seguiu e, em 1999, o Ministro de Comércio Exterior e Cooperação Econômica da China Shi Guangsheng (石廣生) e o Representante de Comércio dos EUA Bashevsky assinaram o “Acordo de Cooperação Agrícola Sino-EUA”, momento este considerado como prelúdio da adesão da China à OMC (CHINA REFORM, 2013b). Após uma série de acordos bilaterais, em 11 de novembro de 2001, a China assinou o acordo para ingressar na OMC no Qatar, entrando oficialmente na OMC em 11 de dezembro.

3.6 TERCEIRO ESTÁGIO (2003-2012): SASAC E A IMPLEMENTAÇÃO DO GOING GLOBAL

Para além de uma maior integração no Sistema Internacional, a nova fase das reformas das estatais chinesas coincide com a mudança de poder chinês. Tendo sucedido Jiang Zemin, em 2002, no cargo de Secretário Geral do PCCh, Hu Jintao também assume o cargo de Presidente da China após eleição no Congresso Nacional do Povo em 2003. Entretanto é válido destacar que o poder de Hu Jintao só vai estar consolidado de fato em 2004, quando também assume a presidência na Comissão Militar Central (CMC).

Nessa fase dois pontos se destacam, sendo eles a implementação da estratégia do *Going Global* e a criação de órgão de gerenciamento das companhias estatais controladas pelo governo central. Como pontuado no primeiro capítulo, em 2003 o governo chinês decidiu centralizar a gestão e criar a Supervisão de Ativos Estatais e a Comissão de Administração (SASAC, em inglês)⁵⁸, com o intuito de melhorar o gerenciamento dessas empresas. Diretamente subordinada ao Conselho de Estado, e inicialmente controlando um conglomerado de cerca de 115 empresas (中央企业, *zhongyang qiye*), o órgão tem realizado uma série de reformas que buscaram reduzir o quantitativo de conglomerados, porém visando ampliar a importância dos mesmos na economia. Atualmente a SASAC administra 97 conglomerados⁵⁹.

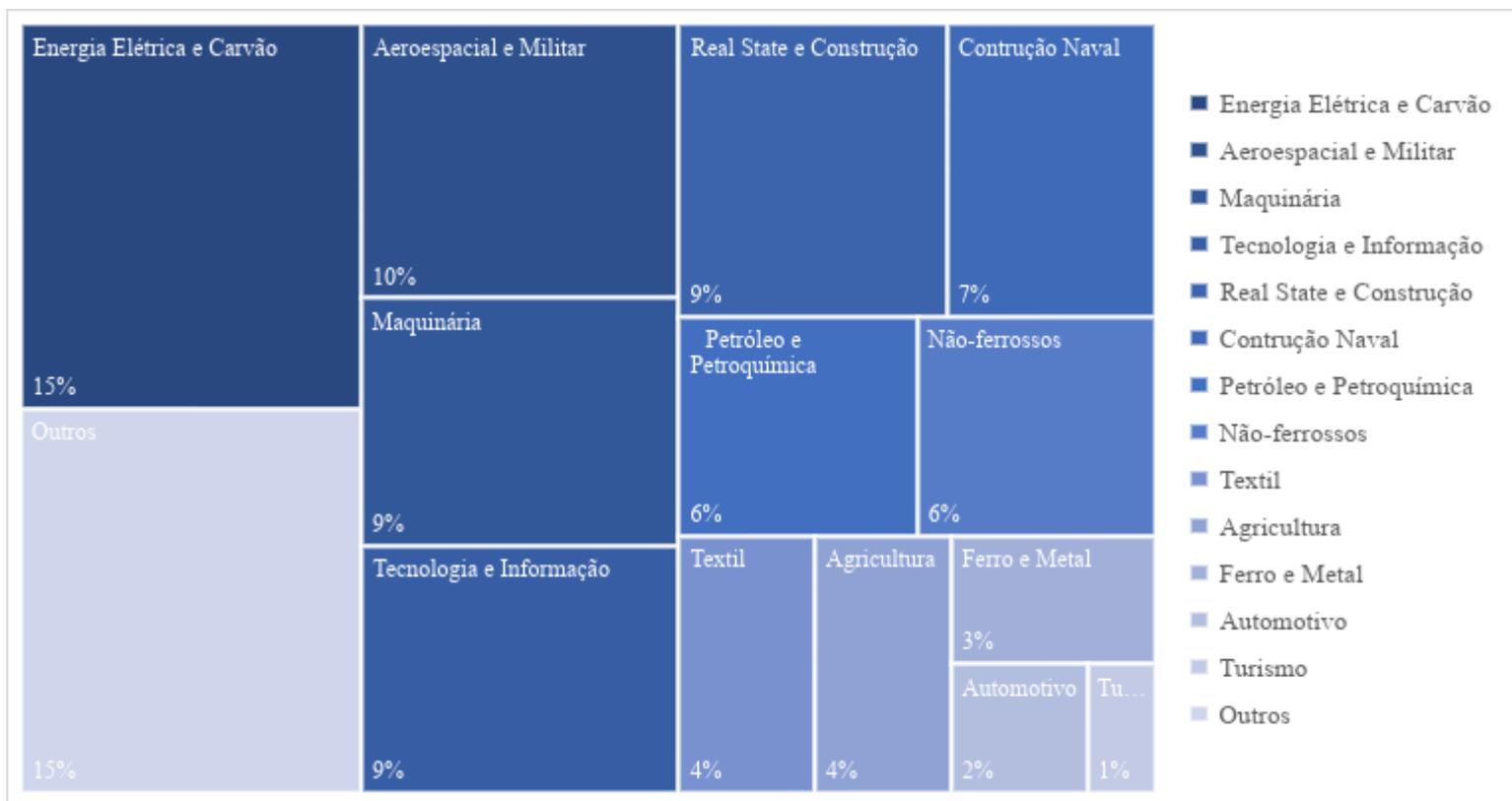
A política de reagrupamento das SOE's buscou concentrar os esforços em setores industriais estratégicos que contribuam para a defesa da nação, geração de empregos, obtenção de novas tecnologias e de vantagens competitivas (HALEY, 2009, p. 20). Assim, analisando a

⁵⁸ Guówùyuàn guóyǒu zīchǎn jiāndū guǎnlǐ wěiyuánhùi, 国有资产监督管理委员会.

⁵⁹ Ver mais em: <http://www.sasac.gov.cn/n2588035/n2641579/n2641645/index.html>

distribuição industrial das empresas administradas pela SASAC, observa-se o percentual de indústria por setor (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Distribuição industrial das empresas controladas pela SASAC



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SASAC.

Apresentados no 11º plano quinquenal (2006-2010), esses setores foram classificados por Zhang (2019, s.p.) como indústrias chaves, pilares e as indústrias normais⁶⁰. Já Haley (2009), em estudo apresentado na Comissão de Revisão Econômica e de Segurança Estados Unidos-China do Congresso do Estados Unidos, apresenta de maneira mais acurada e elenca 16 indústrias com elevado potencial de contribuição para as metas pretendidas pela China (Quadro 8).

⁶⁰ Indústrias Chaves: Defesa, eletricidade, petróleo e gás, telecomunicações, carvão, transporte marítimo, aviação e ferrovias; Pilares: Automóvel, produtos químicos, construção, eletrônica, fabricação de equipamentos, metais não ferrosos, prospecção, aço e tecnologia; Normais: Agricultura, farmacêutica, imobiliária, turismo, investimento, serviços profissionais, comércio em geral e manufatura em geral.

Quadro 8 – Pilares industriais e indústrias chave chinesa

Defesa e Segurança Nacional	Criação de emprego
<ul style="list-style-type: none"> • Aeroespacial; • Projeto e Fabricação de Semicondutores; • Hardware de computador; • Fabricação de Ferro e Aço; • Petróleo e Petroquímica; • Software de computador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Automóveis e peças; • Projeto e Fabricação de Semicondutores; • Fabricação de Ferro e Aço; • Máquinas e Equipamentos mecânicos; • Tecnologia da informação.
Aquisições de tecnologia e habilidades	Vantagem competitiva
<ul style="list-style-type: none"> • Biotecnologia; • Projeto e Fabricação de Semicondutores; • Hardware de computador; • Tecnologia da informação; • Software de computador; • Telecomunicações e equipamentos de telecomunicações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Logística, expedição e armazenamento; • Banking e Seguros; • Valor estratégico da marca; • Máquinas e Equipamentos mecânicos; • Comércio por grosso e a retalho; • Utilitários e equipamentos de energia.

Fonte: Elaboração própria com base em Haley (2009).

É necessário esclarecer que o fato da China ser um país com forte presença estatal, não significa que toda empresa estatal é igual. De fato, as SOE's chinesas podem ser classificadas em quatro categorias de acordo com as instituições que as regulam (ZHANG, 2019). Dessa maneira, têm-se as indústrias centrais e as indústrias locais, supervisionadas pela SASAC e pelas SASAC's locais; as instituições financeiras controladas pela Central de Investimento Huijin⁶¹ e, por último, as supervisionadas pelo Ministério das Finanças (MoF, sigla em inglês) (Quadro 9).

Quadro 9 – Classificação das empresas estatais chinesas (SOE's)

SOE's	Exemplos
SOE's centrais	Aluminum Corporation of China Ltd.
SOE's locais	Jinjiang International Holdings Co.
Controladas pela Huijin	China Development Bank
Supervisionadas pelo MoF	China Railway

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Zhang (2019).

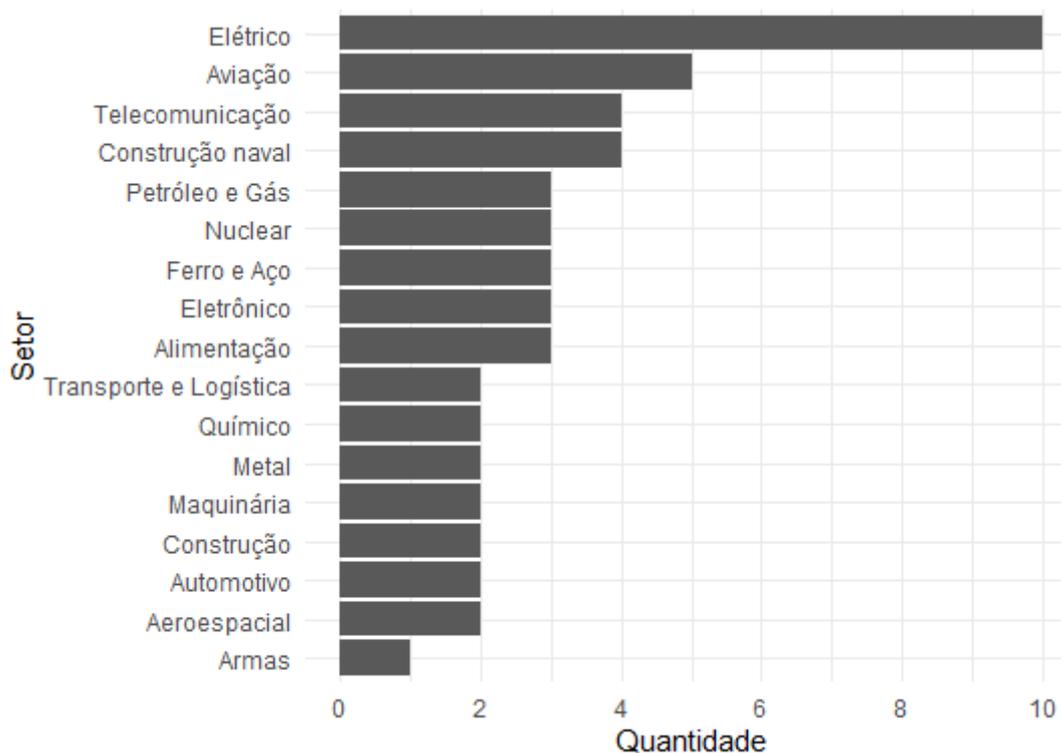
Para além do que foi apresentado acima, outro argumento que demonstra a importância estratégica das companhias está no fato de que entre as companhias estatais controladas diretamente pela SASAC, 53 são consideradas espinha dorsal⁶² (LEUTERT, 2018). Desse modo, as nomeações de cargo dessas companhias são diretamente realizadas pelo Departamento de Organização Central do PCCh, diferentemente das demais estatais, em que

⁶¹ São 12 instituições, classificadas em quatro grupos: Bancos, Seguros, Valores imobiliários e outros. Ver mais em: <http://www.huijin-inv.cn/huijineng/Investments/Overview.shtml>.

⁶² zhongyao guban guoyou qiye, 重要骨干国有企业.

cabe a SASAC indicar (BRØSGAARD, 2012). Entre os setores que compõem o grupo de 53 companhias consideradas como espinhas dorsais, o elétrico é o que possui o maior quantitativo de companhias com o total de 10 (Gráfico 6). Em seguida, o setor com o maior número de companhias é o de aviação (5), seguido por telecomunicações e construção naval (4), petróleo e gás, nuclear, ferro e aço, eletrônico e comunicação (3).

Gráfico 6 – Quantidade de companhias por setor industrial



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Brøsgaard (2012).

Essa diferenciação entre as próprias empresas centrais, no que tange o tamanho e a importância estratégica, também é observado nos estatutos administrativos (LEUTERT, 2018). Além disso, possuem uma estrutura corporativa semelhante a grandes grupos empresariais, onde em cada grupo empresarial uma holding estatal totalmente controlada pela SASAC está presente.

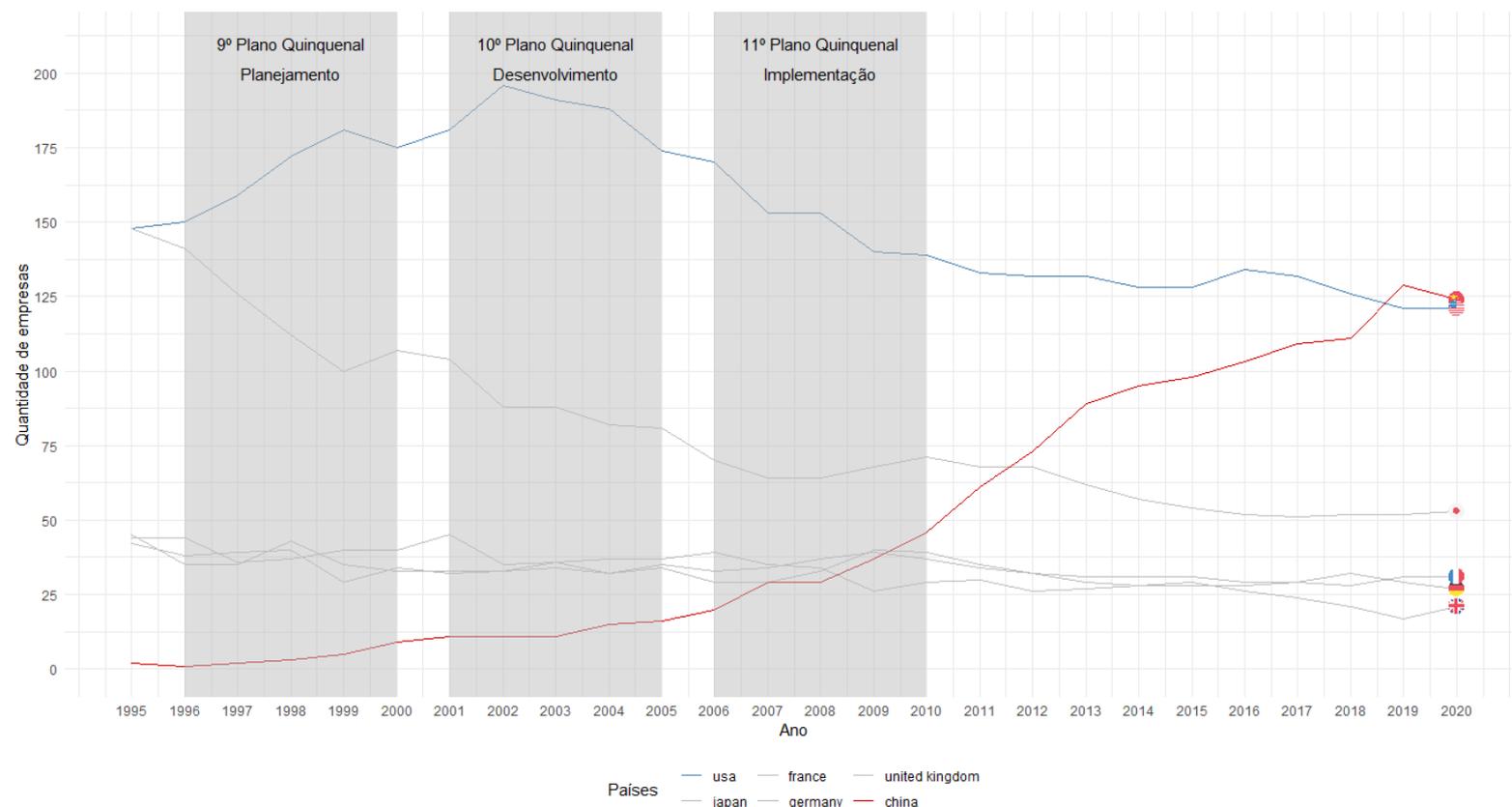
Após essa reestruturação interna e um ambiente externo mais favorável, o Estado chinês passou a estimular as campeãs nacionais a investirem, promovendo-as globalmente para que conseguissem ter acesso a novos mercados e recursos através da política *go out strategy* (*zou chu qu*, 走出去)⁶³. Como dito anteriormente na seção que trata da formulação da política, o

⁶³ A política também contou com as empresas administradas pela Huijin, como os cinco principais bancos estatais chineses (Agricultural Bank of China Limited, Bank of China, China Construction Bank Corporation, Industrial and Commercial Bank of China). E ao que passe o poder econômico, a experiência técnica das empresas também foi levada em conta.

processo de formação da estratégia foi planejada e desenvolvida durante todos os 9º (1996-2000) e 10º Planos Quinquenais (2001-2005), vindo ser implementada de fato durante o 11º Plano Quinquenal (2006-2010).

A implementação ocorreu após uma série de políticas regulatórias terem sido aprovadas. Intituladas de “três em um” (*Sānwèiyītǐ*, 三位一体), elas tinham como objetivo de garantir gestão, de serviço e de supervisão da estratégia. Como resultado da implementação da estratégia, houve maior facilidade para que empresas chinesas pudessem se internacionalizar. Além disso, tanto o processo de entrada de investimentos na China também foi simplificado. Por fim, o *go out* fez com que as empresas chinesas entrassem em novos mercados e adquirissem cada mais receita, e se tornassem importantes players globais, como pode ser observado através do ranking global 500 da Forbes (Gráfico 6).

Durante a etapa de planejamento da *go out policy*, a China chegou a ter 9 empresas dentre as de maiores receitas, que juntas somavam um lucro de US\$ 187,456.7 milhões no ano de 2000. Posteriormente, na fase de desenvolvimento, chegou a marca de 16, com lucro somado de US\$ 617,446.9 milhões, em 2005. Por fim, na última fase, atingiu 46 empresas com um montante total de US\$ 19,460.10 milhões, em 2010. É válido destacar que, antes mesmo da conclusão da fase de implementação, a China teve um ganho quantitativo superior aos outros países. No período de 2006 a 2010, destacado pela faixa azulada, apenas China, Japão (70 para 71) e França (29 para 39) tiveram um aumento no número de empresas entre as 500 mais lucrativas (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Quantidade de empresas no ranking Global 500 (1995-2020)⁶⁴⁶⁵

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Global 500.

O último ponto a se destacar é o percurso que a China fez ao longo do tempo, em que em 1995 só contava com apenas 1 companhia e em 2020 se tornou o país com o maior número de empresas, substituindo os Estados Unidos como o país com o maior número de empresas no ranking Global 500. Na próxima seção, foi debatido o papel desempenhado das estatais no governo Xi Jinping. Como foi apresentado ao longo desse capítulo, as reformas realizadas, descentralizam em certa medida o poder, gerando o que a literatura classifica como autoritarismo fragmentado. De fato, há uma contribuição, mas o papel que as companhias desempenham não é tão intuitivo como parece e muitas vezes não está tão intimamente ligado aos interesses nacionais.

⁶⁴ No ano de 2010, a Itália substituiu a Coreia do Sul no top 10 do ranking.

⁶⁵ Em 2019, a China continental e o território de Hong Kong contavam com 119 empresas na lista. Sendo assim, não teria substituído os EUA como o país com a maior quantidade de empresas. No entanto, o estudo também levou em conta as 10 empresas de Taiwan.

3.7 AS SOE'S NO GOVERNO XI JINPING (2013-2020): REFORMAR PARA CENTRALIZAR

Qual é o papel das estatais no governo Xi Jinping? Como dito no início desse capítulo, essa seção buscou apresentar o estágio atual das SOE's e o seu papel no governo Xi Jinping. Assim como em governos anteriores, as estatais continuam desempenhando um papel fundamental na política econômica. De acordo com o próprio Xi Jinping, as companhias estatais “são um importante alicerce material e político do socialismo com características chinesas” (JINPING, 2016, s.p). Contudo, aludindo à seção 2.3.2, a partir das reestruturações, as grandes companhias estatais adquiriram maior autonomia em relação ao poder central do partido. Essa dinâmica fica latente durante o período de Hu Jintao (2003-2013) (XU, 2018).

Percebendo essa situação, o governo Xi Jinping tem utilizado uma série de mecanismos de governança com o intuito de garantir a primazia do poder central. Entre esses mecanismos, quatro podem ser destacados, sendo eles: os *Small Leading Groups* (SLG's), o sistema de rotatividade da gestão, os comitês partidários e as campanhas (BRØDSGAARD, 2012; LEUTERT, 2018). O primeiro mecanismo de governança é uma organização supraministerial e extra constitucional que reúne membros do Politburo e outros membros do PCCh (JAKOBSON & KNOX, 2010; HEILMANN, 2017). A partir da criação de novos SLG's para a formulação e execução das políticas de reforma, Xi Jinping buscou esvaziar o poder de tomar decisão de outros órgãos, entre eles a SASAC e NDRC (LEUTERT, 2018).

Entre os principais SLG's, o que se destaca é o *Central Leading Group for Comprehensively Deepening Reforms* (*zhongyang quanmian shenhua gaige lingdao xiaozu*, 中央全面深化改革领导小组). Criado em 2013, o organismo liderado por Xi Jinping é composto por membros do Comitê Permanente do Politburo, do Politburo e do Secretariado, e é responsável por coordenar diferentes esferas, tais quais economia, política e ecologia (GORE, 2014⁶⁶; YUNBI, 2017). Desde sua criação, o grupo já se reuniu 38 vezes e aprovou mais de 300 documentos, dos quais 12 foram direcionados a reforma das SOE's (YUNBI, 2017; LEUTERT, 2018).

⁶⁶ O grupo possui quatro objetivos: 1. Deliberar e decidir sobre os principais princípios, políticas, diretrizes e planos gerais para reformas dos sistemas econômicos, políticos, culturais, sociais e ecológicos e construção de partidos; 2. Direcionamento geral das principais reformas nacionais; 3. Lidar de forma abrangente e coordenar as principais questões de reforma nacionais, de longo prazo, intersetoriais e regionais; 4. Orientar, impulsionar, supervisionar e incentivar a implementação das principais políticas e medidas de reforma do Centro do Partido (GORE, 2014, p.46)

O segundo mecanismo de governança implementado é o sistema de rotatividade da gestão dos postos chaves na administração das SOE's⁶⁷. Essa estratégia ocorre em conjunto com a indicação desses postos por meio do sistema de *nomenklatura*⁶⁸ (BRØDSGAARD, 2012). Dados apresentados por Leutert (2018, p.30), mostram que apenas nos primeiros cinco anos de governo Xi Jinping a taxa média de rotação foi mais do que o dobro se comparada ao do governo Hu Jintao (Tabela 1).

Tabela 1 – Comparativo de transferências entre governos.

Governo	Qtn. de transferências	Média
Hu Jintao (2003-2012)	14	1,4
Xi Jinping (2013-2017)	19	3,8

Fonte: Elaboração própria com base em Leutert (2018).

Outra estratégia inserida no mecanismo de rotatividade são as nomeações conjuntas, ou seja, quando um membro do PCCh é indicado para dois ou mais postos chaves nas companhias estatais. Assim como houve um aumento na rotatividade, também houve aumento nas nomeações conjuntas na administração Xi Jinping. Enquanto a média na administração Hu Jintao foi de 76%, a de Xi Jinping foi de 89% (LEUTERT, 2018). A partir da análise dos dados, constata-se que a ambição de Xi Jinping é de “desenvolver instituições formais de governança corporativa nas principais empresas estatais centrais e garantir o papel de liderança do Partido dentro delas” (LEUTERT, 2018, p.30)⁶⁹.

A terceira estratégia tem a ver com um novo posicionamento dos comitês partidários na tomada de decisão das empresas estatais. Ou seja, o governo Xi Jinping tem buscado dar maior protagonismo aos comitês do partido dentro da estrutura das estatais. Em 2015, o Comitê Central do Partido Comunista da China (CC-PCCh) e o Conselho de Estado emitiram as “Opiniões Orientadoras sobre o Aprofundamento da Reforma das Empresas Estatais” sinalizando para a maior importância que os comitês partidários teriam.

Posteriormente, durante o 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, realizado em 2017, alterou-se a constituição do PCCh para que os comitês partidários passassem a desempenhar um “papel de liderança” (PCCh, 2017). É importante atentar que essa reconfiguração apenas tem efeito para as empresas 100% estatais. Segundo o regulamento os comitês partidários devem ter por princípios:

⁶⁷ São eles: Secretário do comitê do partido (*dangwei shuji* 党委书记), gerente geral (*zongjingli* 总经理) ou presidente (*zongcai* 总裁) e presidente do conselho de diretores (*dongshizhang* 董事长), se houver (LEUTERT, 2018, p.30).

⁶⁸ Ver a primeira seção do capítulo 1.

⁶⁹ Tradução própria.

- (1) Persistir na unidade de **fortalecer a liderança do partido** e melhorar a governança corporativa, e **integrar a liderança do partido em todos os aspectos da governança corporativa**;
- (2) Persistir na **integração profunda do trabalho de construção do partido com a produção e operação**, e **testar a eficácia do trabalho de organização do partido com os resultados da reforma e desenvolvimento empresarial**;
- (3) Persistir na **gestão de quadros e talentos do Partido** e **cultivar líderes empresariais profissionais** de alta qualidade e equipes de talentos;
- (4) Persistir em lançar uma base no nível de base, **destacar a construção de ramos do partido** e aumentar a vitalidade das organizações partidárias de base;
- (5) Persistir em confiar de todo o coração na classe trabalhadora, incorporar o status das massas de empregados da empresa como senhores e **consolidar a base de classe da governança do partido** (RPC, 2019, s.p)⁷⁰

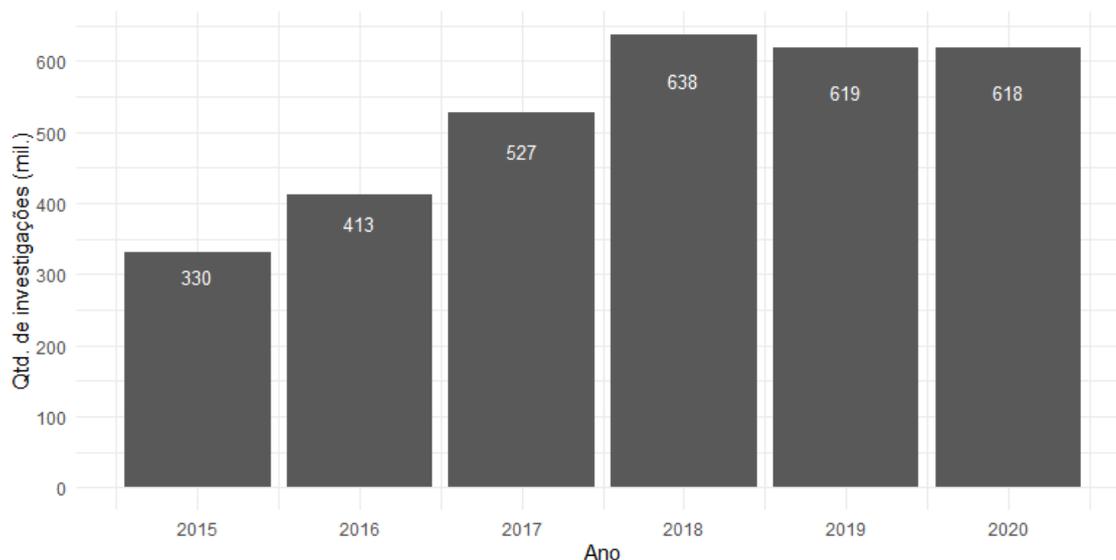
Por fim, o quarto mecanismo de governança, e o que tem sido mais divulgado nos meios ocidentais, são as campanhas anticorrupção. Iniciada em 2012, após a conclusão do 18º Congresso do PCCh, tivera como objetivo investigar e punir “tigres e moscas”, ou seja, funcionários do alto escalão do poder chinês e servidores públicos. Podemos observar a importância das campanhas a partir de três fatores, a estrutura institucional, o alcance e a quantidade de investigações. As campanhas foram executadas pela Comissão Central de Inspeção Disciplinar (CCDI), órgão interno de controle do PCCh, e que foi presidido por Wang Qishan, atual vice-presidente, até 2017.

Outros fatores que demonstram a escala das campanhas iniciadas por Xi Jinping são o alcance e o quantitativo de investigados e punidos. No que tange ao alcance, as investigações chegaram até aos mais altos postos da estrutura política chinesa, como o Comitê Permanente do Politburo e a Comissão Central Militar (CMC). Dentre os “tigres” investigados e punidos estão Xu Caihou, ex-membro do Politburo e ex-vice chairman da CMC; Zhou Yongkang, ex-membro do Comitê Permanente do Politburo; Ling Jihua, ex-membro do CC e do CPPCC e Bo Xilai, ex-membro do Politburo e Secretário do Partido em Chongqing.

Por último, o número de investigações também ajuda a entender a dimensão das campanhas anticorrupção. Entre 2015 e 2017, o número de investigações teve um aumento substancial, vindo a estabilizar nos dois últimos anos (Gráfico 8). Em 2020, das 618 mil pessoas investigadas, 604 mil foram punidas de alguma forma.

⁷⁰ Tradução própria.

Gráfico 8 – Quantidade de investigações (2015-2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PCCh (2016), Xinhua (2018) e CCDI (2017, 2019, 2020, 2021).

É importante frisar que nem todas as investigações são resultadas de violações da disciplina política, na qual a corrupção se encaixa. Essa disciplina política está balizada no Regulamento de Oito Pontos (八项规定), e que tem como objetivo manter contato próximo com as bases (CHINA DAILY, 2012). De modo geral, o regulamento proíbe gastos, formalidades e burocracias desnecessárias, como por exemplo, a proibição de grandes recepções em visitas oficiais, controle nos gastos nas comitivas nas visitas tanto no exterior quanto na própria China (CHINA DAILY, 2012).

Como dito acima, nem todas as investigações e punições são fruto de ações corruptas. Entretanto, os casos em que ocorre a abertura de processos e, posteriormente, a sanção existem. Em levantamento realizado entre 2010 e 2018, Barreda *et al* (2018) analisou 2447 membros do Partido, dos quais 254 foram considerados “tigres” e 2193 “moscas”. Juntos, foram responsáveis por desviar ¥13.160.088.581 bilhões. Fazendo um recorte no grupo dos “tigres”, o número de sentenciados soma 118 e são acusados de desviar a quantia de ¥5.811.785.221 bilhões. Por fim, analisando o setor de petróleo, o número de investigados e punidos somam 26, sendo 8 “tigres” e 18 “moscas”. E o montante desviado foi de ¥308.165.797 milhões, em que ¥74,033,000 milhões correspondem aos desvios dos “tigres” e ¥234,132,797 milhões das “moscas” (BARREDA *et al*, 2018).

Analisando a proporção das campanhas anticorrupção, a literatura especializada tem debatido sobre as suas motivações políticas. De modo geral, especula-se que devido as disputas internas entre as frações do partido, Xi Jinping tem utilizado as campanhas para expulsar e

prender membros de outras alas do Partido, como Bo Xilai. Outro ponto é que as campanhas têm como objetivo reduzir a influência de antigos líderes, com destaque para Jiang Zemin que, mesmo aposentado, ainda possui uma importante rede de influência e a capacidade de interferir no processo de tomada de decisão se mantém (BAILIANG, 2015; BING, 2015). Por último, debate-se que as campanhas têm como foco principal o combate a corrupção, visto que o PCCh possui sua legitimidade balizada na percepção da sociedade chinesa. Dessa forma, um partido visto como corrupto levaria a contestação da sua legitimidade em governar o país (LI, 2014).

Além desses quatro mecanismos institucionais, políticas econômicas também têm sido realizadas no governo Xi Jinping. As políticas, via de regra, seguem a mesma lógica das reformas da década de 1990, ou seja, reestruturar o setor estatal buscando o melhor equilíbrio entre o controle do setores-chave e em áreas cruciais da economia nacional e a presença do Estado na economia de maneira eficiente (MOFCOM, 1999). Dessa forma, durante o 18º Congresso Nacional do PCCh, 34 SOE's centrais foram fundidas e o número de SOE's centrais foi reduzido de 117 para 98. Além disso, 136 SOE's provinciais tinham iniciado processos de fusão (YAQING, 2017, s.p).

Entre a mais recentes, destaca-se o “Plano de ação de três anos para a reforma das empresas estatais (2020-2022)”. O plano de três anos segue na esteira do que foi apresentado no relatório do 19º Congresso do PCCh que diz:

Trabalharemos para garantir que os ativos do estado mantenham e aumentem seu valor; apoiaremos o capital estadual para que se torne mais forte, melhor e cada vez maior, e tomaremos medidas eficazes para prevenir a perda de ativos estaduais. Continuaremos a reformar as empresas estatais, desenvolveremos entidades econômicas de propriedade mista e transformaremos as empresas chinesas em empresas de classe mundial e globalmente competitivas (JINPING, 2017, p. 29)

Dentro desse escopo apresentado no relatório, o plano de ação de três anos se encaixa no desenvolvimento de entidades mistas. Sendo o a concretização do projeto intitulado de “1 + N”⁷¹, o plano de ação visa permitir o investimento de capital não estatal nas SOE's. Dados de 2020 mostram que apenas as estatais administradas centralmente receberam mais de ¥200 bilhões (US\$ 31 bilhões) de capital não-estatal por meio do plano de ação de três anos (CHINA DAILY, 2020). Finalmente, fruto dessa nova rodada de reestruturação estatal, uma nova companhia de petróleo e gás, China Oil & Gas Piping Network Corporation, que foi criada para gerir alguns importantes gasodutos e oleodutos.

⁷¹ O 1 significa que uma opinião orientadora será emitida para aprofundar a reforma das empresas estatais primeiro, e o “N” significa mais de uma dúzia de planos de apoio (SINA, 2015).

3.8 A ATUAÇÃO DAS ZHONGYANG QIYE NA POLÍTICA EXTERNA: AS COMPANHIAS DE PETRÓLEO E A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Por desempenharem uma posição importante na economia nacional (ZEMIN, 1999), as companhias estatais também são importantes atores na política externa chinesa. Dentre as estatais, podemos destacar as companhias nacionais de petróleo ou *National Oil Companies* (NOC's). Isso se dá pelo fato dessas estatais pertencerem a um setor vital para o desenvolvimento socioeconômico chinês, pilares necessários que garantem a legitimidade da liderança do PCCh⁷². Dessa maneira, a garantia da segurança energética é primordial para os objetivos de desenvolvimento chinês⁷³, e, essa segurança, passa por “assegurar suprimentos adequados e confiáveis de energia a preços razoáveis e de maneira que não coloquem em risco os principais valores e objetivos nacionais” (YERGIN, 1988, p. 111)⁷⁴.

Quando debatemos sobre segurança energética chinesa, falamos principalmente de garantias necessárias para o abastecimento de petróleo (CHEN, CHENG & WU, 2008; LEUNG, 2011; WU, 2012). Desde 1993, quando passou a ser uma importadora de petróleo, a China se tornou dependente das variáveis internacionais, ampliando o número de fatores que poderiam colocar em risco a segurança energética do país. Dentre esses fatores⁷⁵, cinco podem ser destacados, sendo eles: A instabilidade em regiões exportadoras, a flutuação do preço internacional do petróleo, o risco de transporte de importação, a contenção internacional contra a China e a ameaça dos Estados Unidos (ZHANG, 2015, p. 170)⁷⁶. Assim, esse novo contexto de dependência externa de recursos energéticos, compeliu o desenvolvimento de uma nova estratégia que buscasse garantir a demanda energética chinesa.

A solução encontrada pelos formuladores de política chinesa foi o desenvolvimento de uma política que utilizasse a diplomacia e a economia como meios de garantir as necessidades do país. Intitulada de Diplomacia Energética (*néngyuán wàijiāo* 能源外交), a nova estratégia se tornou componente chave na política externa chinesa a medida que o crescimento socioeconômico do país tem demandado quantidades cada vez maiores de energia (ZHU, 2013).

⁷² A legitimidade do PCCh se baseia em três pilares, sendo eles: O desenvolvimento econômico, a estabilidade social e a integridade nacional.

⁷³ “As an important aspect of economic security, energy security has a direct bearing on national security and social stability” (CONSELHO DE ESTADO, 2007, p. 35).

⁷⁴ Tradução própria.

⁷⁵ Wu (2012) destaca outros, como o descompasso estrutural entre consumo e produção de energia; Aumento das importações de energia e segurança energética; Uso de energia e proteção ambiental; Baixo consumo de energia per capita e eficiência energética juntamente com dificuldades crescentes para conservação de energia e melhoria da eficiência; Gestão e reforma regulatória do setor de energia; Fraco sistema de abastecimento de energia em áreas rurais.

⁷⁶ Tradução própria.

Entre os elementos chaves diretamente ligados a questão da Diplomacia Energética estão: a participação ativa na formação de uma comunidade regional e estabelecimento de um sistema regional de segurança energética; Diversificação das fontes de importação de petróleo e gás; Fortalecimento dos investimentos no exterior pelas companhias nacionais de petróleo, com destaque para o Oriente Médio, a Ásia-Pacífico, a Rússia e a Ásia Central (WU, 2012, p.200)⁷⁷.

Os resultados alcançados pela Diplomacia Energética têm contribuído para reduzir o risco que um dos cinco fatores pontuados acima pudesse colocar em xeque a segurança energética da China. Além disso, os meios utilizados tiveram a participação em menor ou maior grau das companhias de petróleo chinesa e, em grande medida, os resultados positivos da Diplomacia Energética se dão pela convergência de interesses nacionais e corporativos (DOWNS, 2014; ZHANG, 2015).

Antes de apresentarmos o papel das companhias de petróleo na política externa, é necessário fazer um breve debate sobre a posição desses atores na dinâmica de decisão dentro da China. Ao contrário do que o senso comum pode crer, as NOC's possuem um poder de barganha elevado na tomada de decisões na arena energética. De fato, Downs (2006, p.16) argumenta que as reformas estruturais ocorridas na década de 1990 do século XX, resultaram numa estrutura institucional fragmentada sobre o setor de energia, o que impediu a coordenação entre os interesses conflitantes no setor. Assim, possibilitando que as empresas estatais de energia da China exercessem considerável influência na formulação de políticas energéticas do país. Esse aspecto será melhor debatido no capítulo final dessa dissertação.

Essa capacidade de influenciar as políticas energéticas internamente, possibilitou que os resultados da Diplomacia Energética fossem positivos tanto para os objetivos de Estado, segurança energética, quanto corporativos, abertura de novos mercados e melhor posicionamento na cadeia global de valor. Fica evidente que a Diplomacia Energética tem promovido a melhora da segurança energética e, conseqüentemente, da diplomacia multilateral chinesa, pois para ter acesso aos recursos, a China precisou desenvolver uma boa rede de relacionamento com os países produtores (ZHANG, 2015).

Para além disso, a Diplomacia Energética também facilitou as atividades das NOC's na arena internacional. O bom relacionamento da China com países produtores tem contribuído

⁷⁷ Os demais são: Ajuste no consumo de energia e nas estruturas de produção, reduzindo a dependência do petróleo por meio da gaseificação, liquefação e desenvolvimento da energia nuclear, etc; Estabelecimento de reservas estratégicas de *upstream* de petróleo e gás em certas partes do país, além de potencializar a exploração nacional de petróleo e gás e atividades de produção (E&P); Estabelecimento um mercado futuro de petróleo; Aumento nos investimentos em uma infraestrutura de óleo e gás e a ampliação de canais para as importações e Estabelecimento SPRs controlados pelo governo (WU, 2012, p. 200).

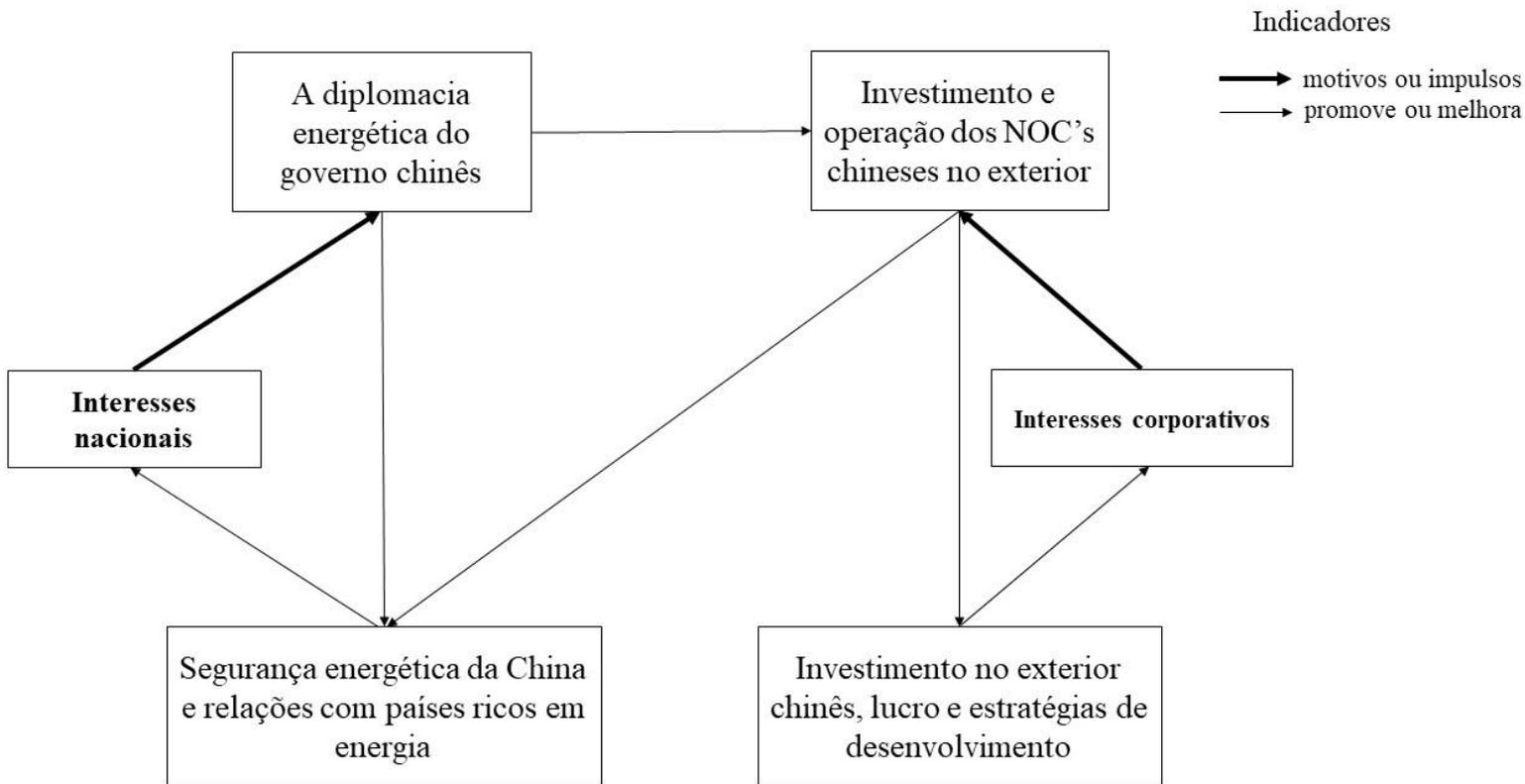
para a abertura de novos mercados para as companhias, criando incentivos para que investimentos de longo prazo sejam realizados, gerando mais lucro, permitindo, assim, que as NOC's se repositonem no mercado (ZHANG, 2015).

Dessa maneira, percebe-se que a convergência de interesses se retroalimentam e geram externalidades positivas. Uma vez que a Diplomacia Energética promove as boas relações entre a China e outros atores, isso facilita a expansão dos negócios das companhias e, dessa maneira, garantem a segurança energética chinesa. É importante salientar que a expansão dos negócios das NOC's contribui para a segurança energética de duas formas. A primeira, e a mais intuitiva, diz respeito a extração e produção do petróleo realizado pelas NOC's com destino para a China. Já a segunda forma é a ampliação do número de *players* no mercado. Assim, ao diversificar as fontes de exploração e os *players* com capacidade de exploração, a China reduz o risco de disputa pela oferta de petróleo (ZHANG, 2015).

Por conseguinte, a expansão dos negócios das companhias gera incentivos para que a China mantenha e aprofunde as boas relações na arena internacional com objetivos diplomáticos mais amplos, como o fortalecimento chinês em órgãos multilaterais internacionais, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além disso, domesticamente, a segurança energética permite a estabilidade necessária para legitimar o PCCh, permitindo o desenvolvimento econômico, a estabilidade social e integridade nacional. Assim, o binômio Segurança Energética e Interesses corporativos gera efeitos secundários benéficos para ambos os atores envolvidos (Figura 10).

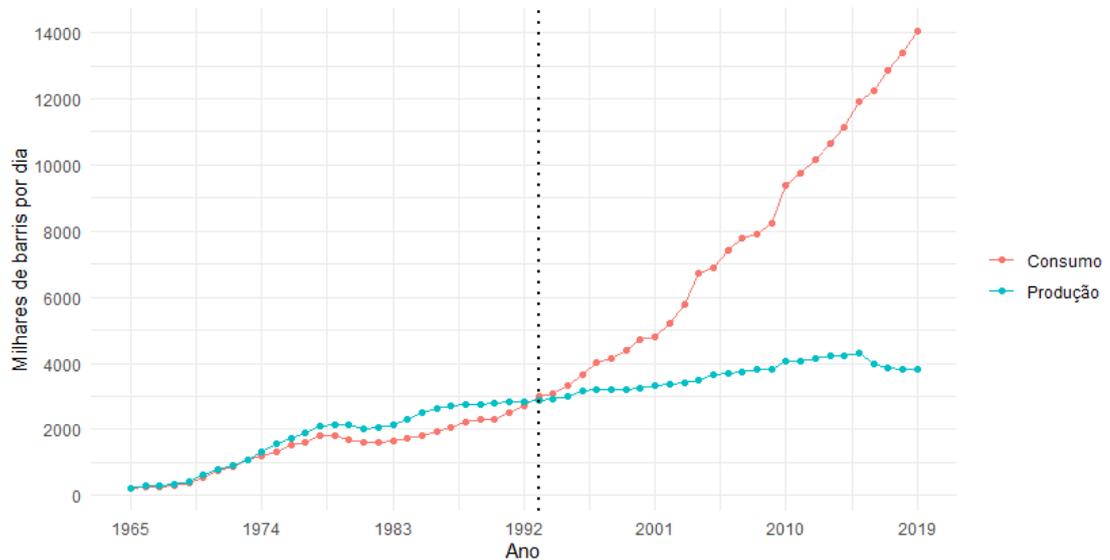
Figura 10 – Dinâmica doméstica da diplomacia energética chinesa



Fonte: Elaboração própria com base em Zhang (2015).

Em termos estatísticos, o petróleo e derivados representam a segunda principal fonte energética no país, respondendo por cerca de 20% do consumo total de energia, ficando atrás apenas do carvão, com 58% (BP, 2020). Apesar da distância em relação a primeira fonte energética, o consumo de petróleo e derivados vem ganhando importância ao longo das décadas, como pode ser observado no Gráfico 9.

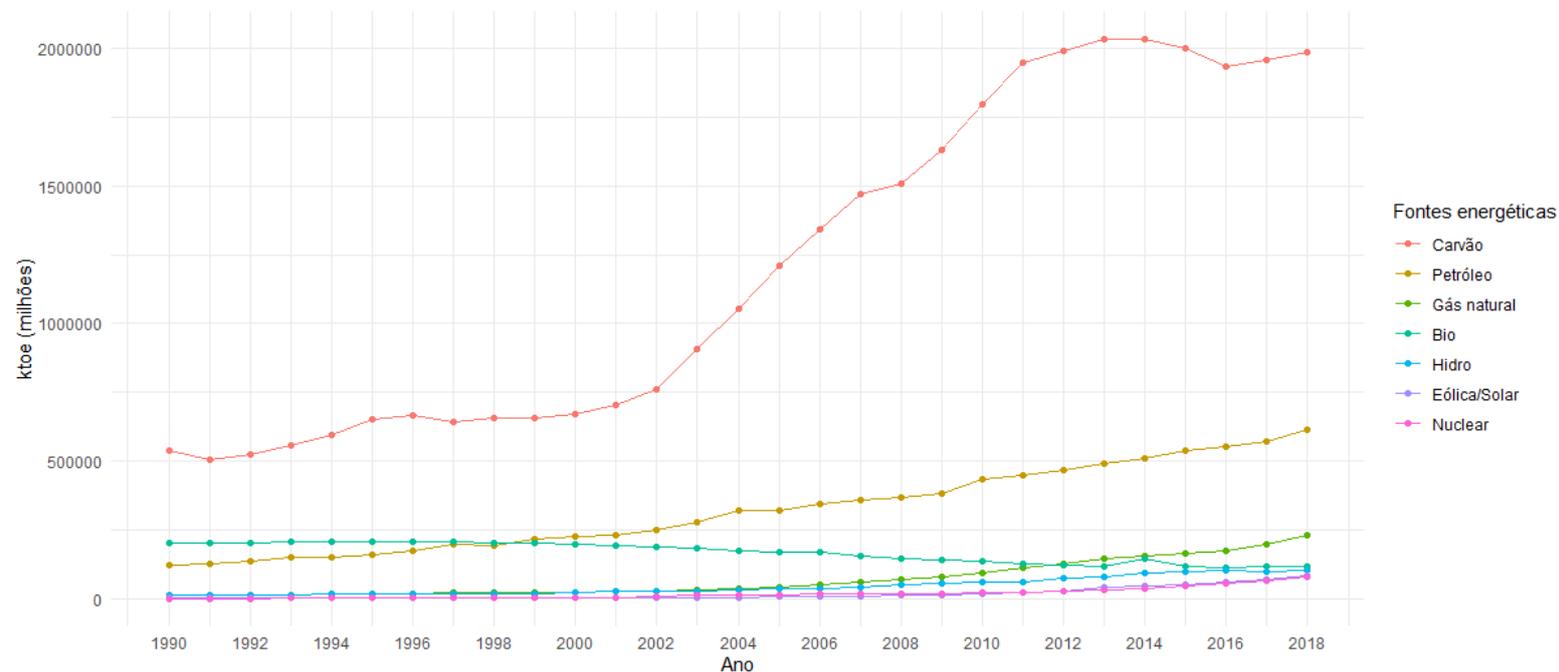
Gráfico 9 – Comparativo de consumo e produção, em milhares de barris por dia (1965-2019)



Fonte: Elaboração própria com base na BP (2020)

A linha tracejada vertical indica o ano de 1993, quando a deixou de ser autossuficiente em petróleo. Nesse período, o país consumia 2895 barris de petróleo por dia. Esse contínuo aumento no consumo, fez com que o petróleo se tornasse a segunda fonte de energia mais utilizada na matriz energética chinesa em 1999, substituindo os biocombustíveis apenas seis anos após ter se tornado uma importadora do produto (Gráfico 10). Dados de 2018, mostram que a China consumiu 614.024 ktoe de petróleo, enquanto utilizou 1.985.825 ktoe de carvão. E, apesar das distâncias, entre essas duas fontes energéticas serem grandes, o petróleo tem diminuído essa diferença a cada ano.

Gráfico 10 – Principais fontes energéticas chinesas por milhões de ktoe (1990-2018)⁷⁸⁷⁹

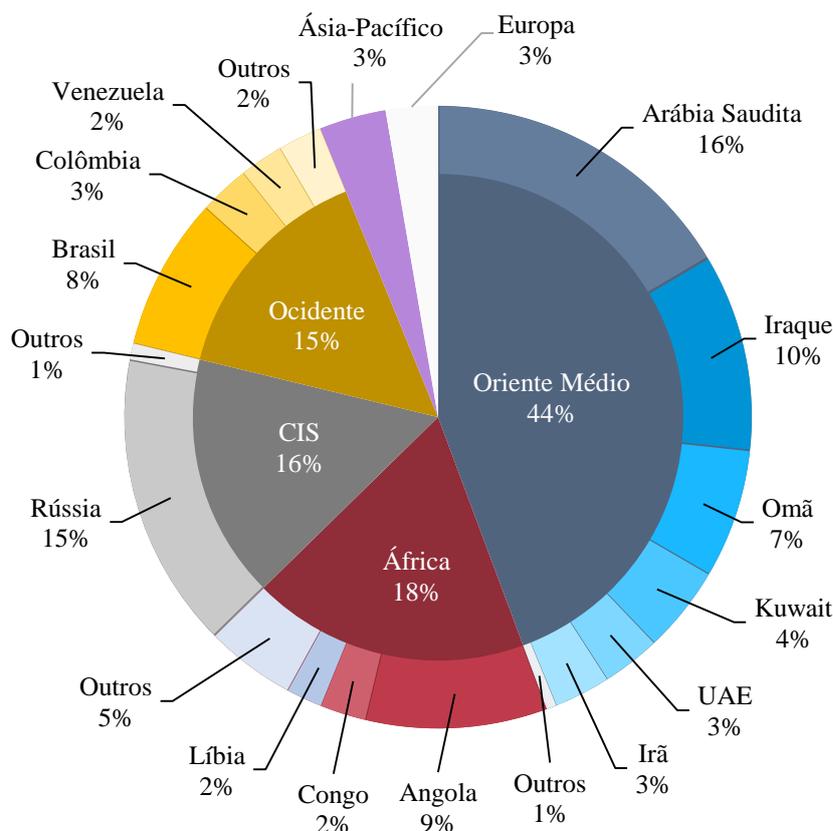


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da IEA (2020).

Como visto anteriormente, a produção doméstica deixou de atender de modo completo a demanda interna. Dessa maneira, a procura por outras fontes fez com que a China se tornasse o maior comprador mundial de petróleo bruto em 2017, importando 8.4 milhões de barris por dia, superando os Estados Unidos (EIA, 2018). Analisando as origens do petróleo consumido pela China em 2019, as regiões que mais exportam são o Oriente Médio com 44%, seguido do continente africano com 18%. Já entre os principais países exportadores, destaca-se a Arábia Saudita, responsável por 16%, em seguida vem a Rússia (15%), Iraque (10%) e Brasil (8%) (Gráfico 11).

⁷⁸ Kilotonne de óleo equivalente (ktoe) é uma unidade derivada da unidade de energia tonelada de óleo equivalente (tep). Sendo está último definida como “a quantidade de energia liberada pela queima de uma tonelada de petróleo bruto”.

⁷⁹ Valores referentes a China continental e Hong Kong.

Gráfico 11 – Importações de petróleo bruto da China por região e país em 2019⁸⁰

Fonte: EIA (2020).

A partir dos dados estatísticos apresentados no Gráfico 11, percebe-se como a China tem contornado a demanda cada vez mais maior pelo petróleo através da diversificação de fornecedores. Justamente com essa diversificação, o país tem atuado diplomaticamente para fortalecer os laços com as regiões e os países fornecedores. No campo diplomático, podemos citar a intensa cooperação bilateral com a Rússia⁸¹ e com o Irã⁸². Já no âmbito regional, a China tem desenvolvido mecanismos multilaterais como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), além de atuar conjuntamente com organismos regionais já existente, como o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

⁸⁰ No gráfico, a sigla CIS se refere a Comunidade dos Estados Independentes (CIS)

⁸¹ China e Rússia assinaram em 2014 um acordo na ordem de US\$ 400 bilhões para a construção de pipeline que levará gás natural russo para China. Ver em: <https://www.theguardian.com/world/2014/may/21/russia-30-year-400bn-gas-deal-china>.

⁸² Recentemente a China e o Irã estão prestes a assinar um acordo de 25 anos e com investimento de cerca de US\$400 bilhões em áreas como energia, infraestrutura, telecomunicações e setor de tecnologia e armas. Ver em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/china-iran-bilateral-deal-costs-all-around>.

No âmbito econômico, vemos a concretização dos esforços diplomáticos por meio da atuação das empresas através dos investimentos nos países produtores. Analisando a regiões do Oriente Médio e de África, que juntos correspondem a 62% das importações em 2019, vemos que entre 2005 e 2020, as NOC's e suas filiais injetaram US\$ 52.500 bilhões no Oriente Médio e Norte da África entre contratos de construção e investimento. Já na África subsaariana, no período entre 2006 e 2018, os investimentos foram na ordem de US\$ 23.750 bilhões (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2020).

Essa seção buscou apresentar um panorama geral da segurança energética e o papel que as NOC's desempenham a partir da Diplomacia Energética. No próximo capítulo, essa seção será melhor desenvolvida a partir do estudo de caso das duas companhias mais bem colocadas no ranking Global 500, a Sinopec e a China National Petroleum Corporation (CNPC), e as suas atuações no mercado internacional por meio dos investimentos.

3.9 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente capítulo testou a hipótese de que a política dos campeões nacionais contribuiu para as metas da política externa chinesa. Fica claro que, apesar do esforço em desenvolver um argumento linear, a realidade se apresenta mais complexa. De fato, a hipótese apresentada se mostra válida, ou seja, a política dos campeões nacionais contribuiu para as metas da política externa.

No que diz respeito ao papel das empresas campeãs nacionais na política externa, o estudo optou por analisar um setor essencial para o desenvolvimento econômico que é a energia, com foco no setor de petróleo. Ficou evidente que as companhias estatais de petróleo e gás, a partir de uma estratégia que mescla investimentos e diplomacia, desempenham um importante papel na garantia energética chinesa, seja na abertura de novos mercados e rotas de distribuição, por meio de investimentos, ou no fato de ampliarem o número de *players* no mercado, garantindo uma menor competição pelos recursos.

No último capítulo dessa dissertação, será realizado dois estudos de caso com a principais empresas de petróleo e gás chinesas, a Sinopec e a China National Petroleum Corporation (CNPC), com o objetivo de detalhar melhor o que foi apresentado na seção 2.6 desse capítulo. Dessa maneira, buscou-se analisar as estratégias e ações que essas empresas tem utilizado que contribuem direta e indiretamente para a metas da política externa chinesa.

4 O SETOR PETROLÍFERO: AS NOC'S E A SEGURANÇA ENERGÉTICA

4.1 INTRODUÇÃO

Esse último capítulo da dissertação foi destinado aos estudos de casos realizados com empresas estatais chinesas do ramo energético. Os casos analisados foram escolhidos a partir do levantamento do ranking Global 500 da Forbes. Como critério de análise, foram escolhidas as empresas que compõem o topo do ranking. Sendo assim, as empresas selecionadas foram a China Petrochemical Corporation (2º), a China National Petroleum Corporation (4º).

Tanto a China Petrochemical Corporation (Sinopec) quanto a China National Petroleum Corporation (CNPC) são companhias do setor de petróleo e gás e compõem o grupo de empresas administradas pela SASAC. Para além disso, são bons exemplos de companhias que desempenham um papel estratégico no desenvolvimento chinês. Além dessa breve introdução, esse capítulo é dividido em duas partes, sendo a primeira parte destinada a um apanhado histórico do setor, e a segunda parte na atuação das empresas fora da China, já que o objetivo é apresentar os desempenhos dessas na política externa. Por fim, esse capítulo se divide em quatro partes.

4.2 A EVOLUÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO CHINÊS

De maneira geral, ao analisar a evolução das companhias nacionais de petróleo chinês, Kong (2010) divide esse processo em duas fases distintas. A primeira ocorre durante os anos 1980 e se caracteriza por uma reestruturação interna no setor petrolífero que culminou na criação de três companhias de petróleo: a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) em 1982; a China Petrochemical Corporation (Sinopec) em 1983 e a China National Petroleum Corporation (CNPC) em 1988. Já a segunda fase, desdobra-se entre os anos 1990 e 2000 e se caracterizou pela internacionalização das companhias, e será abordada nos estudos de caso.

A criação dessas três companhias atendeu a objetivos específicos da cadeia produtiva de petróleo. Dessa maneira, cada empresa ficou responsável por um setor específico da produção, gerando três grandes monopólios. A CNOOC era responsável pela exploração e produção *offshore*, ou seja, a exploração de petróleo no mar. Além de realizar cooperação com empresas estrangeiras nessa área, tendo em vista o objetivo de acumular conhecimento técnico-científico nesse tipo de exploração que possui um nível de complexidade maior do que a *onshore*, exploração na terra.

Já a Sinopec e CNPC ficaram responsáveis pela produção *onshore*, onde a primeira era responsável pela parte de refinamento e materiais petroquímicos enquanto a última as funções de exploração, produção e administração. Essa divisão do trabalho entre as companhias foi fruto da estrutura ministerial que foi utilizada para a criação dessas empresas. Assim, a Sinopec se

tornou responsável por essa parte da cadeia produtiva devido aos ativos recebidos do Ministério das Indústrias de Petróleo (MIP) e as empresas químicas do Ministério da Indústria Química e do Ministério da Indústria; ao passo que a CNPC recebeu as demais funções do MIP (TAYLOR, 2014).

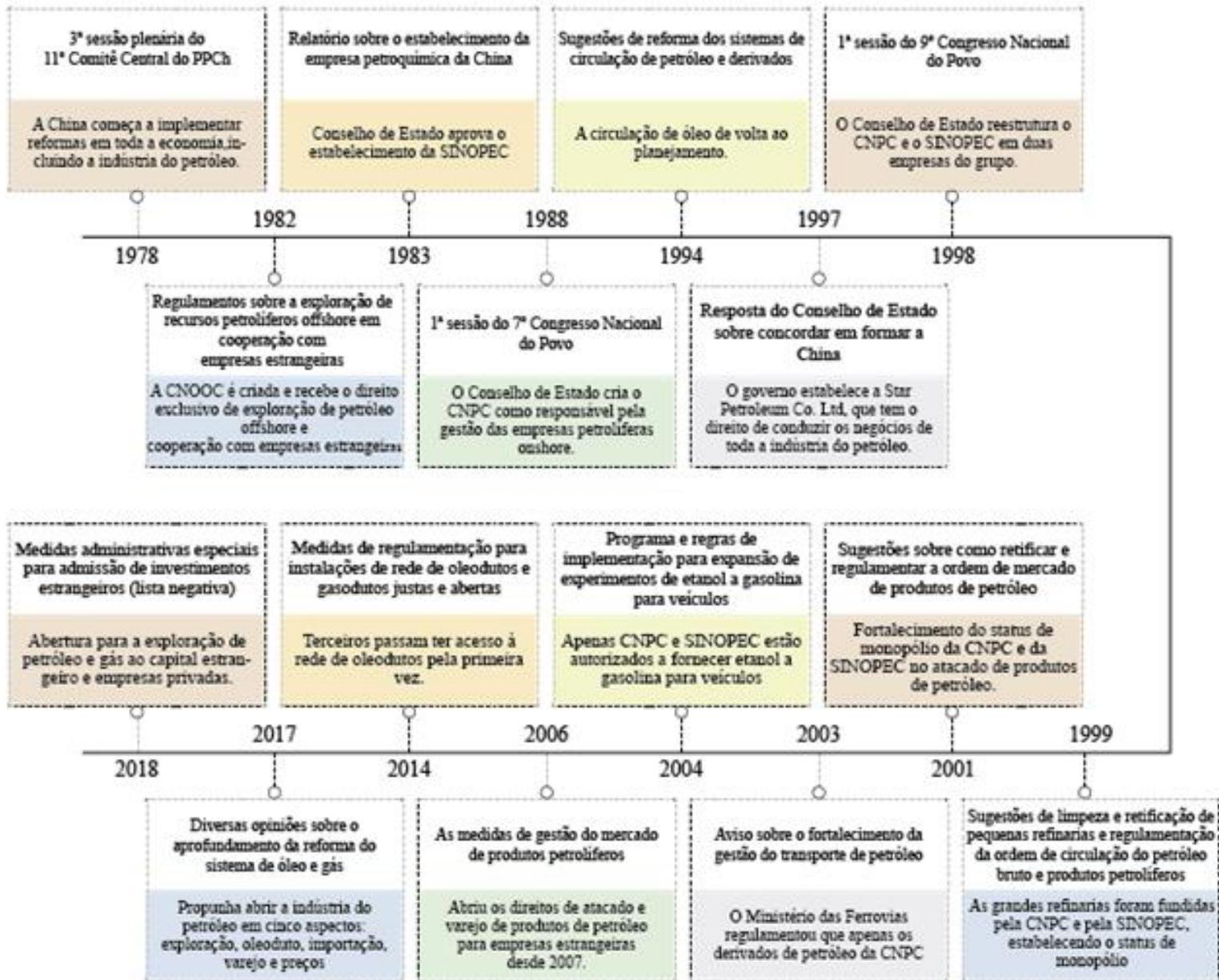
Contudo, a estratégia de criar monopólios especializados ao longo da cadeia produtiva tornou-se um problema. Zhang (2003) apresenta o conceito de compartimentação, ou seja, a separação da indústria em blocos, para demonstrar que apenas a descentralização da produção não foi suficiente. Dessa forma, Taylor (2012, p. 77) destaca que essa estratégia de separar a indústria, em que cada empresa teria o monopólio de produção, criou barreiras na eficiência e no desenvolvimento da competitividade internacional dessas, além de torná-las particularmente vulneráveis à volatilidade dos preços do petróleo.

A partir dessa constatação, entre 1997 e 1998, num contexto de reformulação ministerial⁸³, que possibilitou uma maior capacidade das estatais de petróleo em estabelecer uma agenda, foi debatido a reorganização da estrutura da indústria (Figura 11). Entre as ideias propostas, uma buscava descentralizar e elevar a competição no sistema a partir da criação de muitas empresas regionais, enquanto outras argumentavam por um controle centralizado (MEIDAN, 2016). A decisão tomada que se seguiu foi a verticalização das companhias, acabando com a compartimentação, e mantendo a centralidade do controle. Assim, a reorganização realizada em 1998, permitiu que a CNPC e a Sinopec atuassem em toda a cadeia produtiva, desde a exploração, produção e refino.

A partir dessa nova reorganização, o governo central realocou as companhias em diferentes áreas geográficas da China. Dessa maneira, a CNPC ficou responsável pela cadeia produtiva no Norte e Oeste (12 províncias), enquanto a Sinopec se concentrou no Sul e no Leste chinês (19 províncias). Nessa nova reorganização, a CNPC ficou com 19 das empresas petroquímicas da Sinopec, das quais 14 estavam envolvidas na produção. Já a Sinopec adquiriu 12 empresas da CNPC, que estes incluíam 11 unidades de exploração e produção e uma planta petroquímica (MEIDAN, 2016, p. 28).

⁸³ Ver: Meidan (2016)

Figura 11 – Linha do tempo do setor de petróleo chinês (1978-2018)



Fonte: Chen *et al* (2020).

Essa nova estrutura acabou com o caráter monopolista anterior e estabeleceu uma estrutura oligopolista no mercado interno chinês. Esse novo arranjo tinha como objetivos estabelecer uma concorrência limitada no mercado interno de petróleo, melhorar a eficiência e preparar estatais para a concorrência no cenário internacional, mantendo a lucratividade em altos níveis, como pontua Taylor (2014, p. 84).

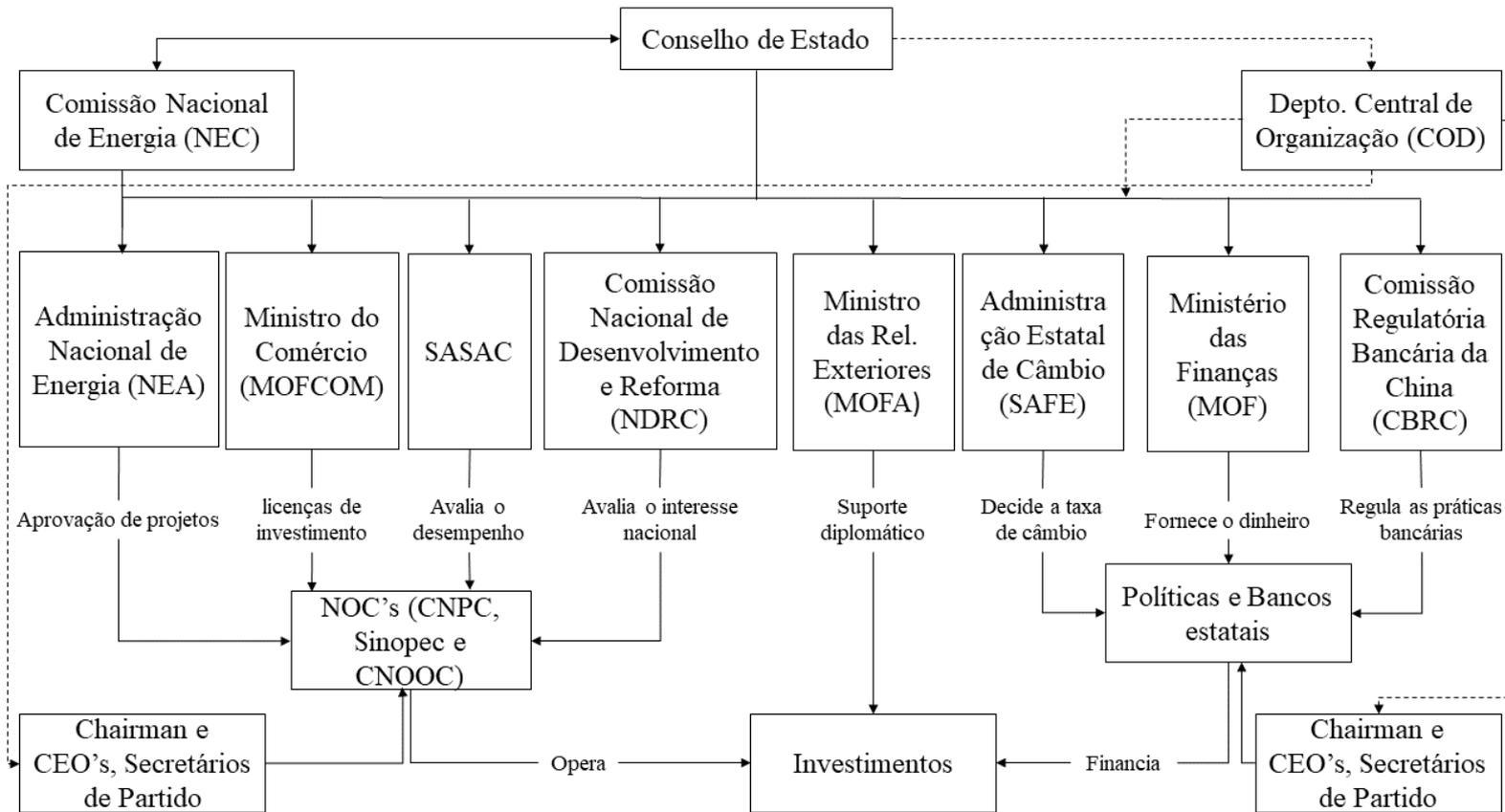
Essa estrutura de mercado doméstico forneceu as companhias duas características distintas. Primeiro, elas não contavam com a exposição à disciplina do mercado para melhorar o desempenho. Em vez disso, respondiam principalmente a políticas descendentes e agendas de reformas que iniciam a reorganização corporativa. Segundo, seus grandes lucros são concedidos

por vantagens de monopólio, em vez de estratégias para vencer a concorrência no mercado, como concorrência de preços, vantagens técnicas e assim por diante (TAYLOR, 2014, p.85).

Apesar da corporação das NOCs, o governo chinês mantém um controle rígido não apenas sobre as holdings, mas também sobre suas subsidiárias listadas em bolsa por meio da participação majoritária e de uma variedade de mecanismos exclusivos de governança corporativa, que juntos são frequentemente chamados de “governança corporativa com características chinesas” (EWING, 2005; LIU, 2006). Para Taylor (2014, p. 71), essa governança com características chinesas é produto da reforma econômica, em que a governança corporativa e as leis do estilo ocidental foram transplantadas para o contexto chinês dos negócios e da política.

Ao analisarmos o setor energético chinês, podemos observar a estrutura e o funcionamento da governança corporativa com características chinesas (Figura 12). Um dos principais meios de controle que o governo chinês e, desse modo, o PCCh, possui são as indicações aos cargos de chefia realizadas pelo Conselho de Estado por meio do Departamento Central de Organização (COD). Em seguida, os órgãos de controle, como a Administração Nacional de Energia (NEA), o Ministro do Comércio (MOFCOM), a SASAC e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NRDC).

Figura 12 – Estrutura do setor energético chinês



Fonte: Elaboração própria com base em Francisco (2013).

Quando se fala da atuação internacional das NOC's, outros atores também compõem a estrutura do setor energético. Entre os principais estão os entes financeiros, como os bancos estatais e o Ministério das Finanças (MOF). Por fim, o Ministério das Relações Exteriores (MOFA) contribui com o suporte diplomático necessário para que as companhias possam investir e atuar fora da China.

Uma das interpretações possíveis para justificar esse arranjo institucional está no fato de que o setor de petróleo desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico e, dessa forma, na estabilidade interna da China (ZWEIG & JIANHAI, 2006). Foi essa íntima relação da segurança energética com as demais políticas (social, econômica e externa) que fizeram com que o governo chinês a considerasse “importante demais para ser deixada apenas para as forças do mercado” (KREFT, 2006; TAYLOR, 2014).

4.3 ESTUDOS DE CASOS

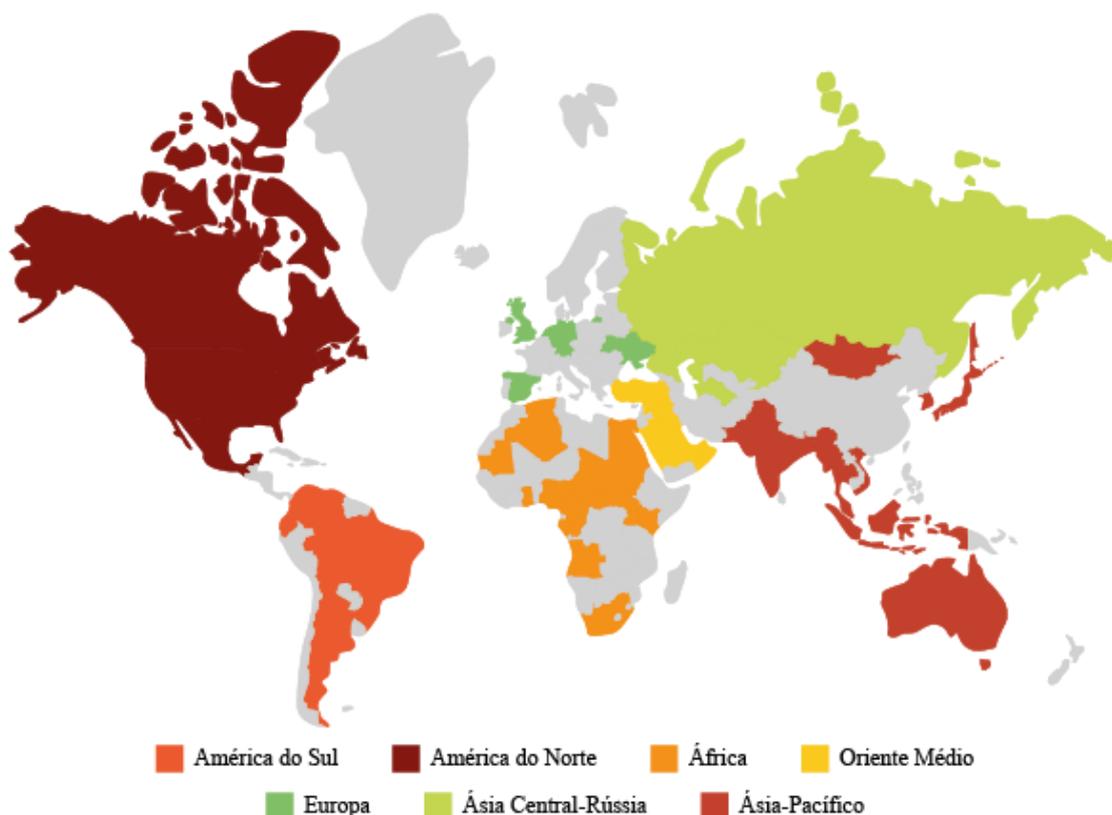
4.3.1 China Petrochemical Corporation (Sinopec)

Fundada em 1998 com base na antiga China Petrochemical Corporation, a Sinopec é a maior fornecedora de petróleo e produtos petroquímicos e a segunda maior produtora de petróleo e gás da China, e a maior empresa de refino e a terceira maior empresa química do mundo (SINOPEC, 2019b). A companhia atua nos vários níveis das cadeias de produção de hidrocarbonetos, seja no investimento e sua gestão, na exploração, produção, armazenamento, refino, transporte e venda de petróleo e gás natural e derivados (SINOPEC, 2019b).

Domesticamente, a Sinopec atua a partir de uma estrutura composta de 15 campos petrolíferos, 39 refinarias e petroquímicas, 34 subsidiárias para a venda de produtos petrolíferos, 10 subsidiárias integrais e de controle e 7 institutos de pesquisas. Em 2019, essa estrutura foi responsável por adicionar uma reserva comprovada de petróleo de 103 milhões de toneladas, ampliar a produção de petróleo bruto em 2.615 milhões de toneladas e produzir 35.13 milhões de toneladas ou 249.43 milhões de barris⁸⁴ (SINOPEC, 2019b).

A atuação internacional da Sinopec está distribuída em 60 países ao redor do globo. Destaca-se a presença da companhia em 17 países do continente africano e asiático. Em seguida, tem-se a região eurasiática com 9, América do Sul e Oriente Médio com 7 cada um (Figura 13). Esse processo de internacionalização da Sinopec teve início em fevereiro de 2000, quando a China Petrochemical Corporation (Sinopec Group) criou uma sociedade de ações intitulada China Petroleum & Chemical Corporation ou Sinopec Corporation. No mesmo ano, a nova empresa foi listada nas Bolsas de Valores de Hong Kong, Nova York e Londres e, em 2001, na Bolsa de Xangai. Atualmente a Sinopec Group detém 68.77% das ações da Sinopec Corp. (SINOPEC, 2020).

⁸⁴ Para a produção nacional de petróleo bruto, a Sinopec define 1 tonelada como sendo 7,1 barris, já para a produção de petróleo bruto no exterior, 1 tonelada equivale a 7,21 barris.

Figura 13 – Atuação da Sinopec no exterior em 2019⁸⁵

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sinopec (2019b).

A companhia possui projetos de exploração e produção de petróleo e gás e de serviços de campos petrolíferos. Além disso, a companhia realizou 63 operações de serviços de refino e engenharia química e *joint ventures* de refino e química dentro e fora da China (SINOPEC, 2019b). Em 2019, os 51 pontos de exploração e produção de petróleo e gás no exterior estavam localizados em 25 países (Tabela 2). Testes para a descoberta de novos poços foram realizados, com a descoberta de 9 novos pontos de petróleo e gás na área de Wapiti no Canadá, projeto Angola 15/06, Bacia do Rio Powder do projeto SDA dos EUA, Bloco IMA em Camarões e o projeto de exploração profunda de petróleo e gás no Egito⁸⁶.

⁸⁵ América do Norte: Canadá, México e Estados Unidos; América do Sul e Central: Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Venezuela; África: Argélia, Angola, Camarões, África Central, Chade, Congo, Djibuti, Egito, Gabão, Gana, Quênia, Mauritânia, Nigéria, Sudão, África do Sul, Sudão do Sul e Uganda; Europa: Alemanha, Espanha, Holanda, Reino Unido; Ásia Central-Rússia: Cazaquistão, Rússia, Quirquistão, Turcomenistão, Ucrânia; Oriente médio: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Kuwait, Omã, Síria e Turquia; Ásia-Pacífico: Austrália, Coreia do Sul, Bangladesh, Brunei, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Macau, Malásia, Mongólia, Myanmar, Paquistão, Singapura, Tailândia, Taiwan e Vietnã.

⁸⁶ *Ibid.*, (p. 32).

Tabela 2 – Número de projetos e países (2014-2019)

Ano	Qtd. de projetos	Qtd. de países
2019	51	25
2018	50	26
2017	50	26
2016	50	26
2015	50	26
2014	51	27

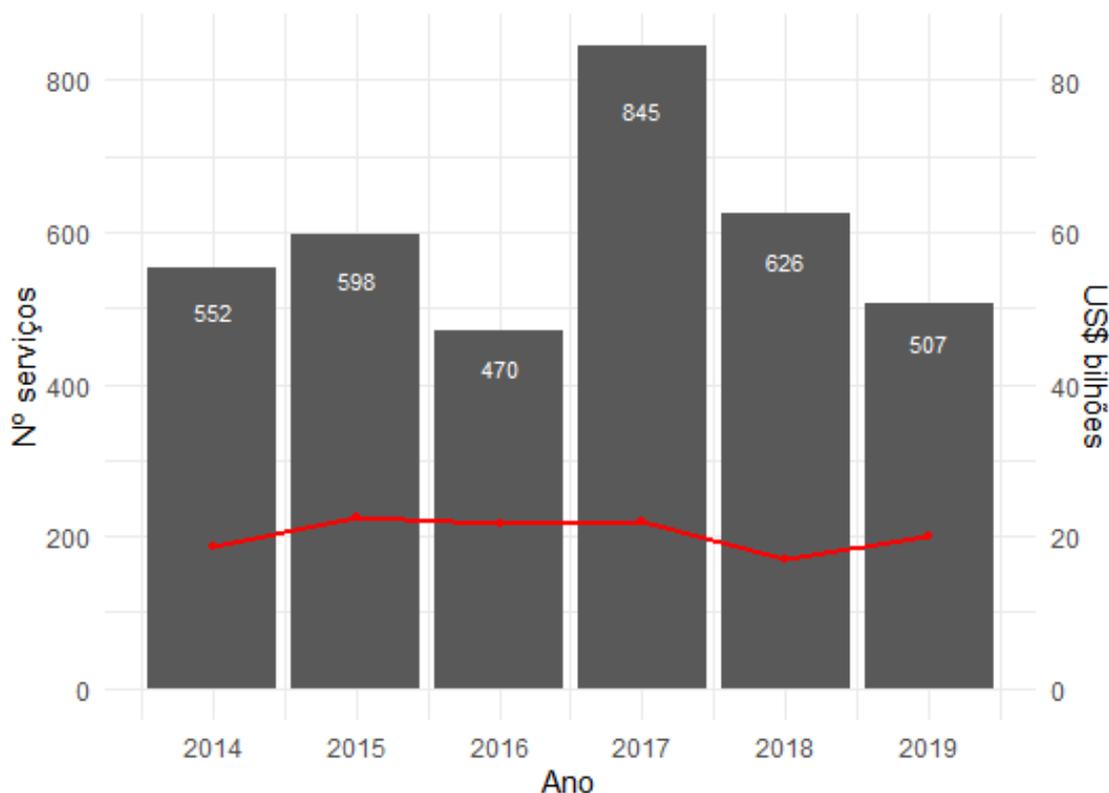
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sinopec (2019b, 2018b, 2017b, 2016b, 2015b, 2014b).

No que diz respeito ao setor de serviços, em 2019, a Sinopec havia executado 507 projetos de serviços *upstream*⁸⁷ em 43 países totalizando US\$ 19,946 bilhões em contratos. Comparado com anos anteriores, 2019 representou a segunda pior marca para a companhia em número de projeto e o terceiro pior em valores (Gráfico 12). Além disso, a empresa ampliou presença nos principais mercados produtores, como Arábia Saudita, Kuwait, Equador e Argélia (SINOPEC, 2019b, p. 32). Já na área de *joint ventures* internacionais de refino e química, a companhia investiu US\$ 4,7 bilhões em projetos na Rússia (2), Arábia Saudita (1), Cingapura (2), Emirados Árabes Unidos (1) e Holanda (1)⁸⁸.

⁸⁷ Serviços *upstream* são aqueles em que a empresa identifica, extrai e/ou produz a matéria-prima.

⁸⁸ *Ibid.*, (p.33).

Gráfico 12 – Quantidade de serviços, em US\$ bilhões (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sinopec (2019b, 2018b, 2017b, 2016b, 2015b, 2014b).

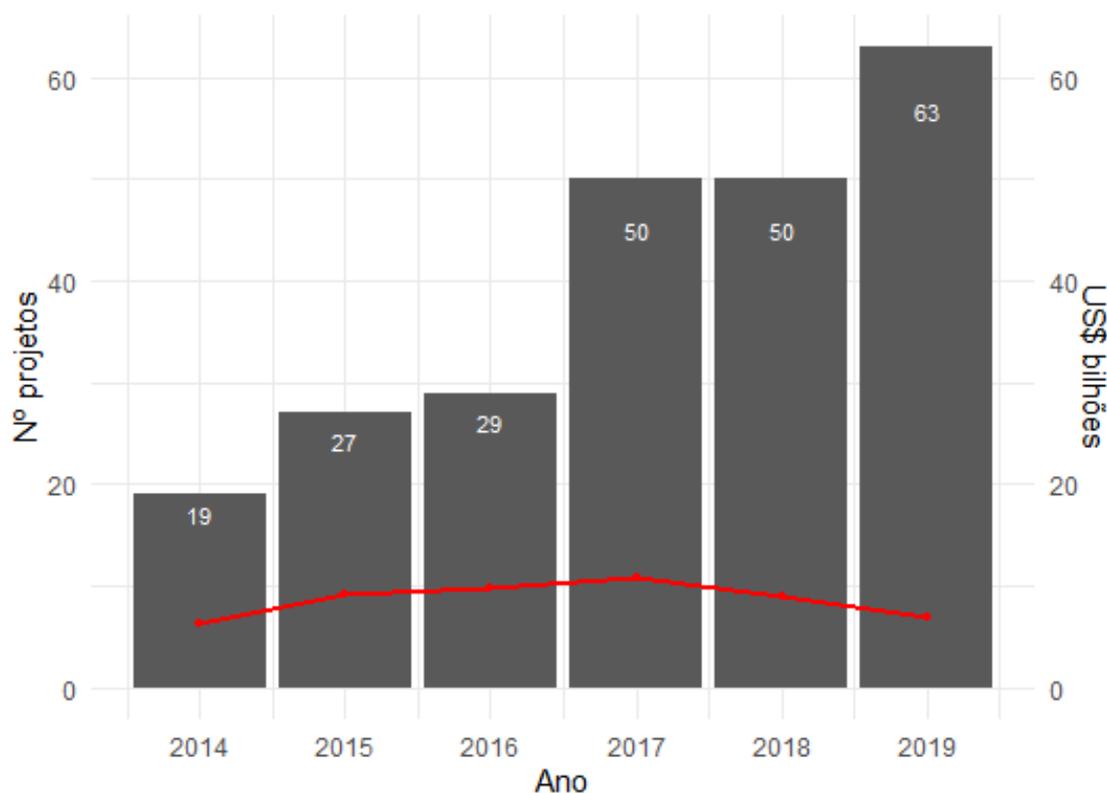
Os investimentos na Rússia e na Arábia Saudita foram destinados as *joint ventures* criadas em parceria com empresas desses países. Na Rússia, a parceria foi com a companhia petroquímica SIBUR⁸⁹, além de uma participação acionária com a mesma⁹⁰. Já na Arábia Saudita, os investimentos foram para a Yanbu Aramco Sinopec Refining Company (YASREF). Criada em 2010, a partir do acordo entre a Sinopec e a Saudi Aramco, a YASREF produz 400.000 barris por dia (YESREF, 2018).

No que diz respeito aos serviços internacionais de refino e engenharia química, por meio de suas subsidiárias, a companhia realizou 63 projetos em 15 países que totalizaram US\$ 6.947 bilhões (Gráfico 13). Segundo o relatório anual da companhia, “a execução dos projetos se tornou uma importante fonte para o crescimento do lucro da empresa” (SINOPEC, 2019b, p.33). Nota-se que apesar do número crescente de projetos, o valor dos contratos somados teve uma leve queda em comparação com o ano de 2018 (US\$8.87 bilhões)

⁸⁹ A participação da SIBUR na *joint venture* será de 40%, enquanto a da Sinopec será de 60%. Ver em: <https://www.sibur.ru/en/press-center/news/SIBURandSinopecsignMoUtoSetupNitrileRubberJointVenture/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

⁹⁰ Ver mais em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/international/business/russia-approves-sinopec-participation-in-huge-petrochemical-project/articleshow/79739354.cms?from=mdr>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

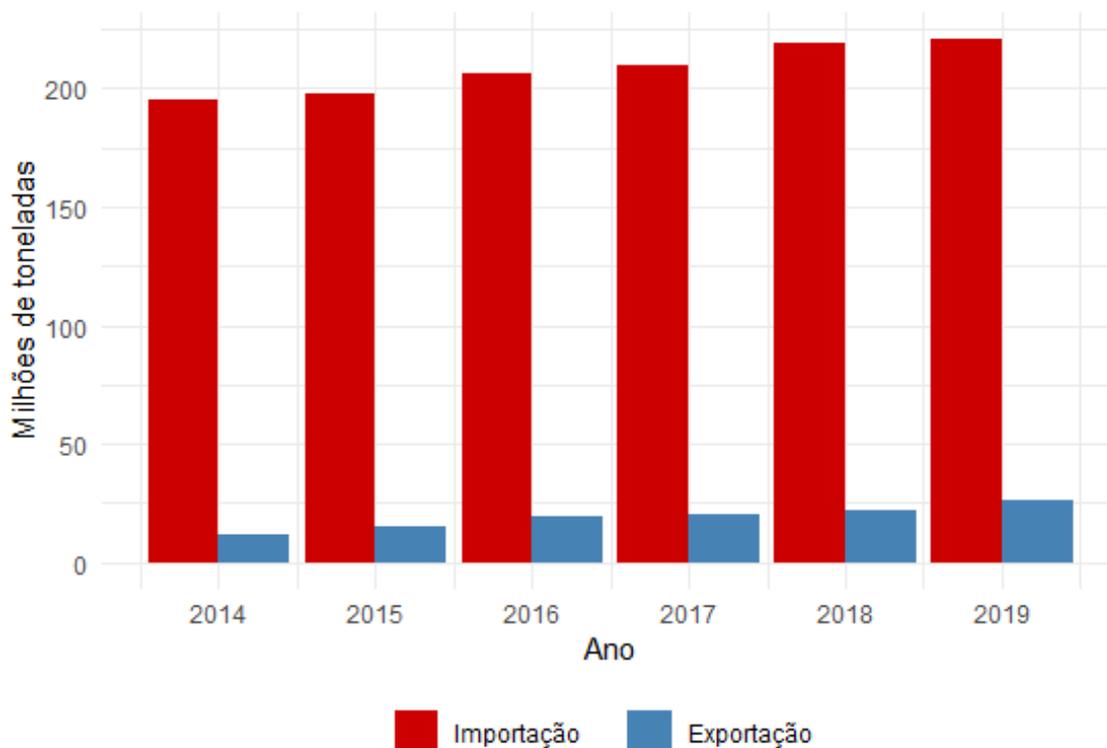
Gráfico 13 – Quantidade projetos, em US\$ bilhões (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sinopec (2019b, 2018b, 2017b, 2016b, 2015b, 2014b).

No que tange o comércio internacional, a Sinopec vem aumentando a quantidade e petróleo cru em média 2.46% ao ano. A partir dos dados observacionais, em 2019, o valor foi de 221 milhões de toneladas de petróleo cru, a maior quantia desde 2014, quando a companhia importou 195.3 milhões de toneladas (Gráfico 14). Apesar da China ter deixado de ser autossuficiente em petróleo, a Sinopec também exporta o produto, apesar da pequena quantidade, quando comparamos com a quantidade importada. Porém, assim como as importações, as exportações também têm aumentado desde 2014, numa taxa média de 18.36%. Dessa forma, assim como ocorreu com as importações, no total de 26.5 milhões de toneladas de petróleo cru, 2019 representou a maior quantidade de petróleo cru exportada pela Sinopec (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Importação e exportação, em milhões de toneladas (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sinopec (2019b, 2018b, 2017b, 2016b, 2015b, 2014b).

Para além da importação e exportação, entre 2018 e 2019, a Sinopec estabeleceu parcerias ao longo da Rota da Seda. Em 2019, foram consolidados acordos em 59 países que compõem o projeto de infraestrutura chinês, sendo essa cooperação realizada com 125 fornecedores e 154 compradores, representando um valor de US\$ 11,2 bilhões (SINOPEC 2018b; 2019b, p. 34).

A partir do que foi exposto, algumas observações sobre o papel da Sinopec no que diz respeito à segurança energética da China no exterior podem ser feitas. A primeira delas é que as companhias tem tido uma participação ativa no desenvolvimento e estabelecimento de um sistema energético seguro (WU, 2012, p.200), como pode ser observado a partir do desenvolvimento de *joint ventures* e investimentos em países que compõem o projeto da Rota da Seda.

Nesse quesito, duas nações se destacam, sendo elas Arábia Saudita e Rússia. Os motivos já foram apresentados ao longo dessa dissertação, como por exemplo o fato de serem os maiores fornecedores individuais de energia da China, 16% e 15%, respectivamente. Para além do escopo do projeto da Rota da Seda, a Sinopec também tem contribuído para a diversificação de fontes, como pode ser observado pelo número de países em que atua (Figura 13). Essa diversificação ocorre principalmente pelo fortalecimento dos investimentos no exterior pelas

companhias nacionais de petróleo, com destaque para o Oriente Médio, a Ásia-Pacífico, a Rússia e a Ásia Central (WU, 2012, p.200).

4.3.2 China National Petroleum Corporation (CNPC)

A China National Petroleum Corporation (CNPC) como a conhecemos atualmente surge em 17 de setembro de 1988, com base no Ministério da Indústria do Petróleo (MIP). Assim como a Sinopec, a CNPC atua tanto dentro quanto fora da China e nas diversas cadeias produtivas de petróleo e gás. No âmbito doméstico, a companhia atua em 13 campos petrolíferos espalhados em 12 províncias (Figura 14)⁹¹. Essa estrutura doméstica foi responsável por adicionar uma reserva comprovada de 199.44 milhões de toneladas de petróleo, aumentando para 836.6 toneladas, e produzir 101,77 milhões de toneladas de petróleo bruto ou quase 746 milhões de barris de petróleo⁹² (CNPC, 2019).

Figura 14 – Atuação da CNPC na China



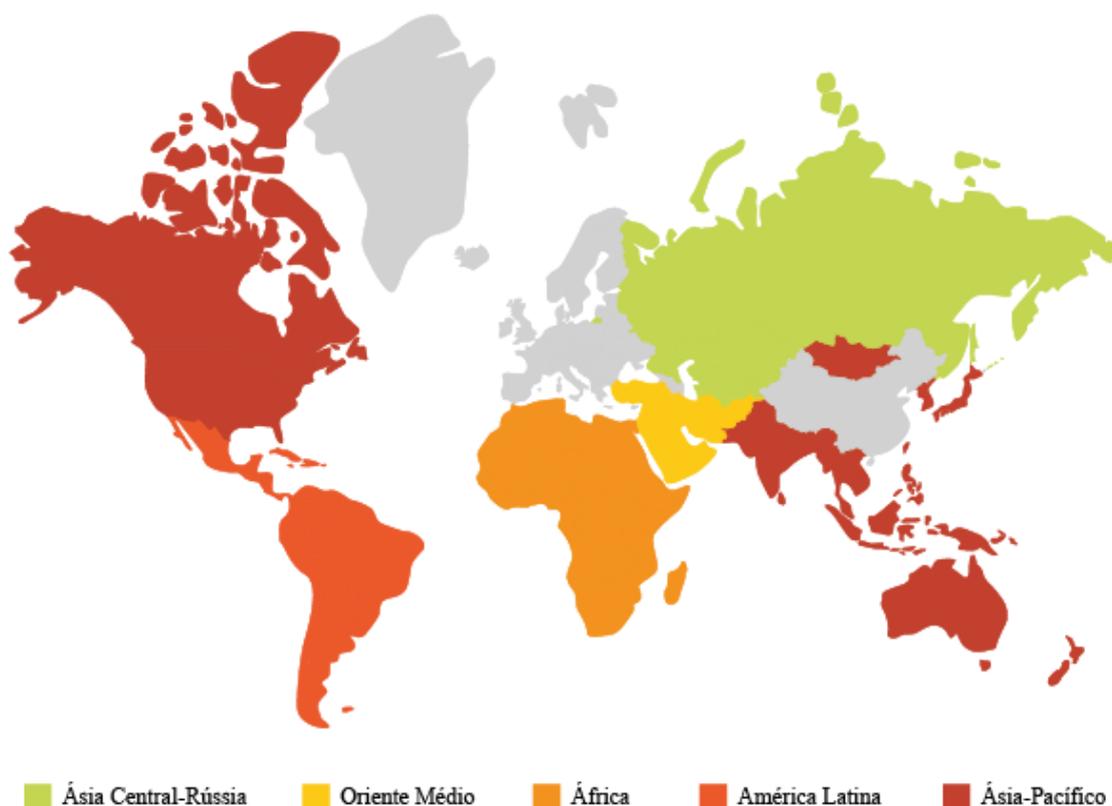
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de CNPC (2021)

Globalmente, a CNPC está presente em cinco macrorregiões, compreendendo as regiões da Ásia Central e Rússia, em seguida o Oriente Médio, África, América Latina e Ásia Pacífico (Figura 15), sendo a pioneira entre as companhias de petróleo chinesas no que diz respeito ao desenvolvimento de uma estratégia operacional no exterior, lançando seus alicerces em 1991. (TAYLOR, 2012, p.166).

⁹¹ De leste para oeste: Xinjiang, Qinghai, Gansu, Sichuan, Hubei Shanxi, Hebei, Shandong, Liaoning, Jilin e Heilongjiang.

⁹² Utilizou-se a base da BP, em que 1 tonelada corresponde a 7.33 barris de petróleo.

Figura 15 – Atuação da CNPC no exterior



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de CNPC (2019).

Esse processo de internacionalização da CNPC pode ser definido em três estágios. A primeira fase (1988-1997) se caracterizou pelo objetivo de desenvolver um *know-how* dos modos e padrões do mercado internacional de petróleo; e acumular experiências internacionais (MIN & BIN, 2014, p. 121). Em 1992, a CNPC fez seu primeiro investimento na compra de reservas localizadas no Canadá. Posteriormente, a companhia ampliou seus investimentos para a Tailândia (1993), o Canadá (1993), o Peru (1993 e 1995), o Sudão (1995 e 1997) e a Venezuela (1997).

O segundo estágio (1997-2005) foi marcado por um crescimento estável da CNPC no mercado internacional. Nessa fase, a empresa iniciou a operação dos seus primeiros campos de petróleo no exterior, como os do Sudão, em 1999, e os da Mongólia, em 2005. Além disso, ocorreu a primeira aquisição de empresa de petróleo estrangeira, com a compra da companhia petrolífera PK do Cazaquistão, em 2005, num montante de US\$ 41,8 bilhões (MIN & BIN, 2014).

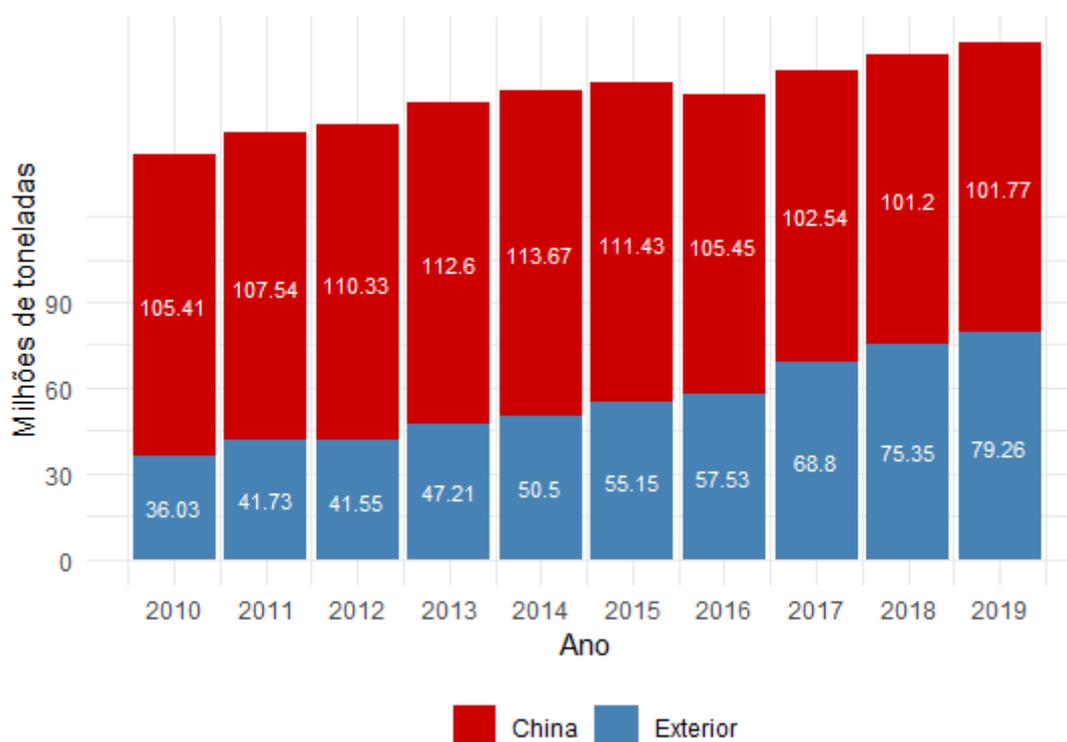
Em 5 de novembro de 1999, como parte da reestruturação, uma nova empresa foi criada com base na Lei das Sociedades da República Popular da China. A PetroChina, como veio ser chamada, foi listada nas Bolsas de Valores de Nova York e Hong Kong em 2000 e em Xangai

em 2007. É válido destacar que a PetroChina faz parte da CNPC, sendo esta detentora de 80.41% de todas as ações (PETROCHINA, 2020).

O último estágio, que se inicia em 2005, é caracterizado pela expansão das atividades da CNPC no setor global de petróleo, graças a acumulação de experiência e capital. Dessa maneira, a companhia passou a alocar capital em grande escala com objetivo de acessar novos mercados por meio de fusões e aquisições (MIN & BIN, 2014, p. 123).

Destaca-se o acordo firmado com a petrolífera russa *Eastern Energy Limited Liability Company* para exploração e desenvolvimento na Rússia em 2006. O acordo de cooperação assinado e desenvolvido em conjunto com a Companhia Nacional de Petróleo e Gás do Uzbequistão em 2008 e, por fim, a construção de um oleoduto de petróleo bruto entre a China e a Rússia no território de Mohe até Daqing em 2009⁹³. Como resultado da internacionalização, atualmente a produção de petróleo bruto é diversificada em 35 países e vem aumentando ao longo do período observado (Gráfico 15). De fato, desde 2018 a produção externa tem representado mais de 40% da produção total da CNPC.

Gráfico 15 – Produção interna e externa da CNPC (2010-2019)



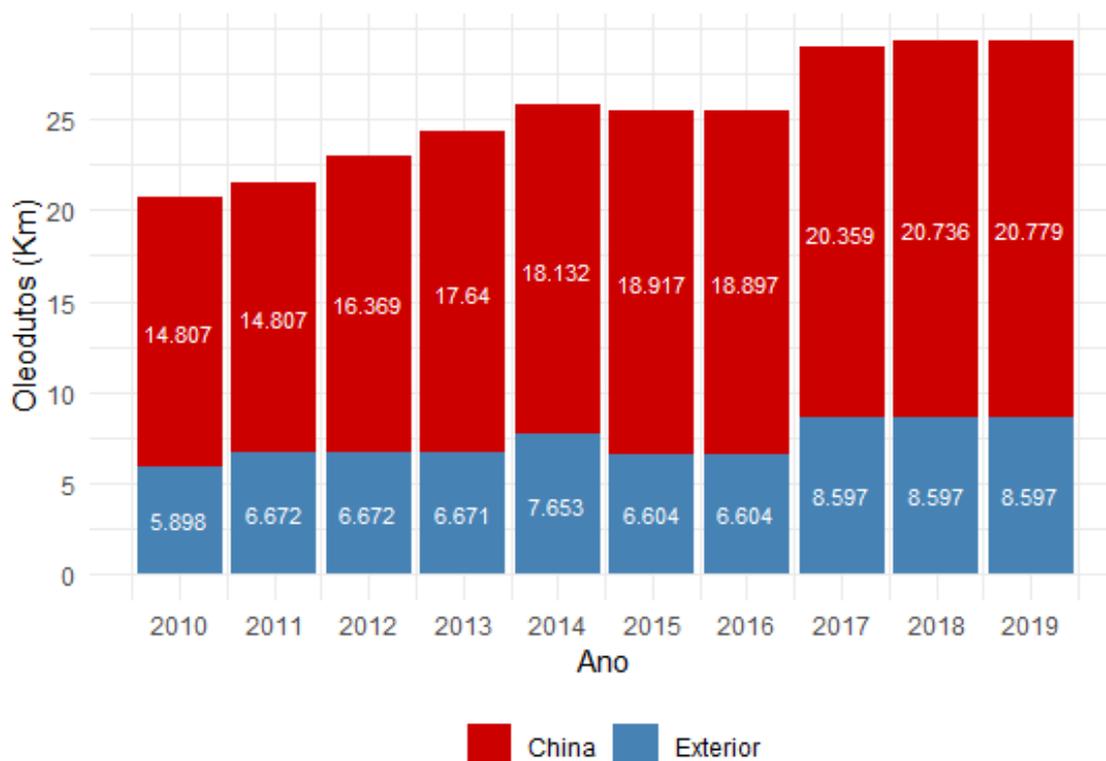
Fonte: Elaboração própria com bases nos dados de CNPC (2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019).

⁹³ O projeto faz parte do oleoduto Sibéria Oriental-Oceano Pacífico (ESPO, sigla em inglês) e tem uma capacidade anual de 15 milhões de toneladas de petróleo bruto (REUTERS, 2019).

Outro importante ramo de atuação da companhia diz respeito aos oleodutos, no qual se destaca entre os líderes mundiais na construção, com capacidade de construir anualmente 26 milhões de metros cúbicos de tanques de petróleo bruto e 16 milhões de metros cúbicos de tanques de produto refinado (CNPC, 2021a). Ao analisar o período que compreende 2010 a 2019, destaca-se a expansão dos oleodutos doméstico (Gráfico 16). Uma das explicações é o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte que passou a não atender a demanda interna.

No que tange sua atuação no exterior, a CNPC se destaca pela participação na construção do oleoduto e gasoduto China-Myanmar, o oleoduto entre Muglad-Basin e Porto de Sudão e o oleoduto Sibéria Oriental-Oceano Pacífico, na Rússia. Além desses, em 2019, a CNPC construiu 8.597 quilômetros de oleodutos, dentre os quais estão a primeira fase da renovação do oleoduto Cazaquistão-China, a segunda fase de renovação do oleoduto no Chade. Por fim, a CNPC iniciou a construção de um oleoduto entre a Nigéria e o Benin de 1.950 quilômetros no valor de US\$ 7 bilhões, sendo este o maior investimento da companhia no continente africano (CNPC, 2019, p. 48; MORGAN & YIHE, 2020).

Gráfico 16 – Oleodutos, em Km (2010-2019)



Fonte: Elaboração própria com bases nos dados de CNPC (2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019).

Assim como a Sinopec, a CNPC tem desempenhado um importante papel de salvaguarda energética no que diz respeito a uma participação ativa no desenvolvimento e

estabelecimento de um sistema energético seguro e na construção de um sistema regional energético (WU, 2012, p.200). Destaca-se a presença da companhia ao longo da Rota da Seda, principalmente na construção de gasodutos e oleodutos.

É importante destacar que o transporte de hidrocarbonetos é um dos pontos mais sensíveis quando se debate segurança energética chinesa, pois ao analisarmos por onde o petróleo consumido pela China é transportado, veremos que 80% atravessa o Estreito de Malaca, região que tem se tornado um *hotspot* devido as disputas no Mar do Sul da China. Dessa forma, com as tensões cada vez maiores na região, um bloqueio no transporte poderia levar ao colapso energético chinês.

Outro ponto importante papel que a CNPC desempenha é a diversificação das fontes de importação de petróleo e gás, fruto do seu processo de internacionalização. Contribuindo para assegurar mais de uma fonte de recurso. Além da exploração e transporte, a CNPC também desempenha o papel de fornecedora de serviços relacionados ao mercado de hidrocarbonetos. Destaca-se a participação no comércio em mais de 80 países, serviços de prospecção, construção de refinarias e serviços financeiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou elucidar o papel das empresas estatais chinesas que compõem a política dos campeões nacionais no cumprimento de metas da política externa. A partir do marco teórico da diplomacia econômica e do uso de métodos qualitativos, examinou-se o mecanismo causal entre a política industrial e a política externa chinesa. De fato, ao analisarmos o desenvolvimento da política industrial dos campeões nacionais, fica nítido que sua execução tem impactos em outras políticas de Estado, como a política externa.

É válido atentar que a utilização da diplomacia econômica pela China se mostrou o caminho mais eficiente para o objetivo de inserção. De modo geral, se analisarmos os outros possíveis meios de inserção internacional que a China pudesse ter trilhado, como a inserção por via político-ideológica ou militar, os custos poderiam ter sido mais altos do que os custos de uma inserção por via econômica.

Outra observação que esse trabalho chega é sobre o desenvolvimento e implementação da política dos campeões nacionais possuir um caráter contínuo, porém, maleável. Ou seja, apesar de mudanças sofridas durante os governos de Jiang Zemin, Hu Jintao e, atualmente, de Xi Jinping, as companhias estatais continuam a ser agentes ativos na economia chinesa direta ou indiretamente. Além disso, outras características presentes das políticas chinesas são o gradualismo e o experimentalismo. Isso também fica claro quando analisamos o processo de desenvolvimento da política dos campeões nacionais.

Uma terceira observação diz respeito ao caráter dual da estratégia chinesa, ou seja, enquanto se aprovava a política dos campeões nacionais no 15º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em 1997, também foi proposto a política de *Going Out* e, paralelo a tudo isso, a China estava em negociação desde 1994 para entrar na OMC, o que permitiria um leque maior de novos mercados para suas empresas. Ao que parece indicar, o fortalecimento do Estado chinês em posições estratégicas para economia, permitiu um espaço de manobra para que a China fosse integrada ao comércio internacional, demonstrando que, dessa forma, esse processo de integração não se deu de maneira passiva.

E essas características das políticas chinesas, quando analisadas a partir de um setor específico da economia, como o do petróleo, demonstram os resultados produzidos. Se durante o governo Jiang Zemin, as empresas petrolíferas passaram por um processo de reestruturação interna, com vistas a se tornarem mais eficientes internamente; no governo Hu Jintao, elas passam a focar em mercados internacionais. Dessa forma, tornam-se importantes atores no mercado de hidrocarbonetos.

No entanto, durante o governo Xi Jinping, essas mesmas companhias têm se tornado vetores de uma mudança energética na China, com foco em energias verdes, como eólica, solar e geotérmica. Essa mudança energética está inserida no contexto maior denominado de “Civilização Ecológica”⁹⁴. O termo ainda não possui uma definição clara, mas partindo de antiga concepção chinesa de “unidade da natureza e do homem” (MEE, 2020, p.02), busca um novo processo em que alia o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Sendo assim, ao definir o homem e a natureza como uma unidade, o objetivo do projeto vai além dos limites ambientais e econômicos.

Apesar dessa nova abordagem, o caráter contínuo permanece, ou seja, a garantia de um suprimento energético seguro e constante. Isso pode ser observado quando analisamos os documentos e relatórios das companhias de petróleo. Entre as principais políticas desse escopo está a de emissão de carbono 30-60, em que a China irá atingir o pico de suas emissões de dióxido de carbono até 2030 e se buscará atingir a neutralidade em carbono até 2060 (SINOPEC, 2020, p.14).

Além disso, tanto a Sinopec quanto a CNPC têm investido em meios mais eficientes e seguros de exploração. No caso da CNPC, a companhia tem buscado o desenvolvimento e a utilização da energia geotérmica, com destaque para a província de Hubei (CNPC, 2021b). Outra fonte energética que tem recebido investimento da companhia é o etanol, que desde 2001, juntamente com a Jilin Grain Group e a COFCO, tem produzido etanol na *join venture* Jilin Fuel Ethanol Co., Ltd. (CNPC, 2021b). Outros projetos da CNPC incluem investimentos de cerca de US\$ 1.5 bilhões e uma reestruturação corporativa com foco no desenvolvimento de energia renovável, visando a meta de neutralidade em carbono até 2050, 10 anos antes do previsto pelo governo chinês (YIHE, 2021a, 2021b).

A Sinopec também tem buscado investir em novas alternativas energéticas, como a de hidrogênio, sendo a maior produtora chinesa. Atualmente, a companhia tem capacidade de produzir cerca de 3.5 milhões de toneladas de hidrogênio, no entanto, boa parte da produção atual é subproduto das refinarias (REUTERS, 2021). Sendo assim, visando a meta de neutralidade em carbono até 2050, a Sinopec tem planejado a primeira planta de produção de

⁹⁴ O termo tem como base oito princípios: 1. As civilizações prosperam em seus arredores naturais; 2. O homem e a natureza devem coexistir em harmonia; 3. A água lícida e montanhas exuberantes são ativos inestimáveis; 4. Nenhum bem-estar é mais universalmente benéfico do que um ambiente natural sólido; 5. Montanhas, águas, florestas, fazendas, lagos e pastagens fazem parte de uma comunidade de vida; 6. Os regulamentos e leis mais estritos devem ser aplicados na proteção do meio ambiente; é necessário um esforço de toda a nação para construir uma bela China; 7. A conservação ecológica global requer os esforços conjuntos de todos; 8. A civilização ecológica deve ser incorporada em todos os aspectos e em todo o processo de avanço do progresso econômico, político, cultural e social (MEE, 2020, p.02).

hidrogênio limpo para 2022, na região da Mongólia Interior, norte da China, com capacidade de gerar 20 mil toneladas. Esse projeto está integrado em um plano de construção de mil estações de hidrogênio limpo até 2025 (REUTERS, 2021a, 2021b).

A partir da abordagem escolhida pela pesquisa, entende-se essa nova postura das companhias chinesas como uma nova fase da busca de garantir um suprimento energético seguro. De fato, nesse novo contexto, a segurança energética passa por uma ampliação do seu entendimento, em que não basta apenas garantir o recurso energético, mas que esse recurso seja eficiente. No entanto, essa eficiência não diz respeito apenas a termos de conversão de energia, mas sim sobre a produção, o transporte e o impactos socioambientais. Dessa forma, novas formas de produção energética vem se desenvolvendo, possibilitando uma nova dinâmica na geopolítica energética.

Dito isso, os países com as maiores capacidades na cadeia de valor da tecnologia climática, tendem a se tornar mais independentes de fontes fósseis. Isso fica perceptível a partir do *New Energy Geopolitics Index* (NEGI)⁹⁵ que mede o efeito da transição energética sobre a influência geopolítica (MACROPOLO, 2021). Assim, o próximo passo que essa pesquisa busca é analisar essa nova fase da segurança energética, ampliando o escopo para os principais atores desse processo de mudança, que são China, Brasil, Alemanha e Estados Unidos

⁹⁵ Ver mais em: <https://macropolo.org/digital-projects/new-energy-influencers/>.

REFERÊNCIAS

- ABDELAL, Rawi; KIRSHNER, Jonathan. Strategy, Economic Relations, and the Definition of National Interests. In *Power and the Purse: The Political Economy of National Security*, edited by J.-M. F. Blanchard, E. D. Mansfield, and N. M. Ripsman. London: Frank Cass. 2000.
- ALVES, Cristina Ana. A diplomacia econômica chinesa e os recursos naturais africanos: mudanças na forma de engajamento. **Carta Internacional**. v. 7, n. 2, jul.-dez. 2012 [p. 3 a 22]. 2012.
- AMARAL, Gabriela. Análise da Diplomacia Chinesa: A “ascensão pacífica” e seus questionamentos. In: 3o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2011, São Paulo. Governança Global e Novos Atores, v.1. 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.
- ART, Robert C.; GU, Minkang. China incorporated the first corporation law of the People's Republic of China. **Yale J. Int'l L.**, v. 20, p. 273, 1995.
- BAILIANG, Chu. 习近平反腐·更反“山头主义” [Anticorrupção de Xi Jinping, mais anti-"montanhismo"]. **The New York Times**, 2015. Disponível em: <https://cn.nytimes.com/china/20150106/c06factions/>. 11 de fevereiro de 2021.
- BALDWIN, David Allen. Economic statecraft. **Princeton University Press**, 1985.
- BARREDA, David M.; JAKES, Susan; LAHA, Michael; SAGEL-WILLIAMS, Sara. Visualizing China’s Anti-Corruption Campaign. **China File**, 2018. Disponível em: < <https://www.chinafile.com/infographics/visualizing-chinas-anti-corruption-campaign>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2021.
- BEACH, Derek. Analyzing Foreign Policy. **Palgrave Mcmillan**. 2012.
- BING, Fang. 专家: 习近平反腐目标—打垮太上皇架构 [Especialista: o objetivo de Xi Jinping de anticorrupção - derrotar a estrutura do Imperador Supremo]. **Voa Chinese**, 2015. Disponível em: <http://www.voachinese.com/content/xijinping-liweidong-20140804/1971429.html>.
- BINGXI, Zhen. “Xin xingshixia ruhe baohu guojia haiwai liyi” [How to Protect National Interests Overseas in the New Situation], **Guoji Wenti Yanjiu** (2009).
- BJREVIEW, Beijing Review. The 14th National Congress: The Fifth Plenum of the 14th CPC Central Committee. **Beijing Review**, 1995. Disponível em: http://www.bjreview.com.cn/90th/2011-03/30/content_357540_5.htm. Acesso em: 13 de julho de 2020.
- BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. War by Other Means. **Harvard University Press**, 2016.
- BLANCHARD, Jean-Marc F.; RIPSAN, Norrin M. A political theory of economic statecraft. **Foreign Policy Analysis**, v. 4, n. 4, p. 371-398, 2008.

BP. British Petroleum. Statistical Review of World Energy 2020. **British Petroleum**, 2020. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2020-full-report.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

BRANDT, L.; RAWSKI, T. G. China's great economic transformation. In L. Brandt & T. G. Rawski (Eds.), **China's great economic transformation** (pp. 1–26). New York, NY: **Cambridge University Press**. 2008.

BRAUTIGAM, Deborah. A critical look at Chinese 'debt-trap diplomacy': the rise of a meme, **Area Development and Policy**, 5:1, 1-14. 2020.

BRØDSGAARD, Kjeld Erik. Politics and Business Group Formation in China: The Party in Control?. **The China Quarterly**, 211, pp 624-648, 2012.

CCDI, Comissão Central de Inspeção Disciplinar. 中央纪委通报2016年 [Boletim da Comissão Central de Inspeção Disciplinar 2016]. **CCDI**, 2017. Disponível em: http://www.ccdi.gov.cn/toutiao/201701/t20170104_125272.html. Acesso em: 8 de fevereiro de 2021.

CCDI, Comissão Central de Inspeção Disciplinar. 中央纪委国家监委通报2018年全国纪检监察机关监督检查、审查调查情况 [A Comissão Central de Inspeção Disciplinar e a Comissão de Supervisão do Estado notificaram a supervisão, inspeção, revisão e investigação das agências nacionais de inspeção disciplinar e supervisão em 2018]. **CCDI**, 2019. Disponível em: http://www.ccdi.gov.cn/toutiao/201901/t20190108_186570.html. Acesso em: 8 de fevereiro de 2021.

CCDI, Comissão Central de Inspeção Disciplinar. 中央纪委国家监委通报2019年全国纪检监察机关监督检查、审查调查情况 [A Comissão Central de Inspeção Disciplinar e a Comissão Nacional de Supervisão notificaram a supervisão, inspeção, revisão e investigação das agências nacionais de inspeção disciplinar e supervisão em 2019] **CCDI**, 2020. Disponível em: http://www.ccdi.gov.cn/toutiao/202001/t20200117_207914.html. Acesso em: 8 de fevereiro de 2021.

CCDI, Comissão Central de Inspeção Disciplinar. 中央纪委国家监委通报2020年全国纪检监察机关监督检查、审查调查情况 [A Comissão Central de Inspeção Disciplinar e a Comissão de Supervisão do Estado notificaram a supervisão, inspeção, revisão e investigação das agências nacionais de inspeção disciplinar e supervisão em 2020]. **CCDI**, 2021. Disponível em: http://www.ccdi.gov.cn/yaowen/202101/t20210126_234838.html. Acesso em: 8 de fevereiro de 2021.

CGTN, China Global Television Network. A simple guide to 4th plenary session of 19th CPC Central Committee. China, 2019a. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2019-10-28/A-simple-guide-to-4th-plenary-session-of-19th-CPC-Central-Committee-L9MvYH7320/index.html>. Acesso em: 22 de junho de 2020.

CGTN, China Global Television Network China Global Television Network. Explainer: CPC-led multi-party cooperation and political consultation. China, 2019b. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2019-11-21/Graphics-China-s-party-system-explained-LNmPMninCg/index.html>. Acesso em: 22 de junho de 2020.

CHANGHAO, Wei. A guide to 2018 State Council institutional reforms. **NPC Observer**. 2018. Disponível em: <https://npcobserver.com/2018/03/14/a-guide-to-2018-state-council-institutional-reforms/>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

CHENG, J. Y. S. & ZHANG, F. W. Chinese Foreign Relation Strategies Under Mao and Deng: A Systematic and Comparative Analysis. **Kasarinlan: Philippine Journal of Third World Studies**, Vol 14, No 3, 1999.

CHEN, J., J. CHENG & Q. WU. "Strategic Evaluation on Security of China's Petroleum: from 1990 to 2006," **China Population, Resources and Environment**, v. 18, No. 1, pp. 62–68. 2008.

CHELLANEY, Brahma. "China's Creditor Imperialism". *Project Syndicate*, December 20, 2017a. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-sri-lankahambantota-port-debt-by-brahma-chellaney-2017-12>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

CHELLANEY, Brahma. "China's Debt-Trap Diplomacy". *Project Syndicate*, January 23, 2017b. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debtby-brahma-chellaney-2017-01>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

CHEN, Si-Yuan; ZHANG, Qi; McLELLAN, Benjamin & ZHANG, Tian-Tian. Review on the petroleum market in China: history, challenges and prospects. **Pet. Sci.** 17, 1779–1794. 2020.

CHINA, República Popular. China's economic diplomacy a win-win strategy. 2013. Disponível em: <http://np.china-embassy.org/eng/News/t1101610.htm>. Acesso em: 03 de março de 2020.

CHINA DAILY. Eight-point regulation. **China Daily**, 2012. Disponível em: http://cpcchina.chinadaily.com.cn/2012-12/05/content_15992256.htm. Acesso em 14 de fevereiro de 2021.

CHINA DAILY. Reform of State firms - economy's backbone - to power industrial fronts. **China Daily**, 2020. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202102/03/WS601a0a6da31024ad0baa6f44_1.html. Acesso em 14 de fevereiro de 2021.

CHINA BRIEFING. Introduction to China's Plenary Sessions and the CPC Central Committee. **China Briefing**, 2013. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/introduction-to-chinas-plenary-sessions-and-the-cpc-central-committee/>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

CHINA ECONOMIC WEEKLY, 中国经济周刊. 吉利式并购：中国“走出去”战略提上新高度 [Fusões e aquisições no estilo Geely: a estratégia de "saída" da China atingiu um novo patamar]. **New.qq.com**, 2010 Disponível em: <https://finance.qq.com/a/20100405/001292.htm>. Acesso em 23 de julho de 2020.

CHINA INSTITUTE. State-Owned Enterprises in the Chinese Economy Today: Role, Reform, and Evolution. **University of Alberta**. 2019. Disponível em: <https://cloudfront.ualberta.ca/-/media/china/media-gallery/research/policy-papers/soepaper1-2018.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

CHINA REFORM. 1995年国企改革_中国改革论坛网 [Reforma da empresa estatal em 1995]. 2013a. Disponível em: http://www.chinareform.org.cn/special/2013/reform35/Process/201312/t20131215_183308.htm. Acesso em: 16 de julho de 2020.

CHINA REFORM. 中国加入WTO (2001年) _中国改革论坛网 [Entrada da China na OMC (2001) - Fórum de Reforma da China]. 2013b. Disponível em: http://www.chinareform.org.cn/special/2013/reform35/Process/201312/t20131216_183325.htm. Acesso em: 15 de julho de 2020.

CNPC, China National Petroleum Corporation. 2012 Annual Report. **CNPC**, 2012.

CNPC. China National Petroleum Corporation. 2014 Annual Report. **CNPC**, 2014.

CNPC. China National Petroleum Corporation. 2015 Annual Report. **CNPC**, 2015.

CNPC. China National Petroleum Corporation. 2017 Annual Report. **CNPC**, 2017.

CNPC. China National Petroleum Corporation. 2018 Annual Report. **CNPC**, 2018.

CNPC. China National Petroleum Corporation. 2019 Annual Report. **CNPC**, 2019.

CNPC. Oilfield Services. **CNPC**, 2021a. Disponível em: <https://www.cnpc.com.cn/en/pipelineconstruction/oilfieldservices.shtml>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

CNPC. New Energy. **CNPC**, 2021b. Disponível em: http://www.cnpc.com.cn/en/renewable/common_index.shtml. Acesso em: 14 de julho de 2021.

CRUMM, Eileen. The Value of Economic Incentives in International Politics. **Journal of Peace Research**. 32:313–330. 1995.

CONSELHO DE ESTADO. China's Energy Conditions and Policies. 2007.

DO, T. T. China's rise and the 'Chinese dream' in international relations theory. **Global Change, Peace & Security**, 27:1, 21-38, 2015.

DAOUDI, Mohammed S.; DAJANI, Munther S. Economic Sanctions: Ideals and Experience. London: **Routledge & Kegan Paul**. 1983.

DOWNS, Erica. The Brookings Foreign Policy Studies Energy Security Series: China. **The Brookings Institution**. 2006.

DOWNS, Erica. Who's Afraid of China's Oil Companies? **Brookings**. 2014. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/07_china_oil_downs.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

DRURY, A. C. Economic Sanctions Reconsidered. **Journal of Peace Research** 35:497–509. 1998.

DRURY, A. C.; LI, Yitan. U.S. Economic Sanction Threats Against China: Failing to Leverage Better Human Rights. *Foreign Policy Analysis* 2:307–324. 2006.

EIA, U.S. Energy Information Administration. China surpassed the United States as the world's largest crude oil importer in 2017. **EIA**, 2018 Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=37821#:~:text=China%20surpassed%20the%20United%20States%20in%20annual%20gross%20crude%20oil,d%20for%20the%20United%20States>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

FLINT, Colin & XIAOTONG, Zhang. Historical–Geopolitical Contexts and the Transformation of Chinese Foreign Policy, *The Chinese Journal of International Politics*, Volume 12, Issue 3, Autumn, p.295–331 2019.

GLASER, Bonnie. China's Coercive Economic Diplomacy: A New and Worrisome Trend. **Center for Strategic and International Studies, Commentary**, 2012. Disponível em: <http://csis.org/publication/chinas-coercive-economic-diplomacy-new-and-worrying-trend>. Acesso em 5 de janeiro de 2020.

GLENNAN, Stuart. Mechanisms and the Nature of Causation. **Erkenntnis** 44, 49–71. 1996.
GOH, Brenda; RUWITCH, John. Pressure on as Xi's 'Belt and Road' enshrined in Chinese party charter. **Reuters**. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-congress-silkroad/pressure-on-as-xis-belt-and-road-enshrined-in-chinese-party-charter-idUSKBN1CT1IW>. Acesso em: 31 de março de 2020.

GORE, Lance LP. China's Leading Group for Comprehensively Deepening Reform. **East Asian Policy**, v. 6, n. 02, p. 44-55, 2014.

HALEY, George. China's industrial policy and its impact on U.S. companies, workes and the american economy. **U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION**. 2009. Disponível em: https://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1647&context=key_workplace. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes Teixeira. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. **Revista Debates**, v. 9, n. 1, p. 09-23, 2015.

HEATH, Timothy R. China's evolving approach to Economic Diplomacy. **asia policy**, n. 22, p. 157-192, 2016.

HEMPHILL, Thomas A.; WHITE III, George O. China's national champions: The evolution of a national industrial policy—or a new era of economic protectionism?. **Thunderbird international business review**, v. 55, n. 2, p. 193-212, 2013.

HOFMAN, Bert. Reflections on 40 years of China's reforms. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang; FANG, Tsai (org.). **China's 40 years of Reform and Development 1978–2018**. ANU Press. 2014. p. 53-66.

HUFBAUER, Gary C.; JEFFREY, J. Schott e ELLIOTT, Kimberley A. Economic Sanctions Reconsidered: History and Current Policy, 2nd edition, v. 1. Washington, DC: **Institute for International Economics**. 2000.

HUANG, Yiping. State-owned enterprise reform. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang (org.). **China: twenty years of economic reform**. 1999. p. 95-116.

HUBBARD, Paul. Where have China's state monopolies gone?, **China Economic Journal**, 9:1, 75-9. 2016.

JAEGER, B. C. Investimentos Chineses em Infraestrutura na América do Sul: impactos sobre a integração regional. **Conjuntura Austral**, v. 8, p. 4-23. 2017.

JAKOBSON, Linda; KNOX, Dean. New Foreign Policy Actors in China. **SIPRI Policy Paper No. 26**. 2010.

JEFFERSON, H. Gary; RAWSKI, G. Thomas. Enterprise Reform in Chinese Industry. **Journal of Economic Perspectives**. v. 8 (2), p. 47-70, 1994.

JIN, Xi & ZHEYUAN, Du. The Dominant Thinking Sets in Chinese Foreign Policy Research: A Criticism. **The Chinese Journal of International Politics**. Oxford, p. 1-29. 1025 [ANO]

JINPING, Xi. 习近平在全国国有企业党的建设工作会议上强调:坚持党对国企的领导不动摇 [Xi Jinping enfatizou na Conferência Nacional de Trabalhos de Construção do Partido Empresarial Estatal: Manter a liderança do Partido sobre as empresas estatais inabaláveis]. **Xinhua**, 2016. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/politics/2016-10/11/c_1119697415.htm. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

JINPING, Xi. Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era. **Xinhua**, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf. Acesso em: 5 de janeiro de 2021.

KRATZ, Agatha; FENG, Allen & WRIGHT, Logan. New Data on the “Debt Trap” Question. **Rhodium Group**. 2019. Disponível em: <https://rhg.com/research/new-data-on-the-debt-trap-question/>. Acesso em: 10 de Junho de 2020.

KREFT, Heinrich. China's Quest Energy. **Hoover Institution**, 2006. Disponível em: <https://www.hoover.org/research/chinas-quest-energy>. Acesso em: 24 junho de 2021.

KRUGMAN, P. R. Targeted industrial policies: theory and evidence. In: **ECONOMIC POLICY**. 1983

LAMPTON, D. The Maling of Chinese Foreign Polcicy and Security Policy in the Era of Reform, 1978-2000. Stanford: **Stanford University Press**, 2001.

LANDESMANN, M. Industrial policies and social corporatism. In: J. Pekkarinen, M. Pohjola and B. Rowthorn (eds.). *Social Corporatism*. **Oxford Clarendon Press**, 1992.

LAWRENCE, Susan V. China's Political Institutions and Leaders in Charts. **Congressional Research Service**, 2013.

LEUNG, C. K. Guy. China's Energy Security: Perception and Reality, **Energy Policy**, v. 39, pp. 1330–1337. 2011.

LEUTERT, Wendy. Firm Control: Governing the State-owned Economy Under Xi Jinping. **China Perspectives**. 2018.

LI, Cheng. Debunking Misconceptions About Xi Jinping's Anti-corruption Campaign. **China-Us Focus**, 2014. Disponível em: <http://www.chinausfocus.com/political-social-development/debunking-misconceptions-about-xi-jinpings-anti-corruption-campaign/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

LI, Wei. 理解中国经济外交 (tradução: Entendo a diplomacia econômica da China.) **Revisão Diplomática**, Universidade de Relações Exteriores da China. 2014.

LI, Wei. 改革开放以来中国经济外交的逻辑 (tradução: A lógica da diplomacia econômica da China desde a reforma e abertura. **People's Daily**. 2018. Disponível em: <http://world.people.com.cn/n1/2018/0620/c1002-30068657.html>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

LI, Xin; BRØDSGAARD, Kjeld Erik. SOE Reform in China: Past, Present and Future. **The Copenhagen Journal of Asian Studies**. N.31, v. 2, 2013.

LIN, C. Corporatisation and corporate governance in China's economic transition. **Economics of Planning**, 34, 5–35. 2001.

LIN, J. Karen; LU, Xiaoyan; ZHANG, Junsheng; ZHENG, Ying. State-owned enterprises in China: A review of 40 years of research and practice. **China Journal of Accounting Research**. 2020.

LIU, Guy Shaojia.; GARINO, Gaia. Privatisation or competition: A lesson learnt from the Chinese enterprise reform. **Economics of Planning**, 34, 37–51. 2001.

LO, Dic & WU, Mei. The state and industrial policy in Chinese economic development. In: Salazar-Xirinachs, J. M. and Nübler, I. and Kozul-Wright, R., (eds.), *Transforming Economies: Making industrial policy work for growth, jobs and development*. Geneva: International Labour Office, pp. 307-326. 2014.

LU, Guozeng. Assistant Minister Lu Guozeng Addresses the Seminar on Diplomacy and Economy ---- Vigorously strengthen economic diplomacy to serve the building of a better-off

society in an all-round manner. **Embaixada da República Popular da China na Irlanda**. 2004. Disponível em: <http://ie.china-embassy.org/eng/jbwzlm/NewsPress/t176097.htm>. Acesso em: 2 de abril de 2020.

LU, N. The Central Leadership, Supraministry Coordinating Bodies, State Council Ministries, and Party Departments In: LAMPTON, D. **The Maling of Chinese Foreign Polcicy and Security Policy in the Era of Reform, 1978-2000**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

MEDEIROS, Evan. China's International Behavior: Activism, Opportunities, and Diversification. Santa Monica: **RAND Corporation**, 2009.

MEE, Ministry of Ecology and Environment of Republic of China. Building a Shared Future for All Life on Earth:China in Action — Position Paper of the People's Republic of China forthe United Nations Summit on Biodiversity. **MEE**, 2020. Disponível em: <https://www.mee.gov.cn/ywdt/hjywnews/202009/W020200921599789213939.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

MEIDAN, Michael. The structure of China's oil industry: Past trends and future prospects. Oxford Institute for Energy Studies (OIES). 2016.

MENDES, Carmen A. Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros. **Revista de Estudos Chineses**. v. XXVII p. 231-242, 2008.

MIN, Zhong; BIN, Pan. The Internationalization Evolution and Development of China National Petroleum. **International Journal of Business and Social Science**. v. 5, No. 10; 2014.

MIN, Yu; XIAODI, Zhao. 我国“走出去”战略的形成及推动政策体系分析 [A formação da estratégia de “saída” da China e a análise de seu sistema de políticas de promoção]. **China Council for the Promotion of International Trade (CCPIT)**, 2014. Disponível em: http://oldwww.ccpit.org/Contents/Channel_1276/2007/0327/30814/content_30814.htm. Acesso em: 24 de julho de 2020.

MOFCOM, Ministry of Commerce People's Republic of China. The decision of the Central Committee of the Communist Party of China on major issues concerning the reform and development of State-Owned Enterprises (Adopted at the Fourth Plenum of the 15th CPC Central Committee on September 22, 1999). 1999. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/lawsdata/chineselaw/200211/20021100053897.html> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. **Brazilian Journal of International Relations (BJIR)**, Marília, v. 8, n. 2, p. 297-329, mai/ago. 2019.

MORGAN, Berry & YIHE, Xu. New African oil pipeline traces a regional divide on energy policy. **UpStream**, 2020. Disponível em: <https://www.upstreamonline.com/politics/new-african-oil-pipeline-traces-a-regional-divide-on-energy-policy/2-1-893469>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. MIT Press. Cambridge, Massachusetts. 2007.

NEWNHAM, Randall. *Deutsche Mark Diplomacy: Positive Economic Sanctions in German-Russian Relations*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press. 2002.

NPC, National People's Congress. 中华人民共和国全民所有制工业企业法 [Law of the People's Republic of China on Industrial Enterprises Owned by the Entire People]. NPC, 1988.

NPC Observer, National People's Congress Observer. A Guide to 2018 State Council Institutional Reforms (FURTHER UPDATED). *NPC Observer*, 2018a. Disponível em: <https://npcobserver.com/2018/03/14/a-guide-to-2018-state-council-institutional-reforms/>. Acesso em 24 de junho de 2020.

NPC Observer, National People's Congress Observer. STATE COUNCIL AKA CENTRAL PEOPLE'S GOVERNMENT [国务院即中央人民政府]. *NPC Observer*, 2018b. Disponível em: <https://npcobserver.files.wordpress.com/2018/12/state-council-organizational-chart-v1232018.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2020.

NORRIS, William J. *Economic Statecraft with Chinese Characteristics: The Use of Commercial Actors in China's Grand Strategy*. Massachusetts Institute of Technology, 2010.
PAPE, Robert. Why Economic Sanctions Do Not Work. *International Security*. 22:90–136. 1997.

PCCh. Partido Comunista da China. 中国共产党十四届五中全会简介 [Quinta Sessão Plenária do 14º Comitê Central do Partido Comunista da China]. CPC, 1995 Disponível em: <http://cpc.people.com.cn/GB/64162/64168/64567/65397/4441764.html>. Acesso em: 11 de julho de 2020.

PCCh. Partido Comunista da China. 在中国共产党第十八届中央纪律检查委员会第六次全体会议上的工作报告 [Relatório de trabalho da Sexta Sessão Plenária da 18ª Comissão Central de Inspeção Disciplinar do Partido Comunista da China]. CPC, 2016. Disponível em: <http://cpc.people.com.cn/n1/2016/0125/c64094-28080355.html>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2021.

PCCh. Partido Comunista da China. CONSTITUTION OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA. *Xinhua*, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/download/Constitution_of_the_Communist_Party_of_China.pdf. Acesso em: 13 de julho de 2020.

PCCh. Partido Comunista da China. Constitution of the Communist Party of China. 2017. Disponível em: <http://www.china.org.cn/20171105-001.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2020.

PECEQUILO, C. Soreanu. As Transições Norte-Americanas: os Estados Unidos de Unidades e Divisões. In: Heloisa Vilhena de Araujo. (Org.). **O Sistema Político dos EUA e suas Repercussões Externas**. 1ªed. Brasília: FUNAG/IPRI Coleção Questões Internacionais, v., p. 73-107, 2005.

PERCY, Joseph. Where to Invest in China: A Primer on its Economic Development Zones. **China Briefing**, 2019. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/chinas-economic-development-zones-types-incentives/>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

POON, D. China's evolving industrial policy strategies & instruments: Lessons for development. **Trade & Industrial Policy Strategies**, Working Paper 2. 2009. Disponível em: www.tips.org.za/publication/working-paper-2-2009-chinas-evolvingindustrial-policy-strategies-and-instruments-lesson. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

QING, Zhao Youg. The company law of China. **Ind. Int'l & Comp. L. Rev.**, v. 6, p. 461, 1995.

REFORM CHINA. 1995年国企改革 (Reforma da empresa estatal de 1995). **Reform China**, 2013. Disponível em: http://www.chinareform.org.cn/special/2013/reform35/Process/201312/t20131215_183308.htm. Acesso em: 02 de julho de 2020.

RELLY, James. China's economic statecraft in Europe. **Asia Europe Journal**, 15(2), 173–185. 2017.

REUTERS. China to complete Russia oil, gas pipeline sections by end-2018: vice governor. **Reuters**, 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-silkroad-russia-pipelines-idUSKBN18819I>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

REUTERS. Sinopec to launch first green hydrogen project in 2022. **Reuters**, 2021a. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/sustainable-business/sinopec-launch-first-green-hydrogen-project-2022-05-25/>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

REUTERS. Sinopec aims for carbon neutrality by 2050, plans pivot to hydrogen. **Reuters**, 2021b. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/sinopec-aims-carbon-neutrality-by-2025-with-pivot-hydrogen-2021-03-29/>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

RPC, República Popular da China. 全民所有制工业企业转换经营机制条例 [Regulations on Transformation of the Operational Mechanisms of Industrial Enterprises Owned By the Whole People]. 1992. Disponível em: <http://en.pkulaw.cn/display.aspx?cgid=4f987c00d4b595e7bdfb&lib=law>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

RPC, República Popular da China. 国务院批转国家经贸委关于1996年国有企业改革工作实施意见的通知[Aviso do Conselho de Estado sobre a aprovação dos pareceres da Comissão Econômica e Comercial do Estado sobre a implementação da reforma das empresas estatais em 1996]. **Conselho de Estado**, Guofa nº.11, 1996. Disponível em: <https://www.heduibiji.com/hedui/25863.html>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

RPC, República Popular da China. 关于鼓励企业开展境外带料加工装配业务的意见 [Opiniões sobre o incentivo às empresas para realizar negócios de processamento e montagem no exterior com materiais]. **Conselho de Estado**, 1999. Disponível em: http://www.gov.cn/zhengce/content/2010-11/12/content_4635.htm. Acesso em: 22 de julho de 2020.

RPC, República Popular da China. 全国人大九届一次会议 [A Primeira Sessão do Nono Congresso Nacional do Povo]. **The Central People's Government of the People's Republic of China**, 1998. Disponível em: http://www.gov.cn/test/2006-02/24/content_209898.htm. Acesso em 21 de julho de 2020.

RPC, República Popular da China. 中共中央关于制定国民经济和社会发展第十个五年计划的建议 [Proposta do Comitê Central do Partido Comunista da China para a formulação do décimo plano quinquenal de desenvolvimento econômico e social nacional]. 2000. Disponível em: http://www.gov.cn/gongbao/content/2000/content_60538.htm. Disponível em: 22 de julho de 2020.

RPC, República Popular da China. The Tenth Conference of Chinese Diplomatic Envoys Stationed Abroad Held in Beijing. **PRC Permanent Mission to the United Nations**, 2004. Disponível em: <<http://www.china-un.ch/eng/tpxw/t156047.htm>>. Acesso em: 8 de janeiro de 2020.

RPC, República Popular da China. 江泽民文选》第二卷主要篇目介绍 [Introdução ao conteúdo principal do segundo volume de obras selecionadas de Jiang Zemin]. **The Central People's Government of the People's Republic of China**, 2006. Disponível em: http://www.gov.cn/jrzq/2006-08/11/content_360417.htm. Acesso em: 23 de julho de 2020.

RPC, República Popular da China. 中国共产党国有企业基层组织工作条例 (试行) [Regulamentos do Partido Comunista da China sobre o trabalho das organizações primárias em empresas estatais (para implementação experimental)]. Disponível em: http://www.gov.cn/zhengce/2020-01/05/content_5466687.htm. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

RPC, República Popular da China. State Council Organization Chart. China, 2014 Disponível em: http://english.www.gov.cn/state_council/2014/09/03/content_281474985533579.htm. Acesso em: 23 de junho de 2020.

RPC, República Popular da China. 国务院组织机构 [Organização do Conselho de Estado]. China, 2018. Disponível em: <http://www.gov.cn/guowuyuan/zuzhi.htm>. Acesso em 12 de junho de 2020.

ROBERTS, J. A. G. História da China. Lisboa: Texto e Grafia, 2012.

RODRIK, D. Normalizing industrial policy. Working Paper N°3, Commission on Growth and Development, **World Bank**, 2008.

ROSA, R. I. L. de la. Política exterior china: reconceptualizando el sistema Tianxia. In

ROSA, Raquel I. L. de la; MAYA, Juan C. G. (coord). **Política Exterior China: relaciones regionales y cooperacion**. Observatorio de Política China, p. 19-61, 2015.

ROSEN, H. Daniel; LEUTERT, Wendy; GUO, Shan. Missing Link: Corporate Governance in China's State Sector. **Asia Society Special Report**. 2018.

ROUTLEY, Nick. How Chinese Financing is Fueling Megaprojects Around the World. Visual Capitalist. 2020. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/global-chinese-financing-is-fueling-megaprojects/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

SCISSORS, R. Liberalization in reverse. **The Heritage Foundation**, Washington, D.C. 2009. Disponível em: www.heritage.org/Research/Commentary/2009/05/Liberalization-in-Reverse. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

SCHAPIRO, M. G. Ativismo estatal e industrialismo defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira. Texto para discussão nº 1856, Rio de Janeiro: **IPEA**, 2013.
SEC, U.S Securities and Exchange Commission. EDGAR Search Results. SEC, 2014. Disponível em: <https://www.sec.gov/cgi-bin/browse-edgar>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

SINA. 国企改革1+N方案有望春节前出台 明确7大任务 [Prevê-se que o plano 1 + N de reforma da empresa estatal seja apresentado antes do Festival da Primavera, esclarecendo 7 tarefas principais] **Sina**, 2015. Disponível em: <http://finance.sina.com.cn/china/20150104/144021218665.shtml>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2011 Annual Report and Accounts. **Sinopec**, 2011.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2013 Annual Report and Accounts. **Sinopec**, 2013.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2014 Annual Report and Accounts. **Sinopec**, 2014a.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2014 Annual Report. **Sinopec**, 2014b.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2015 Annual Report and Accounts. **Sinopec**, 2015a.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2015 Annual Report. **Sinopec**, 2015b.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2016 Annual Report and Accounts. **Sinopec**, 2016a.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2016 Annual Report. **Sinopec**, 2016b.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2017 Annual Report and Accounts. **Sinopec**, 2017a.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2017 Annual Report. **Sinopec**, 2017b.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2018 Annual Report and Accounts. **Sinopec**, 2018a.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2018 Annual Report. **Sinopec**, 2018b.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2019 Annual Report and Accounts. **Sinopec**, 2019a.

SINOPEC, China Petroleum & Chemical Corporation. 2019 Annual Report. **Sinopec**, 2019b.

SINOPEC, 2020 Environmental, Social, and Governance (ESG) Report. **Sinopec**, 2020.

SHAMBAUGH, George. Dominance, Dependence, and Political Power: Tethering Technology in the 1980s and Today. **International Studies Quarterly** 40:559–588. 1996
SHAMBAUGH, George. China goes global: the partial power. New York: **Oxford University Press**, 2013.

SHU, S. S. S. A inserção internacional da China pós-guerra fria. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado) – **Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP-UNICAMP-PUC/SP**, São Paulo, 2005.

SILVA, J, H, F. Alterações na estrutura produtiva no Brasil e na China: um estudo comparativo das políticas industriais recentes, 2017. Tese (Tese em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2017.

STIGLITZ, J. E.; LIN, J. Y.; MONGA, C. The rejuvenation of industrial policy. **The World Bank**, 2013.

SONG, Ligang, YANG, Jidong. & ZHANG, Yongsheng. State-owned enterprises' outward direct investment and the structural reform in China, **China & World Economy** 19(4): 38–53. 2011.

TAYLOR, Monique. China's Oil Industry: "Corporate Governance with Chinese Characteristics". p.69-93. In: XU, Yi-Chong (ed.). **The Political Economy of State-owned Enterprises in China and India**. Palgrave Macmillan, 2014.

USCBC, The US-China Business Council. China's 2017 Communist Party Leadership Structure & Transition. 2017. Disponível em: https://www.uschina.org/sites/default/files/chinas_2017_communist_party_leadership_structure_transition_updated.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2020.

VENNESSON, Paul. Case studies and process tracing: theories and practices. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. Approaches and Methodologies in Social Sciences: a pluralist perspective. **New York: Cambridge University Press**, 2008.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D.; MARTINS, J. M.; RIBEIRO, L. D.; GRÖHMANN, L. G. Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional. Porto Alegre: **Leitura XXI/NERINT**, 2013.

VOGEL, F. Ezra. Deng Xiaoping and the Transformation of China. **The Belknap Press of Harvard University Press**, Massachusetts, U.S. 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundial moderno. Porto: Edições Afrontamento. 1974.

WANG, H. Being Uniquely Universal: building Chinese international relations theory. **Journal of Contemporary China**, 22:81, 518-534, 2013.

WU, Kang. Energy Economy in China: Policy Imperatives, Market Dynamics, and Regional Developments. **World Scientific**, 2012.

XINHUA. The World Trade Organization Needs China, China Needs the World Trade Organization. **Xinhua**, 2000.

XINHUA. China issues guideline to deepen SOE reforms. 2015. Disponível em: http://english.www.gov.cn/policies/latest_releases/2015/09/13/content_281475189210840.htm. Acesso em 8 de fevereiro de 2020.

XING, L; SHAW, T. The Political Economy of Chinese State Capitalism. **JCIR**: v. 1, No. 1 (2013).

XU, Yi-chong. China's Giant State-Owned Enterprises as Policy Advocates: The Case of the State Grid Corporation of China. **The China Journal** 79: 21-39. 2018.

XUE, Li. China's Foreign Policy Decision-Making Mechanism and “One Belt One Road” Strategy, **Journal of Contemporary East Asia Studies**, 5:2, 23-35. 2016.

XUETONG, Yan. The rise of China in chinese eyes. **Journal of Contemporary China**. v. 10, n. 26, p. 33-39, 2001.

XUETONG, Yan. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. The **Chinese Journal of International Politics**, 153–184, 2014.

YASREF, Yanbu Aramco Sinopec Refining Company. Yasref Overview. **Yasref**, 2018. Disponível em: <https://www.yasref.com/en-us/Pages/About.aspx>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2014.

YANG, Y. E.; LIANG, W. Introduction to China's Economic Statecraft: Rising Influences, Mixed Results. **Journal of Chinese Political Science**. 2019.

YAQING, Xiao. 19th CPC National Congress: SCIO briefing on reform of SOEs. **China Embassy of Australia**, 2017. Disponível em: <http://au.china-embassy.org/eng/zggk/t1502282.htm>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

YE, Hao. Reflexões sobre o aprofundamento da diplomacia econômica (对深化经济外交的若干思考, Dui shēnhuà jīngjì wàijiāo de ruògān sīkǎo). **China Institute of International Studies**. 2013. Disponível em: http://www.ciis.org.cn/gyzz/2013-07/23/content_6145887.htm. Acesso em 02 de abril de 2020.

YERGIN, D. Energy Security in the 1990s. **Foreign Affairs**, 67(1), 110. 1988.

YIHE, Xu. China's CNPC targets renewable energy drive in structural overhaul. **UpStream**, 2021a. Disponível: <https://www.upstreamonline.com/energy-transition/chinas-cnpc-targets-renewable-energy-drive-in-structural-overhaul/2-1-993814>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

YIHE, Xu. CNPC plans \$1.5bn investment vehicle for renewable energy. **UpStream**, 2021b. Disponível: <https://www.upstreamonline.com/energy-transition/cnpc-plans-1-5bn-investment-vehicle-for-renewable-energy/2-1-1007846>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

YIWEI, Wang “Jingji waijiao fazhan moli” [Economic Diplomacy Unveils China’s Appeal], *Renmin Ribao*. 2004 Disponível em: <http://www.people.com.cn/GB/guojiji/1030/3034453.html>.

YUNBI, Zhang. Leading Group's focus is to deepen reform. **China Daily**. 2017. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-10/17/content_33352410.htm. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

ZEMIN, Jiang. Full Text of Jiang Zemin's Report at 14th Party Congress. **Beijing Review**. 1992. Disponível em: http://www.bjreview.com.cn/document/txt/2011-03/29/content_363504_3.htm#. Acesso em: 1 de julho de 2020.

ZEMIN, Jiang. 正确处理社会主义现代化建设中的若干重大关系--在党的十四届五中全会闭幕时的讲话 [Manejar corretamente algumas relações importantes na construção da modernização socialista]. 1995. Disponível em: <http://cpc.people.com.cn/GB/64162/64168/64567/65397/4441712.html>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

ZEMIN, Jiang. Hold High the Great Banner of Deng Xiaoping Theory for an All-round Advancement of the Cause of Building Socialism With Chinese Characteristics’ Into the 21st Century. **Beijing Review**, 1997. Disponível em: http://www.bjreview.com.cn/document/txt/2011-03/25/content_363499_6.htm. Acesso em: 20 de julho de 2020.

ZHAO, Keijin; GAO, Xin. Pursuing the Chinese Dream: Institutional Changes of Chinese Diplomacy under President Xi Jinping. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, No. 1, 35–57. 2015.

ZHAO, Quansheg. Interpreting Chinese Foreign Policy: The Micro-macro Linkage Approach. Hong Kong. **Oxford University Press**, 1996.

ZHAO, T. A political world philosophy in terms of all-under-heaven (tian-xia). **Diogenes** no. 1, 2009.

ZHAO, Xiao. 竞争, 公共选择与制度变迁--从'抓大放小'看体制转轨中政策效率改善的原因. [Concorrência, escolha pública e mudança institucional: um olhar sobre as razões para a melhoria da eficiência das políticas na transição do sistema na perspectiva de "agarrar o grande e sair do pequeno"]. **Chinese Social Science Review (Hong Kong)**, v. 2, edição 1, 1999.

ZHANG, Ye Zoye. China's SOE Reforms: What the Latest Round of Reforms Mean for the Market. **China Briefing**. 2019. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/chinas-soe-reform-process/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

ZHANG, Yongjin. China's Emerging Global Businesses, New York: **Palgrave Macmillan**. 2003.

ZHONG, Hongfei. Where is the future: China's SOEs reform. **Journal of the Washington Institute of China Studies**. 2006.

ZHU, Rongji. 关于制定国民经济和社会发展第十个五年计划建议的说明 [Explicação sobre a formulação de recomendações para o décimo plano quinquenal de desenvolvimento econômico e social nacional]. **RPC**, 2000. Disponível em: http://www.gov.cn/gongbao/content/2000/content_60547.htm. Acesso em: 22 de julho de 2020.

ZHU, Zhiqun. China's New Diplomacy: Rationale, Strategies and Significance. **Ashgate**. 2ª Ed. 2013.

ZWEIG, David. Chinas's Stalled "Fifth Wave": Zhu Rongji's Reform Package of 1998-2000. **Asian Survey**, v. 41, No. 2, pp. 231-247, 2001.

ZWEIG, David; JIANHAI, Bai. China's Global Huntfor Energy. **Foreign Affairs**, no.5, pp-25-38, 2005.